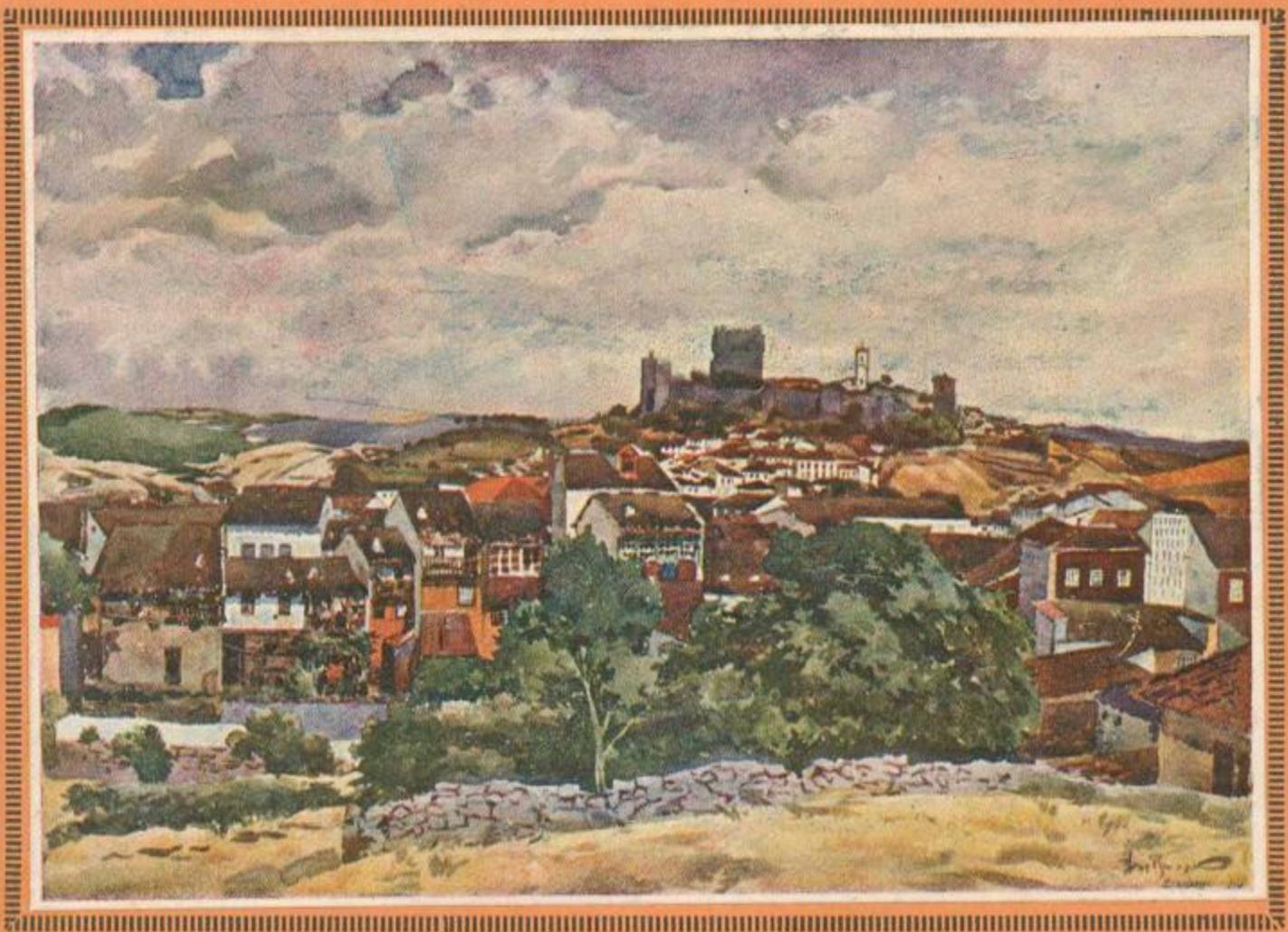


# ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL



ALBERTO DE SOUZA — Bragança

# ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO E EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 31

Maio de 1918

## SUMÁRIO

<i>Inventário de Junho</i> . . . . .	Teixeira Gomes
<i>A nódoa da Amora</i> (conclusão). . . . .	Maria Isabel de Sousa Martins
<i>A Terra do Paraizo</i> . . . . .	António Correia de Oliveira
<i>A Separação da Igreja e do Estado no Brasil</i> . . . . .	A. Rigaud Nogueira
<i>Nilo Peçanha</i> . . . . .	
<i>Fialho de Almeida</i> . . . . .	Corrêa da Costa
<i>O Sacrilégio de Odívelas e a gente de nação Portugal</i> . . . . .	Arlindo Camilo Monteiro
<i>Soneto</i> . . . . .	J. A. de Bianchi
<i>Gaiolas de grilos</i> . . . . .	A. Cardoso Martha
	Luís Chaves

### REVISTA DO MÊS

<i>Correio de Lisboa</i> . . . . .	N.
<i>Crónica artística</i> . . . . .	António Patrício
<i>Notícia literária</i> . . . . .	N. S.
<i>Um pintor brasileiro</i> . . . . .	Júlio Dantas
<i>Martinho da Fonseca</i> . . . . .	

### NOTÍCIAS & COMENTARIOS

*Reprodução de:* Maximiano Alves.

*Desenhos de:* Raul Lino, Saavedra Machado, Santos Silva e Moraes.

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

### PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 numeros). . . . .	5\$00
Seis meses . . . . .	3\$00

### PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

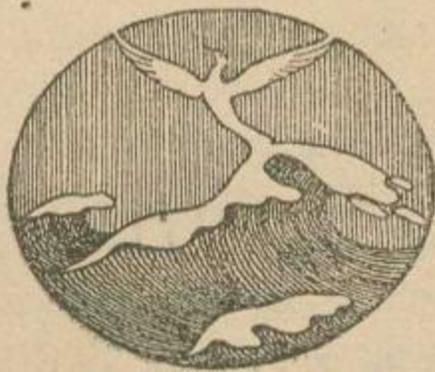
Um ano (12 numeros). . . . .	Frs. 25
------------------------------	---------

Número avulso em Portugal \$50

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 26 } LISBOA  
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

# ATLANTIDA.

MENSARIO ARTISTICO.  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRASIL



VOLUME VIII

ATLANTIDA

REVISTA DE ECONOMIA  
E SOCIOLOGIA  
PARA  
PORTUGAL

## ATLANTIDA

DIRECTORES:

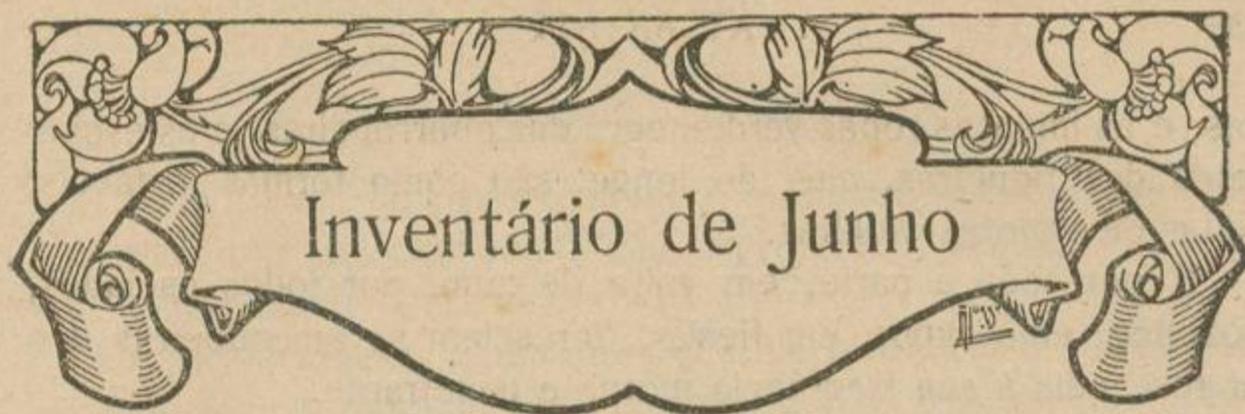
João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

---

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



Teixeira Gomes vai publicar a 2.<sup>a</sup> edição do seu *Inventário de Junho*. Quis o eminente escritor conceder à *Allântida* autorização para transcrever dois excerptos dessa nova edição dum dos mais belos e originais livros portugueses dos últimos vinte anos. Agradecendo-lhe a honra excepcional, a *Allântida* mais uma vez saúda em Teixeira Gomes o prosador requintado, o artista maravilhoso, que em estilo, em imagem e em côr soube criar uma obra de inconfundível beleza na literatura contemporânea.

#### PAISAGEM SENTIMENTAL

Eu passeava no campo, numa tarde de Fevereiro — tarde luminosa e tépida como sómente o Algarve as tem — e levava comigo a minha filha, que é uma criaturinha alegre, azougada e palradora.

Andávamos lentamente, não tanto porque assim o exigia o passo curto da minha pequenina companheira, mas para atender às suas constantes perguntas, a que tudo servia de pretexto, e que ela fazia, parada, prendendo a minha mão nas suas e prescrutando-me agudamente nos olhos o sentido das minhas respostas.

Eu ia embevecido nesse acordar infantil para os encantos da vida, nesse múltiplo apeteecer da inteligência que desperta, nesses risos de inocente desejo, que soam com o tinido de antiquíssimas moedas de ouro, descobertas ainda por servir no esplendor da sua cunhagem intacta. E, para que o momento fôsse duma plenitude inolvidável de felicidade, os meus sentidos nada perdiam dos mil aspectos da paisagem, que era ali singularmente colorida e variada.

De ambos os lados do caminho já as searas reverdejavam nas várzeas, e pelos outeiros acima subiam os exércitos liliputianos dos favais, em chusma cerrada — e no emtanto com cada pé bem distinto — olhando-nos com os seus inumeráveis olhos de flores.

Pelos vales que se abriam na outra margem do rio, as amendoeiras floridas enovelavam-se em grandes rolos levíssimos, de tons mimosos e claros, graduando planos, entre as oliveiras escu-

ras, e as imensas rodas verde-negro das alfarrobeiras, e os esqueletos das figueiras, que, ao longe, são como formas instáveis, feitas de vapores violetas.

E por toda a parte, em volta de mim, por todos os lados, sòzinhas, em grupos, em fieiras, floresciaam as amendoeiras e o ar rescendia à sua fragrância morna e penetrante.

E como elas florescem diversa e sumptuosamente, pensava eu.

Algumas, à guisa de milagre, com ímpeto, com febre, numa única noite, sem que um só dos seus galhos, nus da véspera, agora possa com mais flores; outras, tímidamente, nas pontas dos ramos; outras desabrocham aos cachos, metade segurando pesados lustres faustuosos, e a outra metade apenas matizada de pétalas. Prodigiosos e bárbaros montões de flores, amiúde; arabescos de delicadíssimo desenho, as mais das vezes...

E tão diferentes, tão ricas, tão artísticas, tão individuais, que a cada uma delas a nossa alegria corresponde com um epíteto diverso, uma frase amável, um louvor, um galanteio, quando não sucede que seja tal a sua triunfante magnificência, e tão gloriosa a sua augusta presença que, emmudecendo-nos, acorde em nós a superstição religiosa dum druida...

Tudo me era motivo de admiração e de enternecimento nesse espectáculo sem par, e ia caminhando, no suave entardecer, sentindo na minha mão a pequenina mão inquieta da minha filha, até que se nos deparou, cavado num cabeço de calcáreo, uma espécie de cadeirão rústico, onde nos sentámos.

Dali se avistava, por entre o arvoredado, uma larga nesga do rio, cujo azul se adamascava de branco. E o céu era branco, de gaze sôbre um fundo longínquo de azul desmaiado. O casario da aldeia próxima brilhava, intensamente dourado pelo sol, e reflectia-se em tons de fogo na água espelhada. Junto a uma restinga de areia, as velas dos batéis que recolhiam ao pôrto paravam, como se uma fôrça insuperável lhes tolhesse o caminho, e ali se aglomeravam, trapejando as velas cansadas. Uma onda rebentava de quando em quando na bôca da barra, e corria, com o seu rôlo branco, pelo rio a dentro, como rasoura de espuma...

Então, eu disse à minha filha:

— Não é verdade que se está bem aqui, neste sofá?

— Sofá?... Pois isto é sala, pai?... Ah! sim... Que sala mais linda e mais grande que é o campo!... — replicou-me ela na sua deliciosa algaravia algarvia.

## SORTILÉGIO ADORÁVEL

Íamos a meio do jantar quando a orquestra encetou êsse trecho, para mim desconhecido, tão impróprio do cenário de luxo e de sensualidade que nos cercava.

Um largo esbôço de sinfonia que me foi pouco a pouco despojando a alma dos ouropéis da vaidade e do orgulho, e a levou quási conscientemente ao enternecimento da contrição. Soavam os últimos compassos — de renúncia, de piedade — e na grande moldura de laca branca, porta monumental de sóbrias e perfeitas linhas, assomou a mulher admirável para a qual, logo e instintivamente, todos os olhares convergiram.

Vestia de setim azul claro, e adiantou-se sôbre o tapete espesso com o andar ofideano mas nobilíssimo duma virgem de outros tempos, a quem uma oculta e curta cadeia tolhesse levemente os passos. Passou perto de mim, deixando um rasto de perfume inefável; assim a desvanecida fragância da rosa que têm outras flores «minores» como o rainúnculo, de que o seu corpo possuía a flexível gracilidade.

Indicaram-lhe lugar à mesa que ficava fronteira à minha e eu pude então observá-la a preceito.

Uma dessas mulheres, cujo delicioso perfil nunca faz suspeitar o grau de formosura que pode atingir o mesmo rosto visto de frente. E de ambos os modos, quási sem parentesco, diverso nas linhas mas igualmente encantador.

O corpo parecia embainhado — com tal exactidão se lhe desenhavam as formas — em azul pálido, e pela abertura do decote, largo e coberto de renda fina, transparecia-lhe o mimoso tom da pele côr de rosa. Penteada com um arranjo simétrico de estátua grega, que dois fartos rolos de cabelo coroavam, como um pesado diadema de ouro, e o busto delicado e castíssimo, mau grado o impertinente relêvo dos dois pequeninos pomos, cujas pontas quási punham no setim do corpete. Os braços fortes — talvez um pouco mais do que a fragilidade do busto exigia — estavam nus até o cõtovêlo, e quando se apoiava na mesa, sustentando o mento nas mãos cruzadas — gesto que lhe parecia usual — immobilizava-se em esfinge: uma esfinge fatigada que escutasse Édipo resignadamente.

Nessa atitude melhor lhe estudei então as feições, para descobrir novo contraste: a testa, os sobrolhos e o nariz, acentua-

dos pela extrema pureza de linhas, indicavam energia e decisão, e a parte inferior do rosto, miúda, recortada, era quasi duma infantilidade dolorosa, mas a expressão geral tão fina e tão estranha, que todos os mais rostos femininos ali presentes se tornaram grosseiros e vulgares em comparação do seu.

Durante dias e noites — a cidade era pequena e facilimos os encontros — segui-a com o meu olhar, que certamente em volta dela tecia uma atmosfera de carinho, de desejo, de adoração. Mas nem de leve o seu rosto deu uma vez sequer mostras de pressentir a minha presença, e quando por acaso o seu olhar, circulando maquinalmente, encontrava o meu, nem se detinha nem se apressava, e seguia na sua derrota indiferente...

Uma noite, porém, retomadas por acaso as posições do nosso primeiro encontro, e quando a orquestra rematava a mesma sinfonia purificadora, o seu olhar procura o meu e deliberadamente nele se detêm, com a expressão sôfrega de quem se abeira duma fonte e bebe para matar uma grande sede...

Perturbo-me até a exaltação e logo o cérebro se me povoa de visões rápidas, fulgurantes, de corpos enlaçados, em infinitos espasmos sensuais... O seu olhar amaciou e sorriu, como a explicar-me que a comunicação fôra perfeita e encetámos então êsse silencioso diálogo apaixonado, que só os olhos exprimem e que é o mais delicioso prólogo à satisfação plenária do amor.

Mas como levasse as mãos à cabeça, com um dos seus gestos mais graciosos, notei que pela primeira vez ela viera ao jantar de chapéu e vestida para passeio ou... para viagem.

À surpresa do meu olhar ela correspondeu com uma clara expressão de mágoa, e teve o movimento de quem desvia o rosto para ocultar uma súbita e forte comoção.

Percebi... la partir dentro em pouco, sem dúvida para um destino que nunca se cruzaria com o meu. Toda aquela sensibilidade, aquela inesperada complacência amorosa, era da mulher que parte para sempre e quer deixar a impressão ácida, cáustica, — e sempre desesperadora — de que estava na sua mão abrir-nos as portas do paraíso...

No meu coração abafado, opresso, começou então a agonizar o quer que fôsse, obra dum momento, alada e tépida, que ela criara e agora destruía: uma rôla solta do seu próprio seio e que os seus delicadíssimos dedos côr de rosa pouco a pouco estrangulavam...

Partiu, com efeito, nessa mesma noite.

## ORGULHO DOS SENTIDOS

Jantáramos entre amigos para festejar o regresso do «homem que viajou». À sobremesa, todos dissertaram sôbre arte e amor. Então o «homem que viajou» disse:

Não são talvez nem as impressões estéticas, nem as eróticas, aquelas que a memória retêm com mais cuidado. A todas sobrepuja a lembrança das necessidades meramente físicas, satisfeitas após a crise do perigo que nos pôs a vida em risco, ou na plenitude do gôzo material: um sono bem dormido quando fechamos um período de vigílias obrigadas e sinistras; a sêde que se mata em dias de caçada, se a poeira nos obstrui os gorgomilos, e o líquido ingerido aos borbotões parece correr-nos o corpo todo e nos empapa o organismo, acudindo com igual solícitude a refrescar o cérebro e as plantas dos pés, como a água sôlta do tanque, em tardes de estio, se espalha pela terra abrasada e fôfa do hortejo.

Matar a sêde! e matá-la com vinho, que eu aprecio, sendo puro, em todas as regiões e com todos os sabores, sem mitologia — o néctar! — como aprecio o amor despido de syntaxe.

Ah! agora recordo uns cangirões de vinho verde, bebidos na volta duma excursão pelos areais fatigantes do Mindelo — excursão turista, bem entendido, porque eu não fui dos mil e quinhentos — nos ardores de agosto, o corpo requeimado pela travessia dum pinhal que o sol incendiava, e o cérebro encandeado pela reverberação da luz crua; os grandes cangirões do leve líquido esgotados lentamente à sombra das altas paredes duma igreja com o espelho do mar em frente a referver de reflexos quebrados...

E o bom vinho negro e espesso, tocado longínquamente de maduro, bebido a caminho do mosteiro de «Poblet», em «La Espluga de Francoli» — nome báquicamente sagrado — vinho que as mães ministram por copos de água a seus tenros filhos — sem por isso a forte raça catalã desperecer; — o vinho bebido a escape, numa taberna lóbrega do «Transtevere», após brava luta com rufias; e a sêde que me matou um vinho espumante de Vicenza, servido pela manhã em cristais esplêndidos, no profundo e amplo tálamo duma esposa de acaso, hetaira exhaustiva... Ah! não, não... Nada que se compare à scena que eu agora reconstituo na mente e teve realidade junto ao «Cabo Miseno». Eu andava com outra

criatura também casual, que tinha a pele, macia como o arminho, toda semeada de pequeninos lunares ruivos, a designarem precisamente os sítios onde os beijos são mais gostosos; criatura doce, indolente e decorativa, que trazia fios de pérolas grossas e falsíssimas metidas nos cabelos, a cujos reflexos adamascados elas misturavam o seu brilho húmido.

Fôramos passar o dia a «Puzzuoli» e antes do almôço démos uma volta em carruagem descoberta pelos «Campi Flegrei».

O calor era horrível, e tanto apertava que o nosso cicerone, — um rapazito tostado, que em «Puzzuoli» se encarrapitara ao lado do cocheiro e nunca mais nos abandonara, esquecido já do sonho eterno de todo o napolitano autêntico — a prometida pançada de «maccaroni al burro» — a cada momento volvia o olhar suplicante para a minha companheira e clamava: «A senhora quiere água; a senhora quiere água . . .»

Água não, mas vinho — disse ela por fim, negligentemente.

E fomos abancar debaixo duma parreira que enfeitava a entrada da próxima taberna. Trouxeram-nos um alguidar trasbordando vinho tinto, e quatro tigelas de barro com que nós o tirávamos e bebíamos. Que delicioso banho interior de fresquidão e alegria!

Daí a nada já todos tínhamos os beiços e a cara lambusados de púrpura; luziam-nos os olhos, e ríamos sem saber do que, espalhando suavemente a vista pelas voltas harmoniosas da «Baía de Baias» . . .

— Basta! — atalhou um dos convivas, ironista encartado. — Vossê não é o «homem que viajou», é o «homem que bebeu» . . .

Mas certamente . . . — obtemperou êle com uma expressão de singular dignidade . . .

#### VÉNUS MOMENTANEA

Vento mareiro fresco, encapelando levemente a água em ondas verdes, floridas de espuma efémera. Aragem que sacia os pulmões . . .

À sombra dum leixão, deitado na areia sêca e fina, eu lia versos, respirando o ar iodado, ou corria com a vista a curva do vasto horizonte, embalado pela canção cristalina do mar.

Perto da praia, o casco todo negro, pesado e sem graça, dum vapor, com uma grande bandeira vermelha desfraldada à pôpa,

e logo o contraste: um iate cinzento claro, que se balouça com elegância.

De todos os pontos do horizonte surgem a cada instante as velas dos batéis de pesca, velas agudas, que se cruzam como asas simbólicas, que se perseguem, que se reviram e param, que prosseguem dispersas, precipitadas, numa desordem de fuga, ou caminham reguladamente em grupos, de conserva, e tudo vai direito à barra, cuja entrada estreita um rochedo esconde.

Outro batel, com a vela toda panda, sai, sòzinho, a barra e entra no mar saltando sôbre as ondas de vidro verde, franjadas de espuma, como cavalo feroso que atravessa um prado cheio de erva.

O céu, dum azul intensíssimo, está como que esponjado de pequenas nuvens; a Ponta do Altar perfila-se com o seu recorte siracusano, e pouco a pouco, ao declinar do sol, acende-se em ouro.

Vai vazando a maré, alargando-se a mais e mais a faixa de areia molhada onde o céu se reflecte como num infinito espelho...

Era a hora da tarde em que os banhos recomeçam, e, como de costume, naquela praia cheia de recortados leixões, os banhistas despiam-se junto às rochas, pendurando nelas o seu fato.

Em volta do leixão, a cuja sombra eu me acolhera, havia roupas de mulheres, que sem dúvida pertenciam ao grupo de serrenhas que ali próximo, de mãos dadas e soltando gritos selvagens, tomavam à babugem da água um dêsse infindáveis banhos aconselhados pelos preceitos da hygiene sertaneja. Pareceu-me reconhecer nelas umas criaturas sem interêsse, com quem amiúde me cruzara pelos caminhos, entre as quais sobressaía certa moça forte, feia e espadaúda, que andava sempre de olhos baixos, exibindo um pudor que ninguém certamente desejaria ofender.

Naturalmente, a minha vista não se distraía do encanto da paisagem ou da intimidade do livro, para seguir no banho as evoluções mais ou menos grotescas daquelas sereias, quanto a mim muito pouco ou nada voluptuárias, e foi assim que elas saíram do mar, e vieram para o leixão onde estava a sua roupa, e ao qual voltava costas, sem eu dar por tal.

De repente senti que alguém tossia, fazendo-o para chamar a minha atenção. Voltei-me instintivamente: era a serrenha pudenta que se limpava, acorada, numa anfractuosidade da rocha que formava nicho.

Tão depressa verificou que se encontrava em foco, ergueu-se, abriu os braços e soltou o lençol.

Prodígio de elegância, perfeição e graça escultural, se me patenteou então o seu corpo enrijecido pela frialdade da água, cujas gotas ainda lhe escorriam pela carne marmórea. O pêso da água afeioara-lhe na cabeça hirsuta um toucado de estátua antiga, e os seios disparavam como duas pombas que vão voar . . .

Impassível, sem um sorriso, e lentamente — tal uma estátua em pedestal móvel — ela rodou sôbre si mesma, franqueando à minha vista sôfrega as mais secretas maravilhas do seu corpo.

Terminada a volta, agachou-se, meteu-se no lençol, e chamou por outra mulher que a veio limpar.

Daí a nada passava por mim já vestida — entrouxada nas suas vestimentas de serrenha lorpa — arrastando os sapatos de bezerro, estúpida, a bôca mole e inexpressiva, os olhos baixos . . .

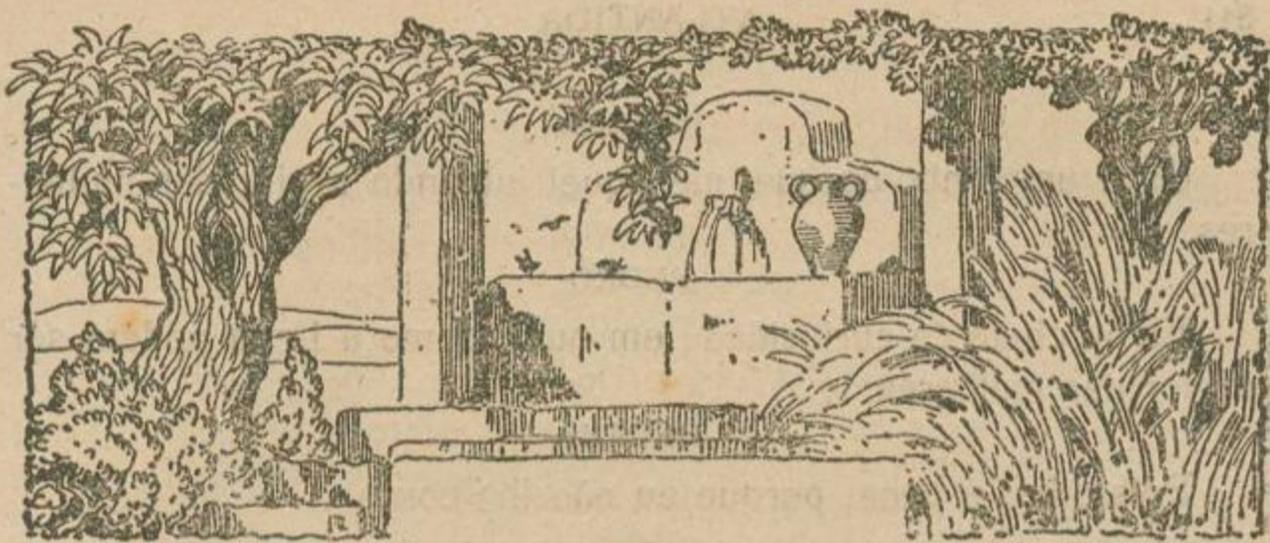
Espreitei-a depois, no banho, vezes sem conto, a ver se a scena se repetia, mas inútilmente.

Outras tentativas, de natureza mais prática, foram igualmente infructíferas . . .

Concluí que assistira, por acaso, à passagem pelo seu corpo duma alma de nereida encontrada dentro de água e enganada pelo aspecto helénico daquela praia . . .

TEIXEIRA GOMES.

Quereis fazer a propagação dos vossos productos em toda a Europa e em toda a America? Dirigi-vos ao  
**ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE PUBLICIDADE DA ATLANTIDA**  
 na Rua Antonio Maria Cardoso — LISBOA (PORTUGAL).



## A nódoa da Amora

(Conclusão)

PEDRO

E à noite, o que fazem? Deita-se cedo?

HELENA

Deito-me em sendo onze horas.

PEDRO, rindo

Muito bem... Mas lê até de manhã, não é verdade?

HELENA

Até de manhã... não!...

PEDRO, sorrindo com delicada ironia

Até de madrugada...

HELENA

E é o que me vale... Olhe: esta noite, por exemplo, que adormeci cedo e não li... foi bem pior...

PEDRO

E então que mal lhe proveio disso?

HELENA

O ler nunca me fez tanto mal, como o horrível sonho que tive esta noite...

PEDRO, admirado

Um sonho?...

HELENA

Sim: um sonho do qual me fiquei julgando a pior das mulheres...

PEDRO

Estou cheio de curiosidade em ouvir como a Lena poderá ser a pior das mulheres...

HELENA

Pois olhe, é pena, porque eu não lho conto...

PEDRO

A um médico diz-se tudo. Pode ser importante para a sua cura. Tenha paciência, mas tem de contar.

HELENA

Ora essa! Mas o que pode ter o meu sonho que ver com a sua ciência?...

PEDRO, sorrindo

Pode muito bem ter...

HELENA

Não conto... Não posso contar...

PEDRO

Vá... ande... conte lá...

HELENA, muito natural

O Pedro acredita em sonhos?

PEDRO

Absolutamente... Mas só de cousas passadas...

HELENA, distraidamente

Oh! não conto! O Pedro fica fazendo má idea de mim...

PEDRO

Podia lá nunca formar uma idea em seu desabono!

HELENA

Imagine, Pedro, que sonhei com o Jorge...

PEDRO

Com o Jorge?...

HELENA

Sim, com o Jorge... Também, é o meu pensamento fixo... É natural... O que eu estranhei foi o sonho...

PEDRO

Devia distrair-se e, quando êsses pensamentos tristes a assaltam, não se abandonar a êles, reagir...

HELENA

Não diga isso... Eu quero exactamente que êste pensamento não me abandone um instante. Prometi ao Jorge não o esquecer à hora da morte...

PEDRO

Bastava que se lembrasse algumas vezes... Viver só para essa idea não é possível... A sua saúde não lho permite...

HELENA

Parece impossível que o Pedro diga isso!

PEDRO

Estou certo que o Jorge, no meu caso, gostando de si como gostava, lhe diria o mesmo.

HELENA

Bem, agora já não o interessa o meu sonho? Sonhei com o Jorge, que estava muito mal... quási a morrer, prostrado no leito. Eu não despregava os olhos dêle, como para gozar bem os últimos momentos da sua companhia... Pouco a pouco, a sua imagem vai-me desaparecendo... e em seu lugar vejo alguém que me sorri com ironia... Como doida, chamo pelo Jorge, que me não responde... Quero fugir, mas então êsse alguém que me sorria tolhe-me os passos, e eu, em vez de me revoltar, de gritar, como era natural, fiquei a conversar sôbre não sei quê de somenos importância, sem desgosto algum pelo que se estava passando. (Exaltada) Como me poderia ser indiferente ver desaparecer uma pessoa para mim tão querida como era o Jorge? Êste sonho fez-me um mal horrível... Diga-me, Pedro: devo ser muito má para ter tido um sonho dêstes, não acha?

PEDRO

Não vejo porquê... Acaso se é responsável pelo que se sonha?

HELENA

Isso não se é...

PEDRO, com interêsse

E lembra-se de quem era êsse alguém que lhe sorria?

HELENA, confusa

Não... não me lembro...

PEDRO, com intenção

É pena!

HELENA

Não sei porquê? Também era preciso para a minha cura?  
(Mudando de assunto) O Pedro nunca sonha?

PEDRO

Às vezes.

HELENA

Os seus sonhos devem ser côm de rosa... Palavra que me interessava imenso ouvir um.

PEDRO

Quere ouvir o meu sonho de cada dia?

HELENA, sorrindo

O Pedro não conta...

PEDRO

Não é nada que a possa interessar.

HELENA

Porque não havia de interessar, tratando-se de si... (Disfarçando o interesse) Nunca me esqueço de quanto o Pedro era amigo do Jorge...

PEDRO

O Jorge e eu fomos sempre bons amigos...

HELENA

Bem sei... e daí a minha grande estima por si... Pobre Jorge, que infeliz!...

PEDRO

Não o lamente, Lena... Jorge foi o mais feliz dos homens...

HELENA

Como pode isso ser, se morreu tão novo?...

PEDRO

Também não se me dava morrer já, se deixasse para me chorarem uns olhos como os seus, Helena...

HELENA, atalhando

Ah! como o Pedro está hoje! Nunca o tinha visto assim, a dizer cousas bonitas... E tem jeito... O que são é mal empregados os galanteios. (Olha furtivamente para o espelho).

PEDRO, atalhando

Acha? Mas concorda com êles, ao menos?...

HELENA

De maneira nenhuma!

PEDRO

O seu espelho afirmou-lhe que não mente?

HELENA, disfarçando

O espelho?... Hoje decididamente não o entendo...

PEDRO

Se eu morresse ninguém sentiria a minha morte... Ninguém sonharia comigo... Não há comparação... Eu sou bem mais infeliz!...

HELENA

Está decerto gracejando, ou é excesso de modéstia? O meu sonho foi até bem pouco simpático à memória do Jorge. Vê-lo desaparecer e não sentir quási pena... poder distrair-me... Eu bem não lho queria contar...

PEDRO

O seu sonho é bem verdadeiro, Lena.

HELENA

Nesse caso sou eu muito má?... É o que me quer dar a entender?... Há pouco disse-me que se não era responsável pelos sonhos...

PEDRO

Mas, pelo amor de Deus, Helena, repito-lhe que nunca pensaria seja o que fôr contra si... A Lena não quer perceber...

HELENA

Então?

PEDRO

Por muito que a Lena gostasse do Jorge, não é natural que o seu desgosto, passados já dois anos sôbre a sua morte, se não tenha ido, pouco a pouco, tornando menos doloroso. A nossa imagi-

nação acostuma-se às ideias mais cruéis, e quanto mais se sofre num dado momento tanto maior é a impossibilidade de se continuar sofrendo igualmente pelo mesmo motivo: a vida seria um tormento se o tempo não fôsse apagando as maiores paixões, deixando apenas a recordação.

HELENA

Mas do Jorge não me deve restar apenas uma recordação.

PEDRO

Creia, Helena, que o seu sonho prova bem que a Lena se julga obrigada a sentir pelo Jorge, toda a vida, um desgosto igual ao que sentiu no momento da morte..., e, como o não sente já assim...

HELENA, com indignação

Não sinto?! Oh! Pedro!...

PEDRO

Não sente, não... e por não sentir revolta-se contra si mesma... e hoje a sua apoquentação (sorrindo) é não estar tão apoquentada como queria... É isto ou não é?...

HELENA

Foi pela ciência que chegou a essa bonita conclusão?

PEDRO

Não... pela razão apenas...

HELENA

Ainda bem!... porque duvidaria que fôsse capaz de me curar com uma ciência que levasse a tão extraordinárias conclusões...

PEDRO

Parecem-lhe extraordinárias? Pois creia que o não são. E a Lena está tão convencida desta verdade como eu...

HELENA

O Pedro não está decerto em seu juízo!... Assim retiro-lhe toda a minha amizade...

PEDRO

Sim? E o que me dá em troca da... grande estima que lhe tenho?...

HELENA

Nada... Não acredito já na sua estima.

PEDRO, vendo o relógio

Oh! é tardíssimo!... Vou-me embora.

HELENA

Já são horas do combóio?

PEDRO

Já. Tenho o tempo necessário de chegar à estação. (Apertando-lhe a mão) Não será talvez preciso vir amanhã?...

HELENA

Não; sinto-me agora bem... Vir aqui é um grande incómodo para si...

PEDRO

Para mim, não... Mas concordo que para a Lena deve ser muito desagradável tornar a ver amanhã... uma pessoa... a quem já não tem amizade...

HELENA

E tive toda a razão para deixar de ser sua amiga...

PEDRO

Está bem... Virei então daqui a um mês.

HELENA

Daqui a um mês? (Joana vem entrando devagar, esconde-se por detrás do biombo e, conforme o que ouve, vai fazendo trejeitos de satisfação ou descontentamento).

PEDRO

Adeus! (Vai a sair) Recomende-me a sua mãe, Helena, sim?...

HELENA, contendo uma ideia

É verdade, Pedro: a mãe também o queria consultar. Ainda esta noite, coitada, teve uma grande falta de ar.

PEDRO

Sua mãe fa-lo há sómente por amabilidade para comigo... O médico assistente é magnífico.

HELENA

Não; mas a mãe tem muita fé no Pedro...

PEDRO

Então, quando sua mãe mandar, voltarei.

HELENA, com muito interêsse

Quando?

PEDRO, com intenção

Daqui a uns quinze dias...

HELENA, fingindo indiferença

Está muito bem. Então até daqui a quinze dias.

PEDRO

Adeus, sim? (Frisando bem) Até daqui a quinze dias. (Vai a sair).

HELENA, com ímpeto

Mas olhe lá, Pedro... Se viemos aqui para a quinta, foi por seu conselho. Agora, não me parece justo deixar-nos aqui metidas... e não nos vir fazer companhia. (Joana faz cara radiante atrás do biombo).

PEDRO

É que julguei desnecessárias as visitas de pessoas a quem se não estimam.

HELENA

Mas minha mãe não tem razões para o não estimar... Eu, dantes, também o estimava muito...

PEDRO

Mas já me não estima agora...

HELENA, fingindo gravidade

Agora?... já não... Mas...

PEDRO

Então?

HELENA

Então!? O seu dever é vir o mais possível por causa de minha mãe. Se fôsse amável, viria até... muitas vezes.

PEDRO, intencional

Acha?!... Sua mãe é assim tão minha amiga?

HELENA, baixando os olhos

É. É muito! É extraordinariamente sua amiga!

JOANA, atrás do biombo

Pede o guloso!...

PEDRO

É curioso!

HELENA

Então. São gostos.

PEDRO  
Devo pois voltar . . . ?

HELENA  
E não faz mais do que o seu dever.

PEDRO  
Quando ?

HELENA, terna

Amanhã, por exemplo ? Agora, adeus !

PEDRO

Bem ! (Beijando-lhe a mão) Até amanhã, Helena ! (Helena não podendo disfarçar a ternura, corre à janela para o ver ao longe).

JOANA, saindo detrás do biombo

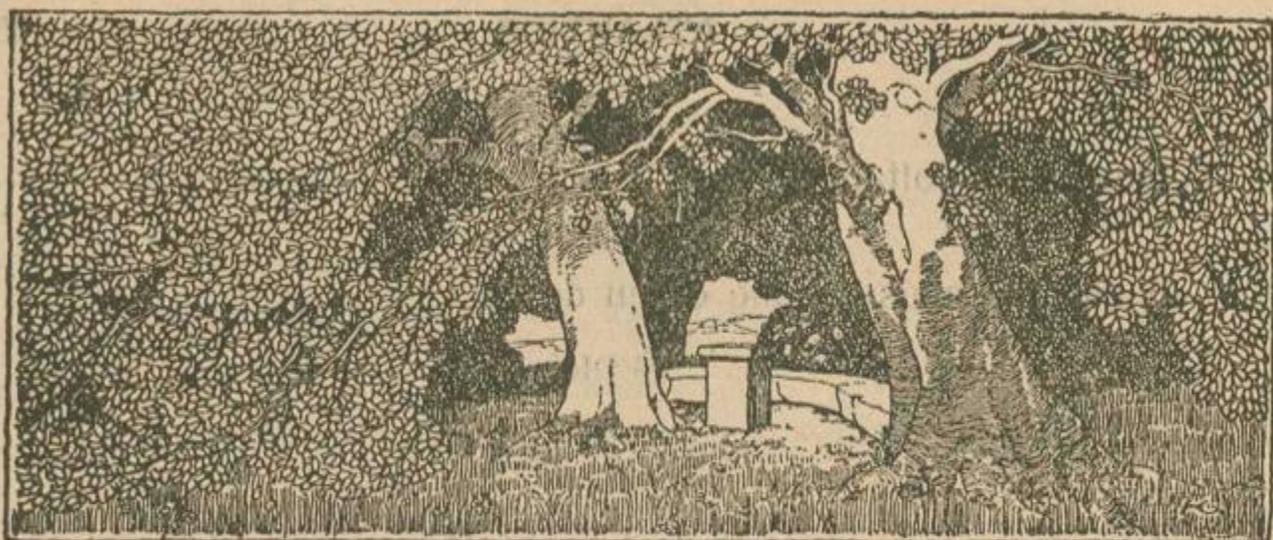
Sim senhor . . . É um bom médico, não haja dúvida ! . . . A menina cura êle, com certeza. Ai ! ai ! . . . É bem certo o ditado : «A nódoa da amora . . . com outra verde se tira».

CAI O PANO

MARIA ISABEL DE SOUSA MARTINS.

JOÃO-GABRIEL DA GANDARA

AMOR



## A Terra do Paraíso

«Ora, o Senhor Deus tinha plantado, desde o princípio, um paraíso ou jardim delicioso.

*Génesis.*

*O' terra do Paraíso,  
O' Paraíso da terra!  
— Entre que vale, mar ou serra,  
Abriu Deus o teu sorriso? —*

*Foi onde o Sol se alevanta,  
No princípio da jornada,  
Como oração começada,  
Como cantiga em garganta?*

*Ou abriu-se o teu sacrário  
Nas bandas de Portugal,  
Onde o sol, por nosso mal,  
Morre no mar, sem Calvário?*

*Onde, mais que em Portugal,  
Sobe a Arvore da Vida,  
— Como a Cruz de Cristo erguida,  
Entre a do Bem e a do Mal?*

*Portugal, o teu Sentido  
É Saùdade . . . Entendo-o, agora!  
— O' Paraíso d'outrora,  
Meu Paraíso Perdido! —*

*Acaso o duro castigo  
De nossos Pais, Eva e Adão,  
Caíu, também, neste chão  
De que Deus foi tão amigo?!*

*O que foste, nas primícias  
Do Tempo, em frutas e mel?  
— O' meu Pomar, meu Vergel,  
Meu Celeiro de delícias! —*

*Onde é que foi? Sabe-o Deus!  
Em Portugal? . . . Pois seria!  
— Terra igual, onde a haveria?  
Onde houve, assim, outros Céus?*

*Que jardim valera mais,  
Entre a serra, o vale e o mar,  
Para virem passear  
Eva e Adão, nossos Pais?*

*Onde há sol mais a contento ;  
 E sombras mais a carinho ;  
 E vale, em forma de ninho ;  
 E o monte, amparo do vento ?*

*Onde, serra maneirinha,  
 Que todo em si se arredonda,  
 E vai do chão, de onda em onda,  
 Mais alto do que a andorinha ?*

*Onde, rosa mais ardente ;  
 Dourados pomos, assim ;  
 Sombra a fugir, no jardim,  
 Como um vulto de Serpente ?*

*Onde é que a Vida seria  
 Mais santa e cheia de graça ?  
 — E eis a Tentação que passa :  
 E perde a nossa alegria ! —*

*Onde um Anjo Guardião  
 Como o Sol, rompendo ao monte :  
 Que logo as trevas, defronte,  
 Vão fugindo em turbilhão ?!*

*Onde houve, em noite ou manhã,  
 Por sôbre o chão, sob os Céus,  
 Mais largos passos de Deus,  
 Maior sombra de Satan ?!*

*Inda o sol, que nos deslumbra  
(Anseio de intimo fogo),  
É Saúde, — pois é logo  
Mistério, névoa, penumbra . . .*

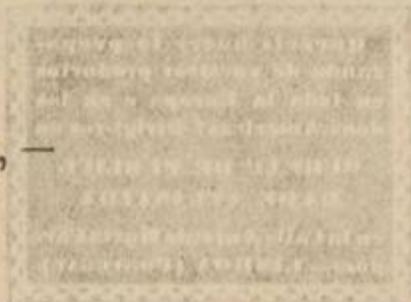
*E o rouxinol em seus cantos,  
E a águia, voando à altura,  
São o eco, a sombra escura,  
De outra voz, vôos mais santos!*

*Inda, na terra, o profundo  
Jeito de amor, é Lembrança  
Do que foi, cheia de esp'rança,  
Quando Deus fez êste mundo;*

*E atrás do Sol, o seu modo  
De ir entrando pelo mar,  
Inda é ânsia de lembrar . . .  
— Ou esquecer-se de todo! —*

*Donde vem esta ansiedade,  
Este longínquo rumor,  
Feito névoa, ou alma, ou flor?  
Donde é que vem? — Da Saúde! —*

*Inda em nossos olhos arde  
— Vejo-a, nos meus e nos teus, —  
Aquele olhar que viu Deus  
Por entre as brumas da tarde . . .*

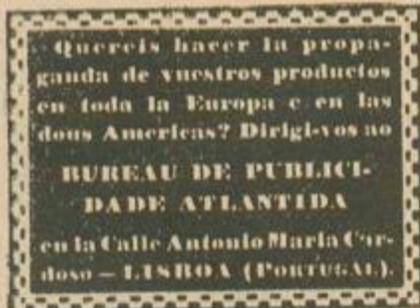


*Inda o rio, num sorriso  
Do luar, entre a folhagem,  
Vai recordando a paisagem  
Dos tempos do Paraíso.*

*E, quando a névoa se enleva,  
Ou cai a luz dos espaços,  
Inda se señtem os passos,  
Os risos de Adão e Eva...*

*Sei em que vale, em que serra,  
Deus abriu o teu sorriso,  
— O' terra do Paraíso,  
O' Paraíso da terra!—*

ANTÓNIO CORREIA DE OLIVEIRA.





MAXIMIANO ALVES – Mocidade

Pertence à Galeria do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Anselmo Braamcamp Freire.



## A Separação da Igreja e do Estado no Brasil

O *Corriere d'Italia*, órgão do Vaticano, teve a franqueza de dizer o que particularmente já se sabia, isto é, que a Igreja Católica ficou em muito melhores condições para ela depois da proclamação da República no Brasil do que estava no tempo do Império. O decreto n.º 119-A, de 7 de Janeiro de 1890, que estabeleceu a separação do Estado e da Igreja no meu país, é-lhe muito mais favorável do que a antiga concordata. Essa tinha sido já a resposta, segundo se dizia, que o Papa houvera dado ao Sr. Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro, quando da sua viagem a Roma.

Desgraçadamente para nós, os brasileiros, isso era a expressão da verdade. O decreto n.º 119-A foi o maior desastre que sofreu o Brasil depois da proclamação da República. Custa a crer que homens notáveis, como os que subscreveram esse documento, não vissem os erros e os perigos que êle trazia para a nossa Pátria!

Tem apenas sete artigos êsse decreto, escrito sôbre os joelhos e ao correr da pena, atentando contra a Constituição da República Brasileira, que é, dentro do sistema presidencialista, muito discutível, considerada como uma das mais perfeitas.

Permitam-me que eu transcreva êsse documento :

Decreto n.º 119-A, de 7 de Janeiro de 1890.

Art. 1.º — É proibido à autoridade federal, assim como à dos

Estados Federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, a criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2.º — A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercício dêste decreto.

Art. 3.º — A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos actos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de constituírem e viverem colectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4.º — Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5.º — A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres actuais, bem como dos seus edifícios do culto.

Art. 6.º — O Govêrno Federal continua a prover à cõgrua, sustentação dos actuais serventuários do culto católico, e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros dêsse ou de outro culto, sem contração do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Ora aí têm o documento com que os legisladores do meu país estabeleceram a separação da Igreja do Estado! Leiam com atenção os artigos 3.º e 5.º, e digam-me depois se valeu a pena abolir a escravatura preta em 1888 para restabelecer a branca em 1890!

Vejamos agora as incoerências da nossa Constituição de 24 de Fevereiro de 1891.

O art. 72.º, Secção II, *Declaração de Direitos*, diz:

§ 28.º — Por motivo de crença ou função religiosa nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e

políticos, nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever cívico.

Pois no art. 70.º lê-se:

§ 1.º — Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

.....  
 4.º — Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual.

Atentem bem nisto: o Govêrno reconhece à Igreja o direito de tirar ao cidadão brasileiro, embora voluntariamente, a sua liberdade individual. Isto é, o Govêrno reconhece o estado de escravo para êsse cidadão! E reparem como estão a brigar os dois artigos 70.º e 72.º!

Vejam agora as conseqüências do decreto n.º 119-A. No tempo do Império tinham sido abolidos os conventos que em 1889 já tinham desaparecido quasi todos, os poucos que restavam devendo a sua conservação à transigência que o Império estabelecerá para com os frades e freiras existentes à data daquela abolição.

O art. 3.º do decreto n.º 119-A e o § 3.º do art. 72.º da Constituição da República, que diz:

§ 3.º — Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para êsse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

.....  
 vieram estabelecer os conventos de frades e freiras e inundar o Brasil com êsses parasitas, no momento em que se faziam os maiores sacrificios a obter braços para a lavoura! E encheu-se o Brasil de todos êsses inúteis que os países da Europa varreram numa sanitária limpeza!

Quanto à propriedade dos templos e conventos, a República, ou os seus irreflectidos legisladores, entregou-a aos novos frades estrangeiros, que não tinham gasto um centavo com a sua construção! E êsses frades têm-se enriquecido vendendo êsses conventos ao Estado, nas expropriações por utilidade pública, ou a particulares que os têm pago por quantias fabulosas! E para cúmulo de fatalidade a maior parte dêsses frades eram alemães;

tendo a República enriquecido assim os maiores inimigos da nossa raça e da liberdade dos povos!

O art. 6.º do decreto, deixando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros dêsse ou de outro culto, está a brigar com o art. 11.º da Constituição, que diz:

Art. 11.º — É vedado aos Estados, como à União:

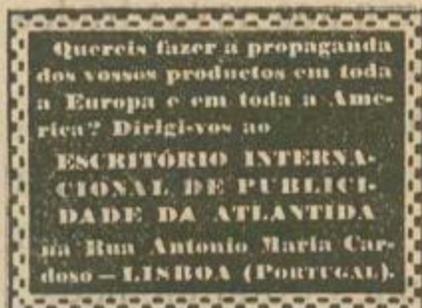
.....  
2.º — estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos.

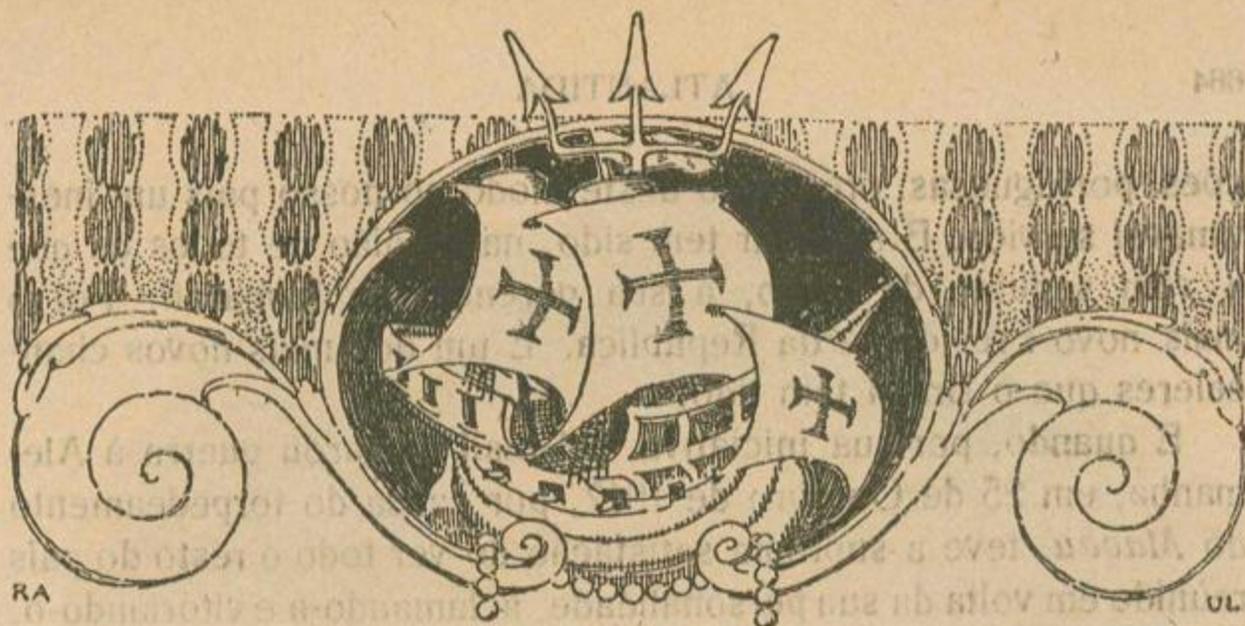
Como vêem, se a Constituição da República Brasileira precisa de ser reformada em muitos dos seus artigos, incluindo todos os que se referem à questão religiosa, o decreto n.º 119-A, de 7 de Janeiro de 1890, tem de ser completamente revogado.

Ele não estabeleceu a Separação da Igreja e do Estado, conforme estava talvez na boa fé dos legisladores: êle instituiu um Estado dentro do Estado, dando à Igreja liberdade de viver em nossa casa como em terreno conquistado, o que ela tem feito, usando e abusando do atraso intelectual de parte do povo e da credence da mulher brasileira.

O 15 de Novembro proclamou a República no Brasil libertando o povo do domínio imperialista; é preciso outro 15 de Novembro que o liberte do domínio clerical. É êsse domínio que deu lugar à resposta do Papa ao arcebispo Sr. Arcoverde e que o *Corriere d'Italia* respondeu com uma franqueza fora do vulgar.

A. RIGAUD NOGUEIRA.





## Nilo Peçanha

É com verdadeira alegria que a *Atlântida* pode publicar hoje o retrato do actual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Nilo Peçanha. Não só porque presta assim homenagem a um dos homens mais representativos do Brasil moderno, a um infatigável, cultíssimo e sagacíssimo promotor das prosperidades da sua Pátria; mas também porque Nilo Peçanha tem sabido ser, com rara inteligência e critério, um admirável defensor da causa dos Aliados na grande República Transatlântica, demonstrando mais uma vez a sua alta compreensão da ideal, dos interesses e das conveniências do Brasil nesta hora de tragedia e angústia para o mundo inteiro.

De resto, toda a sua carreira política é a prova exuberante das suas prodigiosas capacidades de estadista. Propagandista da República ainda quando estudante, deputado às Constituintes, onde logo afirmou as suas qualidades de orador e de jurista — pelo Estado do Rio de Janeiro, que constantemente o quis reeleito, Presidente do mesmo Estado, por várias vezes, Vice-Presidente da República no quadriénio Afonso Pena, e, por morte dêste, Presidente de 1909 a 1910, Nilo Peçanha é conhecido e celebrado pelo seu profundo tino administrativo e pelo seu grande amor patriótico.

A sua administração no Estado do Rio é modelar. Foi modelar a sua rápida passagem pela Presidência da República, durante a qual teve ocasião de reconhecer oficialmente as novas institui-

ções portuguesas, prestando dêste modo ao nosso país um inestimável serviço. E modelar tem sido, na opinião de todos os que a vêm seguido de perto, a sua gerência no Itamarati. Foi o mais novo Presidente da República. É um dos mais novos chanceleres que o Brasil tem tido.

E quando, por sua iniciativa, o Brasil declarou guerra à Alemanha, em 25 de Outubro de 1917, por causa do torpedeamento do *Macau*, teve a suprema satisfação de ver todo o resto do país reunido em volta da sua personalidade, aclamando-a e vitoriando-o.

Para mais, é um sincero, entusiástico amigo de Portugal. E se outros títulos não tivesse à pobre consagração que a *Atlântida* hoje lhe presta, êsse bastaria, decerto, para a justificar perante os nossos leitores brasileiros e portugueses.

Se todos os estadistas brasileiros amassem Portugal como Nilo Peçanha, e se todos os políticos portugueses amassem assim o Brasil, a *Atlântida* veria bem depressa realizada a missão que se impôs como programa, e para a qual é um exemplo illustre, e entre todos precioso, aquele que nos tem dado o actual chanceler da grande nação fraterna.

**Quereis fazer a propaganda  
dos vossos productos em toda  
a Europa e em toda a Ame-  
rica? Dirigi-vos ao**

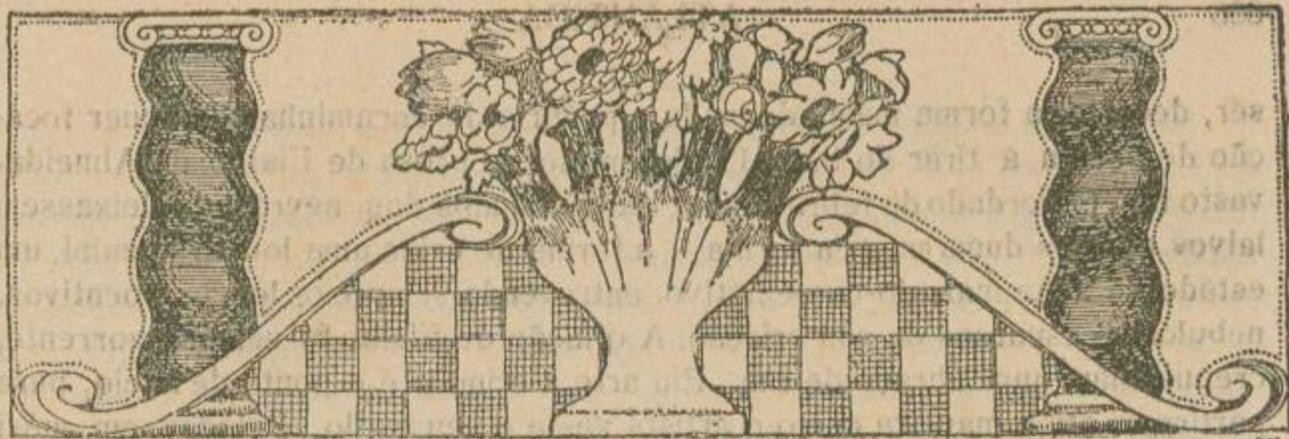
**ESCRITÓRIO INTERNA-  
CIONAL DE PUBLICI-  
DADE DA ATLANTIDA**

**na Rua Antonio Maria Car-  
doso — LISBOA (PORTUGAL).**



Antonio Carneiro  
1918 - IV

*Vilfredo*  
Chanceler brasileiro



## Fialho de Almeida

Nunca a frase milagrosa de síntese de Moreau de Tours «o génio é uma nevrose», se vestiu de tanta precisão, como agora que eu tento focar a individualidade de Fialho de Almeida, o mais estranho debuxista do estilo que a língua portuguesa pôs *en robe de parade*. Fialho é um assombro de génio onde toda a sua emoção estua uma nevrose de estepe, nevrose de anseio tentando uma plástica de renôvo, vestindo uma forma nova de ritmo e de côr. E assim a sua prosa, vasta saturnial de beleza, vive quási todo um ritmo enfêrmo de *sabat* de loucura, num crepúsculo de incêndio bizantino onde êle demorou as tintas do seu pintar. A feeria de Fialho de Almeida previu os debuxos de Bojados, o maior feiticeiro das máscaras e das jóias, que êle embruxa de sortilégio e toda a sua arte sobretudo a emoção, a feição primeira da sua individualidade de contista, desenha frisos em febre e ouro para a tapeçaria da sua nevrose de renôvo e inédito. Na focação emotiva que haja a fazer acêrca das fases do seu modo de focar a paisagem do seu estilo — a fase de panfletário, a fase de crítico-ironista e a fase meramente artística, a que mais eleva, embeleza e mascara as suas páginas de tinta e de febre, é a última, a fase de artista absoluto, louco génio de renôvo onde a língua criou e descobriu uma Índia nebulosa, feérica de sombras, côres em desmaio, traços de debuxo, rictos de máscaras — e dando assim motivo de realização à frase-dístico de D'Annunzio, «renovar-se ou morrer». A sua beleza foi pois um anseio de alguma cousa de sempre novo e de fausto, e eu lembro sempre a ternura dolorosa e vicentina dos ourives de Florença, procurando a rima final dos seus traços de escultura, para a urna ou a ânfora que os seus dedos vestiam, moldavam de beleza e de carinho. Toda a feição da beleza eleita de Fialho de Almeida, fugindo prudentemente duma serenidade estática e dinâmica de crítica, ainda não foi focada suficientemente num debuxo contemporâneo de alma — e assim os meus desejos marcam apenas uma forma de melhor o engrandecer, a forma mais eleita de o revelar através do seu estilo. De mais António Patrício no *Serão Inquieto* marca bem êste ponto de serenidade visual em arte, focar o artista através da emoção, o figurino, a forma do seu estilo. E essa deve

ser, decerto, a forma mais adequada e própria de encaminhar qualquer focação de beleza a tirar do incêndio florentino da prosa de Fialho de Almeida, vasto tapete bordado de febre e ouro, onde as mãos dum nevrosado deixassem laivos eternos duma mágica forma — a forma de criar uma loucura genial, um estado de alma mais-do-que-emotivo, entrevendo sempre os longes poentivos, nebulosos, esparsos da sua criação. A criação de Fialho foi sempre morrente, crepuscular, num abraço de fim. Em arte a criação é o ponto de início, para partirmos até a maneira como o artista veste o seu estilo. Peladan em quási toda a galeria dos seus livros enquadra o estilo, o pseudónimo do ritmo, como o índice de talento por onde o criador molda, estua, modela a sua feição de mago e artista. E o debuxista do *Pais das Uvas*, focado através da sua galeria de tipos, ainda não o foi através da sua paisagem de alma e tapeçaria, onde êle, Nero de génio, pôde laivar de incêndio e chama a ternura quási romântica da prosa do seu tempo, feição anti-europeia duma arte sem passaporte, traduzindo languescências românticas e ternuras fugazes, jornalísticas de estilo fácil. Camilo chamou para o início da renovação plástica de escrever a prosa, a doçura espontânea, a doce musicalização da língua lusíada, toda focando uma *rêverie* de ondas e paisagem, *folk-lore* de génio, onde a sua cegueira parece ter entrevisto o incêndio dezanoviano da loucura do momento, pintando sempre laivos bizantinos de beleza em crepúsculo. Eça de Queiroz foi o genial músico da língua, e é na sua forma de *suite* rítmica (*Adão e Eva no Paraíso* e nas descrições em que ennodoa de estilo a elegância francesa da sua alma de artista) que melhor realça as suas qualidades raras de prosador. A focação dos mesmos motivos de Flaubert e a corrente de Zola levaram-no a um realismo que sem dúvida sulcidou o génio artista das *Lendas dos Santos* e da *Ilustre Casa de Ramires* para as suas obras de serenidade, onde o seu estilo teria ao seu dispor uma das mais plásticas, dúcteis, elegantes, serenas e emotivas maneiras de escrever. Foi um europeu vincando a sua alma de paisagem e crime e raro a sua feição de músico e de plástico surge a mascarar o seu estilo de beleza feérica, nebulosa nevrose, dormindo crepúsculos de sombra no desejo enfêrmo de Verlaine, o embriagado cínico do génio da mentira, a magoar o carmim ciumento das máscaras, de estilo. Surge Fialho de Almeida, e a sua anunciação de beleza arrastou logo mantos feéricos de forma, moldados numa precoce iniciação de paisagem, a longa e dormente paisagem alentejana. Vila-Moura ao focar no seu livro eleito sôbre Fialho a sua influência de psicose, filiando-a na estepe da paisagem alentejana, a estepe do exílio, viu bem o eslavo deslumbramento do seu carácter e da sua feição. Fialho sentiu raramente, num poder de ultra-visão, a influência da sua paisagem, fundo de deserto dormindo lendas, onde êle passeou os olhos da sua infância, na desnuda nudez dos longes crepusculares, dormindo horizontes de medo e de assombro. A paisagem pôs-lhe a infância num fogo de visões, mais tarde criando vulto na ânsia do seu génio, gesto de labareda acendendo chamas feéricas de *sabats*, para o bailado feérico do seu ritmo, crepúsculo de dor em anseios de crime, cio de eslavas ternuras onde o sangue é uma scheherazade ensaiando os gestos mimados de quem molda o anseio da sua própria ânsia de beleza. A paisagem enfeitou a sua infância de medo, deslumbramento e estepe, crime e ouro, o ouro que o sol no poente põe sôbre a lareira da tarde. Os poentes, no longo e vasto oceano de estamenha da campina alentejana, põem

ouro sôbre a hora da distância. E foi êsse ouro manchado de sangue que enfeitou, deslumbrou, a feição, a psicologia de Fialho, nada lusfada, mas essencialmente moscovita, pelo seu mêdo, pelo desvairamento e pela côr sinistra de toda a sua obra descritiva. A alma eslava é bem um plágio latino, moldando sempre renovos imprevistos, e assim a alma de Fialho de Almeida viu bem a paisagem desvairada, viúva, ciumenta dos seus campos — isto sem a feição pelintramente decorativa de alguns possuidores enriquecidos de rimas locais, plagiando a visão estrangeira, mas desnudamente mística e não local de Louis Mercier, nos seus poemas sôbre o lar e a casa. A paisagem, a ternura dos longes, o desvairo romano dos incêndios, a feição ausente da paisagem tão genialmente entrevista em toda a obra nómada, eleita de Mário Beirão, sagrando os longes de tragédia mística, diz bem à feição da estepe, no seu exílio cinzento, viúvo, mendigo e extenso. Assim todos os segredos desvairados da paisagem são um prefácio para o símbolo definitivo do contismo de Fialho, o milagrar depois num debuxo de ânsia e renôvo, o seu modo moderno, feérico, decadente, quasi simbolista, de moldar e vestir a prosa. Portanto, sem um alargamento necessário para o comentário das minhas afirmações de alma (partindo do princípio de Oscar Wilde de que a arte é um estado de alma, e do seu aristocratismo definido pela emoção eleita de Vila-Moura) eu enquadro a paisagem místicamente eslava do Alentejo como a primeira causa genial do desvairamento emotivo, sangrento, sinistro, quasi louco da sua feição definitiva de escrever, quando Fialho em passadas fortes de orgulho subia calmamente o caminho d'annunziano do triunfo, sorrindo epitáfios nos seus lábios, para a récua na mor parte imbecil dos seus íntimos de café e de esquina.

\*\*\*

Fialho não conseguiu nunca, no seu propósito de nevrose, realizar a emoção duma obra definitiva e serena. Êle o atesta na sua auto-biografia do — *A' Esquina*, em páginas grandes, mas restritas demais, ao que íntimamente perante o espelho do seu génio teria a dizer de si, da sua feição, da sua plástica literária, da sua subtil e nervosa, louco-lúcida côr de painelista, debuxista de bizarras tintas, ou mago das côres berrantes. Flexa Ribeiro define no seu trabalho sôbre Fialho um ponto de vista admirável, numa análise que seria útil continuar, desnudando em todas as suas minúcias a alma dos grandes escritores, produtos eleitos onde o génio teima em residir feerías de assombro e imprevisto. Mas foi a bem observada intuição do Visconde de Vila-Moura, ao escrever o seu livro sôbre Fialho de Almeida, que mais eleitadamente, super-inteligentemente do que ninguém (o grande artista, o autêntico artista é sempre super-homem) sentiu a sua tragédia íntima de criador « — Fialho muito do sul é como já vimos um pintor, ou melhor um painelista no geito dos pintores da Espanha meridional, logrando pela pena, conforme o seu poder de descritivo, dar a côr, tonalidades e almas tão distantes e irreais, e no entretanto tão sinaladamente íntimas e perfeitas, como só encontramos nas prodigiosas colecções de alguns autores da Andaluzia, isto a averiguar da impressão das suas madonas e dos seus aleijados, ou seja de quasi toda a sua galeria de excelsos e de sinistros».

Sinistra foi portanto toda a sua feição de alma, e se Teixeira Bastos no prefácio do *Dicionário dos Milagres*, de Eça de Queiroz, procurando inutilizar a crítica do *Brasil-Portugal*, de Fialho, diz ter êste um quási pleno de influência dos Goncourts — é ver o tom sinistro, trágico, suicidante, rembrandesco da sua obra, para que a sua fogação de motivos o afaste dêsse propósito tão insinuado, num mero despeito do admirador de Eça. A obra de Fialho enquadra numa galeria de sinistros e trágicos, e o grito oswaldiano de Ibsen, é o *leit-motiv* de loucura, da sua obra mascarada de nevrose e génio, onde o estilo se enroupa de féeria e milagre e a própria língua se deixa moldar ao geito do seu capricho de cinzelador febril. A falência numa obra a realizar, plenamente, ausentou-lhe, desvairou-lhe a ânsia de novidade, de imprevisto e de renôvo, e assim para os novos seus discípulos, para a galeria trágica dos precoces, os irmãos gémeos do triunfo e da loucura, a sua prosa é a oração de infância e de adolescência onde se aprende a tecer, a cinzelar o ritmo milagrento duma frase, estuando um sangue quente de paisagem e desvairo.

Todo o seu estilo é um plágio emotivo do seu temperamento, doentio e bizarro, simultâneamente.

Fialho foi um músico por intuição, e se a sua obra quebra a ordenação musical que os seus livros deviam reflectir, é porque a sua própria ânsia suicidaria tudo o que não tivesse êste aspecto pleno da sua obra — a ternura do imprevisto e do renôvo. Ourives florentino o seu estilo é um tapete envelhecido de debuxos, onde êle fôsse mimar novas ternuras, para o moldar, restaurar de febre. Ravel da prosa, Debussy nos efeitos nebulosos do seu estilo, o conto «Cancro», por exemplo, atesta um poder desnudo de visão toda desvairada, ansiosa, onde o escritor se confessa êle-próprio. Só quem muito sentiu a dolorosa ânsia de moldar, de vestir a prosa de forma e alma, sofre, como Fialho sofreu, o poder subjectivo da sua ânsia, nevrose de tudo querer ver, eleitamente, pessoalmente, criando assim uma feição única de fazer a prosa. «Se em toda a obra de arte alguma coisa deve ficar por dizer ou mostrar, não é êste o caso do nosso artista», afirma Manuel da Silva Gaio, querendo assim mostrar-nos que Fialho não é um fragmentário da sua própria visão. Isto é, o seu estilo resume, sobretudo, um estado vidente, desnudando todas as arestas e as sombras que poderiam quebrar o desnudamento do seu caso — de nada deixar por dizer. Profundamente pessoal, querendo alcançar sempre um além-plástico de emoção, a obra eleita, meramente artística de Fialho, define-o como o maior, o mais doente feiticeiro que a alma humana e a raça têm criado, ao ritmo da sua paisagem e da sua maneira de ser, profundamente, especialmente íntima.

\*\*\*

Evidente que Fialho se desloca da raça e indo contra o realismo de Zola, Flaubert, o naturalismo descritivo de Dickens, a maneira quási meramente desartificiosa de Galdos, contra o satanismo de Baudelaire e de Verlaine e a feição predominante do simbolismo, criou através da sua própria alma uma maneira sua, predominantemente musical, de chamar a uma parada de beleza todos os seus recursos de língua. O descritivo quebra em Fialho de Almeida

a sua ânsia de receptivo e em muitos dos seus casos, como o conto do *Pais das Uvas*, uma velha esperando um filho vindo do Brasil — o lado receptivo é apenas o motivo de focação, porque o seu descritivo é que é o nervo da sua plástica, da sua côr e da maneira emotiva de lançar as linhas do seu estilo todo enfêrmo, embriagado de febre.

Se nós focarmos os *Contos* com a tragédia enorme da «Ruiva», indo palpar a frieza de mármore dos cadáveres para os incestuar de carinho, com o seu cio quente e selvagem, desvairado e enorme, essa tragédia desloca o em focação da sua arte, da raça que só em ultra-emoção poderá sentir mais do que humanamente esta histeria de arte. O artista arrasta a sua tragédia, o seu sinistro, descrevendo shakespearaneamente em tintas desvairadas de Hoffman e de Poe, com os indícios mais do que lúgubres de Dostoiewsky e dos nórdicos da sua predilecção tão irmã, a sua forma de conjunto e no seu contismo, define e garante que a raça só na desvairada viuvez e tragédia, na ausência mística e árabe da sua paisagem lhe emprestou a sua psicose e o seu mêdo, mêdo funesto que Fialho tão bem soube traduzir no seu estilo.

Surge a «Madona», enorme, única, trágica de desespero; «Manuel», indício auto-biográfico dum génio desequilibrando toda a sua máscara de tragédia; os «Pobres», onde toda a sua feição de beleza se mascara de unção e crime, sinistra planície de mêdo e fatalidade, onde gorgeia a sua desgraça de alma. Uma sua frase «mutilações de uma grande estátua» define até, em evidência e verdade, o sentido perdulário da sua grandeza de emoção, em grande parte tão perdida. «Na noite de Alcácer-Quibir» que trágica forma a sua, onde o estilo todo se renovou de assombro e feeria, para a parada do seu génio em plena maturação, em pleno império de forma! — *A Cidade do Vício*, mesmo as *Pasquinadas*, *Lisboa Galante*, *A' Esquina* e, sobretudo, *O Pais das Uvas*, denotam, desnudam, através da sua mutilação de beleza, a mais formosa antologia de ruínas em que um artista de febre incestuasse, o ouro, a pedraria, o sangue, o enleio, o mistério, a magia, a plástica, o ritmo, a *allure* da sua arte tecida por esguias mãos desvairando um rito de mêdo e génio, numa ara de beleza, laivada pelo gesto das chamas.

\*\*\*

A parte que mesmo no livro *In Memoriam*, a seu respeito, a envolver os valiosos aspectos da sua obra foi escrita, ainda não teve, como eu queria que tivesse, um laivo de crítica ou visão para a maneira como êle traduzia em debuxos apressados a nervosa ânsia do seu estilo, *sabat* de desvairo. encantamento e ritmo, todo entrevendo a maneira como êle vestia, enlaçava as palavras de ritmo e colorido. A feição de beleza da obra meramente artística de Fialho é, para os artistas do século, o maior indício de que a nossa genialidade lusíada ainda pode criar um estado de universalização artística. Demais na sua tendência moderna de síntese, a arte tende num ultra-nacionalismo a equiparar o movimento europeu da emoção contemporânea, criando um estado wildeano de alma.

Por isso a obra do eleito autor dos *Gatos* foi tão ultra-nacionalista e europeia!

O seguimento, a plástica da obra definem o artista, como a concepção define, autentica o criador. Os dois complementos de visão definem o raro, e ninguém melhor do que Fialho tão raramente sofreu o exílio da sua incompreensão. Vivendo numa época a que uma frase duma carta de Silva Pinto empresta realidade, dirigida a Ferdinand Denis — «Em Portugal vai longe a desmoralização — ela abrange política, arte, ciência e dignidade pessoal. A geração moderna afigura-se-me gangrenada», — a obra de Fialho perdeu o seu vôo genial de alma, porque em grande parte foi focar a realidade política que lhe deu depois em todo o seu seguimento um tom desequilibrado de panfletário ilustre. Bem sei que mesmo esta parte da sua obra, prestando-se ao enlêvo boçalmente crítico dos seus vituperantes rabiscadores, a que o Dalmaso Salcede do Eça empresta o lado caricatural, traduz, no entanto e sempre, um espírito eleito onde a beleza adormeceu, donde em onde, um sonho de feitiçaria.

Eu temo sempre as pretensas impressões críticas desnudando a estatura irónica dos grandes espíritos, porque na viúvez da sua alma êles vivem ainda o sorriso velado da sua ironia. E Fialho, um pouco no geito de Eça, figurino lusíada da ironia gaulesa e elegante, numa *allure* sempre velada, sorri sempre através do seu desdêm, buscando o ridículo das almas e das máscaras na sua vasta multidão de palhaços e de farçantes. Esta ironia vai como um caso admirável de encomenda para a lapela mental da mor parte dos senhores escreventes do *In Memoriam*, a Fialho, editado sem que uma cuidadosa focação da sua individualidade, prejudicada pela acidentação e fragmentação política de grande parte da sua existência, desculpasse o seu vôo genial de alma e forma.

Se uma rufna de beleza perdura na obra eterna de Fialho de Almeida o fiandeiro bizarro do estilo em rendas feéricas de beleza, façamos nós, os raros da sua emoção e os órfãos do seu génio, da sua arte um convento profano de alma onde possamos ir comungar a nossa sensibilidade individual de beleza, vindo até nós sempre eterno no sonho bizantino, de milagre, o assombro dos seus dizeres onde o desdêm procura sempre ritmos de combate em *rêveries* de alegria e de mêdo, todas ennodoadas de andantes de bruxaria e anseio. — A maneira de Fialho marca a maior vibração, o maior enleio de beleza e forma que a língua portuguesa criou para o seu império de alma — feição meramente estranha, de leve simbolista, debussyanamente descritiva, orquestral, a prosa de Fialho, trágica e eslava, é um mito de *sabat* unindo corpos desnudos de véus, lembra a ternura moscovita das paisagens enfêrmas de neve e sofre a estepe de exílio da planura alentejana, paisagem mendiga de árvores onde o manto de estamenha cobre os longes de pobreza, viúvez e temor, sortilégio e anseio.

Só quem passeou a sua emoção através do deslumbrante estilo de Fialho, o Rembrandt feérico da arte de dar debuxos de febre à prosa, pode sentir quanto a sua índole tem influenciado a longa falange dos novos e dos que empós o artista vieram a moldar a ânfora irreal das suas frases de contôrno, todas plásticas de beleza quási helena.

O seu estilo mascara as almas e os tipos e mascara até a paisagem, de um intuito vidente de querer ver tudo, com a velatura ansiosa da sua maneira de requintar o estilo, que veste sempre, enverga sempre, um motivo de

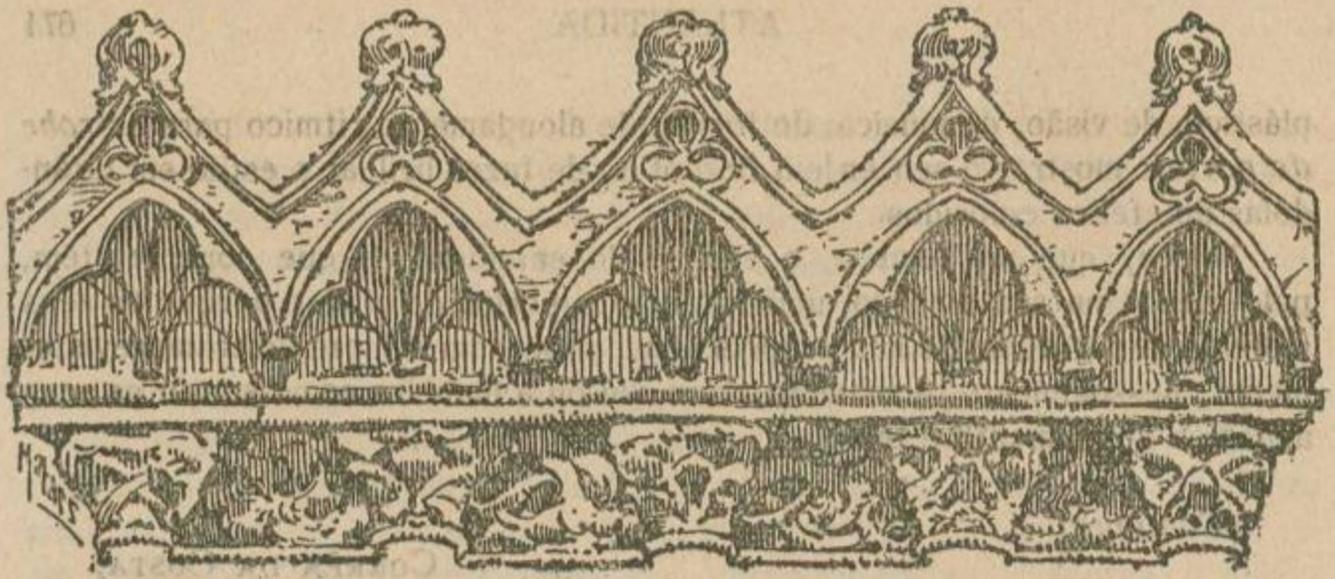
plástica, de visão, de música, de forma, de alongamento rítmico para *en robe de parade* mostrar o seu enleio florentino de fazer brilhar o estilo em girândolas de efeitos coloridos.

Nunca, que me lembre, o seu estilo entediou, os que como eu têm, pelo menos na sua emoção, uma intuição superior de alma e porque os seus motivos, a paisagem da sua própria alma, procuram sempre dizer imprevisivelmente, pessoalmente, a maneira como viu ou a maneira como sentiu os seus aspectos de momento e febre.

(Continua)

CORRÊA DA COSTA.

**Quereis hacer la propa-  
ganda de vuestros productos  
en toda la Europa e en las  
dous Americas? Dirigi-vos ao  
BUREAU DE PUBLICI-  
DADE ATLANTIDA  
en la Calle Antonio Maria Car-  
doso — LISBOA (PORTUGAL).**



## O Sacrilégio de Odivelas e a gente de nação

*Ao meu amigo, o escritor Aquilino Ribeiro.*

Desvelava a face, sacudindo como um pesadelo as sombras da noite, o dia 11 de Maio de 1671. O pároco de Odivelas, logo aos primeiros alvares, encaminhara-se para a igreja no piedoso intento de celebrar Officio Divino. Despreocupado como quem vai a desempenho de tarefa cotidiana, aguardava-o dolorosa surpresa. A porta principal da casa do Senhor deparava-se-lhe entre-aberta. No interior do Sagrado recinto certas imagens exibiam-se descompostas, desprovidas de suas vestes. E dirigindo-se ao altar-mor notou o Sacrário fora de seu lugar, dando indícios seguros de ser aberto com violência. Os dois vasos de prata que continha, um todo branco e outro dourado em que estava o Santíssimo em dez ou doze partículas e duas hóstias grandes, haviam desaparecido. Em mais atento exame, dominando sua dor e indignação, reconheceu faltarem-lhe ainda a luneta da custódia, o corporal e um sangüinho. O espaldar do dossel fôra também levado. E a imagem do Menino Jesus, que estava sôbre o Sacrário, achava-se em desdenhoso abandono por cima do altar, sem camisa, desguarnecido de suas roupas e meias tão ricas.

Revedo a Senhora do Rosário não lhe encontrara também suas contas de cristal com extremos de ouro. Mas não ficara por aí o ímpio vandalismo. Passando ao altar colateral da mão direi-

ta, onde se venerava Nossa Senhora do Egipto, cuja imagem era o enlêvo de tantos crentes, via-a despojada indecorosamente de seu manto, toalha e vestidos exteriores, achando-se no pé do altar a coroa amassada a que faltava uma jóia.

Pelos outros altares as imagens de Santa Catarina, Santa Luzia, S. Brás e Santo Amaro denunciavam sinais visíveis de haverem sido tratadas «com indecência e descompostura». O Santo Sudário, que se guardava a preceito na gaveta da mesa da Irmandade do Senhor, desenrolava-se profanadoramente sôbre um altar, desprovido do tafetá encarnado que o envolvia. E até a fronteira, aquele pano de serafina escarlate da dianteira da mesa dessa Irmandade, fôra também roubado.

Com o coração confrangido, pôs-se a verificar o Sacerdote o restante do recheio opulento e sagrado da igreja: a prata, os castiçais, frontais, toalhas e sacras. Nesse alanceado inventário não dava por falta de mais. Em sua mente consternada tomava vulto a primeira idea que lhe acudira: andava por ali obra danada e vingativa de judeu. Demais, a importância pecuniária do roubo não era ainda assim elevada; as maiores preciosidades tinham sido poupadas. O que sobrelevava era o desacato infamíssimo perpetrado contra os próprios Santos e mais ainda o sacrilégio feito ao Santíssimo Sacramento, que fôra arrebatado em seu vaso dourado. E propositalmente, sob instigação satânica, o maior roubo fôra consumado no Sacrário. Não havia que duvidar. Era a afronta ou scelerado desafio levado a cabo por gente de nação, pela proscrita raça judaica.

Inteirado sôbre o execrando furto e atentado contra a casa do Senhor, mandou tocar os sinos, e, convocado o povo, em altos brados publicou o crime horrendo e inaudito, que tamanhas desgraças poderia chamar sôbre a pátria! Quanto a ira de Deus estaria agravada! E que havia de ser dos Portugueses se aquela cólera sagrada do Jehovah bíblico, como mar encapelado de chamas, se desencadeasse sôbre suas cabeças pecadoras? A multidão, embargada de soluços, carpia longa e copiosíssimamente sua miséria e desdita.

In-continenti seguiu aviso a Sua Alteza, ao Tribunal da Inquisição e ao Cabido. Iniciaram-se as diligências, correndo devassas por toda a Côrte, casa por casa, pessoa por pessoa, «sem querer Deus que se descobrisse menor indício dos agressores». Foi tal a repercussão do horrendo caso sôbre as almas religiosas

de Portugal, que neste reino os templos se vestiram de luto e bem assim as «pessoas de todo o porte» e qualidade. Houve por muito tempo procissões de lágrimas e penitências, tomando parte numa realizada no Pôrto, o célebre inquisidor-mór Sebastião César de Meneses, desterrado da Côrte e vergando já ao pêso de remorsos da consciência.

\*  
\*  
\*

A cristandade estremecera de horror e revolta, enquanto os filhos de sangue hebreu empalideciam, transidos de susto e pavor, na perspectiva da borrasca que se erguia temerosa sôbre suas almas ímpias. Os cristãos viam no acto temerário sacrilégio só possível em gente de nação. E os sectários da lei de Moisés interpretavam o desacato, no arcano de suas consciências alvoroçadas mas inocentes, no sentido de sua permeditada perdição. Era a perfídia cristã a desfechar sôbre êles a vindicta e desgraça.

¶ Pois não era o judeu a cabeça de turco imolada a cada passo à insaciável cupidez e desatino dos católicos? Não estavam ainda satisfeitos do seu sacrificio? Os milhares de cruzados expendidos em salvação de suas vidas e haveres não dessedentavam a sofreguidão indigena! A chuva de ouro hebreu caindo sôbre a Santa Sé, em homenagem à consciência pontifícia, de nada lhes valia. E o judeu ludibriado, expoliado no reino e em Roma, condenado às torturas e autos-de-fé da Inquisição, chorava seu destino. Eram reiterados os ataques à sua bôlsa, onde, por graça e virtude de Moisés, o ouro parecia multiplicar-se. Não saciada a gula famélica da lusitana gente, exigia-lhe ainda o próprio sangue. Seus corpos eram arrojados à voracidade das chamas e seus bens confiscados.

Só os de Francisco da Silva renderam mais de cinqüenta mil cruzados. E porque morrera em casa a 15 de Setembro de 1618, antes de ser denunciado, seus ossos foram desenterrados e calcinados com sua estátua em Coimbra, no auto-de-fé de 16 de Agosto de 1626. Nas culpas de judaísmo, quando não surpreendiam o deliquente vivo para o lançar à fogueira purificadora, queimavam-no em estátua. No auto público da fé celebrado na Ribeira de Lisboa, em 31 de Julho de 1611, a que assistiu o Vice-Rei, prègando Fr. Sebastião da Ascensão, dominicano e bispo de Cabo Verde, 8 pessoas foram incineradas por judaísmo, sendo 7 em estátua. No auto da Ribeira de 11 de Fevereiro de 1617, em

que saíram 148 pessoas, foram relaxados em estátua 14 cristãos-novos e 8 mulheres. Certo mercador, de nome Luís de Andrada, casado com Brianda de Andrada, porque contra êle havia indícios e suspeitas de se passar à lei de Moisés, pois guardava os sábados de trabalho, nesses dias se vestia de camisa lavada, jejuava às segundas e quintas, não comendo senão à noite, e deixava de comer carne de porco, lebre, coelho e peixe sem escama, foi relaxado em estátua por — a tempo se haver ausentado para fora do reino — no auto público da fé na Ribeira de Lisboa, no domingo 16 de Fevereiro de 1614. Se porém acontecia ao judaizante morrer no cárcere, conforme sucedeu a André de Avelar, cónego tercenário da Sé de Coimbra, mestre em artes e lente de matemática da Universidade, falecido a 29 de Outubro de 1620, mandavam desenterrar-lhe os ossos para os queimarem, como a êste fizeram no auto público da fé celebrado na praça dessa cidade a 28 de Novembro de 1621. Eram derruidas e salgadas as casas, onde se entregavam às práticas abomináveis, quando, para maior ignomínia, não usavam levantar um alto padrão alusivo ao acto, consoante sucedeu em Coimbra e consta da sentença do Doutor António Homem da Fonseca, denominado doutor infeliz, cónego doutoral da Sé de Coimbra, lente de Prima de canones daquela Universidade, que fazia de rabino e gran-sacerdote da lei de Moisés, sendo dado por hereje, apostata, dogmastista, contumaz, negativo e sodomita, aos 60 anos, morreu de garrote e foi queimado com a carocha na cabeça no auto-de-fé celebrado na Ribeira, em Lisboa, a 5 de Maio de 1624. Tantos e tão fervorosos eram os admiradores de sua luminosa inteligência e acendrada fé que pretenderam em Lisboa fundar uma Irmandade em que, sob a invocação de Santo António, Cónego Regrante, se rendesse culto à memória do mártir do judaísmo. Malogrou, porém, a tentativa a recusa do Prelado prevenido.

E a mente dos filhos de Israel revolvia-se perplexa, ante a ameaça que contra êles de todos os lados se levantava. ¿ Não seria traça para desviar a atenção dos escândalos da Côrte? ¿ De que extravagantes sucessos viriam a ser testemunhas?

Decorridos vinte dias sôbre o infausto acontecimento, foi Pedro II com toda a Côrte a Odivelas; transportou-se o Santíssimo do mosteiro para a igreja e, entre ruidosas festas, exultou o fervor religioso da gente lusitana.

O beatério continuava a regougar por largo tempo interminá-

veis pragas e esconjuras contra aquelas almas mofentas e danadas dos herejes. Alterou-se a Côrte e o reino inteiro, deflagrando os motins contra os cristãos-novos. Chegaram os católicos a conseguir da graça de Sua Alteza a promessa dum decreto com eficácia e valor de lei, expulsando-os a todos do reino. Dêste modo se aplacara a indignação popular. Mas quanto a efectivar-se o compromisso tomado — os príncipes e reis, por vezes, de tal impertinência se dispensam, e ao amante da mulher de seu irmão e usurpador do trono sobejava-lhe para isso o desafogo . . . Em verdade, o decreto foi lavrado a 22 de Junho de 1671, mas ficou sem execução. Pois na prática, — nota o diário dum coevo, como em alusão à defesa do Padre António Vieira a favor de judaizantes — seria defraudar o «reino de honras e fazendas e foi necessário dissimular com a cizânia por não arrancar o trigo. . . «Famílias da mais illustre ascendência estavam poluídas de sangue israelita. E aos altos cargos acrescentavam alguns o prestígio de avultadas riquezas.

Certo é que se viam os cristãos-novos vigiados em seus propósitos, como até nas expressões. Por sinal, o célebre *Forragaitas*, de raça hebreia, afamado por sua riqueza e influência, a certo mercador, queixoso de não ter com que adornar a casa para a procissão de Corpus Christi, respondera-lhe que «a armasse de baetas negras». Valeu-lhe a alusão irónica ao luto que o reino vestia o ser preso. E pagou mais caro o humor que, decerto, acedendo às lamúrias do biltre que o assediara, pois foi «condenado em quatro mil cruzados para as obras da igreja donde se fez o sacrilego roubo, e com destêrro de quatro anos para o Mazagão».

Os autos-de-fé prosseguiam em Coimbra, Lisboa e Évora, no extermínio da seita amaldiçoada do Senhor. Só no celebrado em Coimbra, a 11 de Junho, saíram 221 pessoas e 10 a queimar, «sendo — comenta o noticiarista — tal a infame desta canalha que quanto mais se atalha mais cresce, verdadeiramente condenada ao fogo por natureza, que na pior matéria se ceva com mais actividade». E no que teve lugar em Lisboa, 90 penitentes expiraram entre as chamas. O que fazia exclamar ao mesmo fiel católico: «diabólica obstinação da perfídia judaica, crescer com a repugnância e multiplicar com a oposição».

Os judeus eram alvejados em pasquins e versos ricos de alegorias. Duma dessas composições poéticas da época que ao es-

pírito crítico do depoente dêstes acontecimentos se antolhara a melhor, transcrevo, como mimo poético do tempo, pela originalidade da comparação, a seguinte décima :

Por hum pomo que roubou  
Eva da árvore vedada,  
Foi por Deus tão castigada  
A gente que não pecou.  
Muito adiante passou  
Êste roubo tão fatal :  
Castigue-se cada qual  
Que da Hebreia Nação fôr,  
Com todo aquele rigor,  
Que convêm num caso tal.

\* \* \*

Vejamos em que resultam as diligências. Logo no dia do infausto acontecimento correu o rumor de que uns cristãos-novos se embarcaram em navio francês que, ao raiar de alva, partira de Lisboa, apesar do vento adverso e desfavor da maré. Aprestou-se logo caravela em sua perseguição ; mas voltou sem alcançar seu intento, atribuindo-se a que por malícia intencional «o navio mentiu a derrota». Era esta uma das versões mais correntes. Entretanto algumas pessoas foram presas «por leves indícios». Mas, decorrido algum tempo, constava que no ôco duma oliveira se achara uma parcela do furto. O certo é que a 16 de Junho numa vinha, em Odivelas, se encontraram atados num lenço os dois vasos Sagrados, sendo notada no dourado a falta da cruz do remate. Junto estava também uma trouxa de vestido de Nossa Senhora e do Menino Jesus, o espaldar do dossel e o tafetá do Santo Sudário — tudo envôlto na frontaleira escarlata da mesa da Irmandade. Conhecidas as peças como pertencentes à igreja, recommençaram as pesquisas. Incidiam agora sôbre o reconhecimento do lenço que envolvia os vasos Sagrados. No encalço desta pista «foram examinadas todas as tecedeiras e lavandeiras desta cidade e seu termo», não se apurando maior notícia sôbre o caso.

Estavam as cousas neste pé quando na noite de 18 de Outubro, por volta das onze horas, foi preso, na cêrca do mosteiro de Odivelas, um moço que várias vezes lá entrara no propósito de fazer gaziva entre os galináceos destinados ao confôrto gastronómico das monjas. Remexidas as algibeiras descobrem-lhe, numa bolsa, uma cruz de prata dourada. Logo se levanta presunção de

pertencer ao remate do vaso que encerrava o Santíssimo. E confirmada a suspeita, perante o corpo de delito, segue o réu preso para Lisboa, a ser entregue à argúcia da justiça.

Todos aguardam desopressos que o caso se esclareça, mantendo aguçada curiosidade quanto aos cúmplices presumíveis. Pois o preso era um campónio rude e lorpa, dando mostras de mui fraco entendimento.

Perante o interrogatório, o réu embaraçado ora diz que vira cair a cruz da gaveta do escritório de seu amo, ora afirma que, indo surripiar-lhe dinheiro, lha furtara da gaveta, constatando-se, pelo ulterior depoimento daquele e mais pessoas da casa, a falsidade da acusação. O achado fortuito duma chave nas algibeiras, e que dizia destinada a guardar o fato em casa de mulher sua conhecida, levou a descobrir, entre suas véstias e andrajos, a bola do remate do lampadário da capela-mor, a jóia da coroa de Nossa Senhora, a luneta da custódia, o corporal e o sangüinho. Em face de tais provas a confissão prorrompia sincera e sem tibiezas.

Ao anoitecer de 10 de Maio, o réu insinuara se na igreja pela porta principal, sem que fôsse pressentido, enquanto o sacristão subira ao campanário a tanger as Ave-Marias e outro moço devotamente acendia a lâmpada da capela-mor. Ofuscado pela beleza e luzimento da Senhora do Egipto, que explendia de ouro e graça no altar colateral, «cubiçando-lhe o manto» escondeu-se naquele recinto Sagrado e ali dormiu. Acordando pelo decurso da noite, sob a mesma obsessão fascinadora—dirigiu-se à Santa «a despiu e tratou com indecência». Induzido pelo demo consumou livremente a profanação e o furto. Mas, depois de aberto o vaso dourado do Santíssimo — assinala a sentença — «querendo tirar de dentro as dez ou doze partículas e duas hóstias consagradas, lhe dera um tão grande pé de vento que o fizera cair no chão, donde (*sic*) estivera por espaço de tempo sem acôrdo». O aviso milagroso deveria regozijar os juízes da relação e bem assim as almas pias e devotas, como é decerto a do leitor. Mas, prossegue a sentença: «sem embargo dêste misterioso sucesso, se levantou ainda obstinado em sua cegueira e irreverentemente com as mãos sacrílegas, e imundas, tomou as Sagradas partículas e Hóstias consagradas, e as comeu».

Sob o mesmo diabólico impulso, roubara ainda uma toalha a S. Sebastião e descompusera as Santas e Santos, ultimando seu

crime abominável. E por iniciativa própria, sem mais cúmplices que Satanaz, perpetrado o infame delicto, saíra ao amanhecer «deixando a igreja com as mais imundícias acontecidas em o acto».

\*  
\*  
\*

Como se depreende, o sacrílego réu era um degenerado, associando à *Cleptomania* a perversão lúbrica da *Vénus estatuária* — essa modalidade de erotismo votada às estátuas ou imagens sagradas e que impelia certo jardineiro, referido por Iwan Bloch na sua obra *Das Sexualleben unserer Zeit*, a buscar o orgasmo sexual abraçado a um pedaço de mármore, reproduzindo essa impecável beleza da *Vénus de Milo*. Esta estranha anomalia, segundo o mesmo autor, levava também certo rapaz, citado no *Manual do Confessor* pelo teólogo católico Buvier — a entregar-se aos ardores de Onam diante da imagem da Virgem.

O réu António Ferreira nascera no Cabeço das Vendas do Simel, lugar da freguesia de Vilarinho, estado (*sic*) de Bragança e contava 23 anos

Sua mãe, Isabel Ferreira, levando no ventre o fruto de sua mancebia com Gonçalo de Matos, homem de costela hebreia, rendeiro de Famalicão, casara com Manuel Francisco, que acolhera, com edificante complacência, quatro meses após o consorcio êsse produto inquinado do pecado e ruim sangue de nação. Mas a quem impressionar o minotaurizado espécime, direi que Mecenas foi acusado pelo estóico Séneca de buscar atrair a infiel e esquiva consorte que, a cada passo, lhe fugia para os braços de seus numerosos amantes. O exemplo pelas diversas camadas é, como se vê, de vários tempos e lugares.

Mas... a mãe era também de nação, assim como sua avó, Joana Ferreira, natural — se vosselência se não melindra com o feio e torpíssimo termo — de Lavarrabos. Era o desgraçado, portanto, cristão-novo por ambas as partes.

A 23 de Novembro dêsse mesmo ano, na praça do Rossio achava-se levantado um grande mastro. E, por entre numerosa multidão que se comprimia, Antonio Ferreira saiu com baraço e pregão pelas ruas costumadas, sendo arrastado àquela praça onde lhe deceparam as mãos. Depois, queimando-lhas ante seus olhos desvairados, subiram-no ao alto do poste, onde morreu de garrote. Em seguida, evolando-se a alma vil, carbonizaram-lhe o involucro

miserável, sendo o seu corpo, consoante reza a sentença, «feito por fogo, pó e cinza para que dêle não haja mais memória».

E assim lhe sucedeu «havendo respeito a ser homem rústico e de pouco juízo».

.....

E a gente de nação? Devia ter engulhos de mandar de presente a Lúcifer e às fúrias infernais a alma daquele filho espúrio e insensato que, servindo os adversários, lhes preparava ainda maior soma de tormento a aumentar seu opróbrio e vexação. Por infortúnio êsses produtos ruins e degenerados surgiam entre a sua gente. Assim, a 10 de Novembro de 1619, certo Sebastião de Matos, de origem hebreia, natural de Freixo de Nemão, (*sic*) que se havia reconciliado em Coimbra com a igreja católica, saíra no auto-de-fé por «pedir dinheiro a cristãos-novos com ameaças», tendo a pena de açoite e hábito perpétuo. Seja em desconto e honra dos Inquisidores!

Mas as perseguições continuavam, e nos fins de Julho de 1672 eram presas nove famílias «dos cristãos-novos da Côrte dos mais grossos contratadores dela». Entre estas se contavam as da casa dos *Mogadores do Penço*, a de *Francisco Carlos*, a de *Chaves*, a do Castelhana *Rodrigo Nunes del Cano* e ainda a dos *Pestanas*, que só à sua parte contavam onze pessoas guardadas entre os ferros.

A Inquisição, palpitando o desfôrço que se tentava em Roma contra seu poderio, fazia sair um decreto em que esbulhava os compreendidos em culpas de judaísmo de seus ofícios e honras, interdizendo-lhe a exhibição de todo fausto, aparato e ainda comodidades, despindo-os de quanto representasse sombra de vaidade ou até mero confôrto. Por êste modo, o Inquisidor geral «os privava de todo o cargo honroso e officio público da república, e que nenhum pudesse andar em côche, liteira, nem cavalo, nem vestir sêda, nem usar de ouro, prata, ou pedrarias em cousas de seu uso; nem rendeiros de rendas riais pudessem ser de nenhuma sorte, nem gozar de comendas, hábitos, ou qualquer insígnia de honra, tanto de cada uma das Ordens militares como dos postos de milícia, e do govêrno político». Era a suprema humilhação arrojada no impulso de ódio rancoroso.

E o relator dêsses acontecimentos junta, a propósito do decreto, que os do Santo Officio o mandaram «observar com todo o rigor, apesar da opposição que a favor de muitos Grandes com-

prado pelo dinheiro desta canalha lhe quis fazer». Nesta expressão violenta contra a gente hebreia se revê e ressumbra a sanha católica da época.

Activamente, com porfiada tenacidade preparavam, no emtanto, sua libertação e desafronta. Pelos começos do ano de 1673, tinha curso e voga a notícia de chegarem a Lisboa cristãos-novos enviados de Roma, a instigação do Padre António Vieira, a fim de solicitarem o assentimento de Sua Alteza ao perdão que o Santo Padre desejava conferir aos que em Portugal houvessem resvalado no crime de heresia. E mais se afirmava ainda que dariam «quatro milhões, no mar trariam seis galeões com gente portuguesa paga, se aos professores da Lei Moisaica desse licença para viverem em Lisboa em Sinagoga, para o que escolhiam o bairro de Vila Galega, que fica por detrás de Santa Clara». Entretanto, a 12 de Fevereiro do mesmo ano em Coimbra saíram no auto-de-fé ao todo 213 penitenciados, em cujo número figuravam bastantes cristãos-novos, «com fogo revólto e seis a queimar». Desta arte a Inquisição continuava a estirpar com afinco a cizânia.

Recruscediam em Março as instâncias dos israelistas junto do Príncipe, para que favorecesse e acatasse o perdão geral solicitado ao pastor da igreja. Com elas lavram na Côrte a desinteligência, a confusão e ainda mesmo o temor. Trava-se renhido o pleito entre os partidários da libertação dos cristãos-novos e da supremacia do Santo Tribunal. As rivalidades, despeitos e rancores que abrem scissão no seio das famílias e das classes alimentam o ardor da contenda. De um lado, vê-se os judeus com a Companhia de Jesus e grande parte da nobreza; e do outro, os Bispos, os Inquisidores e os frades de S. Domingos, acompanhando-os a plebe a quem o fanatismo incitado e ainda mais o valimento e tesouros invejados dos prosélitos da lei Moisaica são odiosos.

O Inquisidor geral D. Pedro de Lencastre, Duque de Aveiro, tão resoluto esforço empenha na liça que se rendeu «a fragilidade de seu corpo a um acidente de febre que o levou em nove dias», alcandorando-se ao Céu, a 23 de Abril, seu espírito atribulado. Sorriem esperanças nas hostes israelitas.

Sucede por êsse tempo que Sua Alteza, a prescrição dos médicos, devia seguir para as Caldas da Rainha. Como os preparativos tardassem, logo se atribuiu a causa do adiamento a dificuldades pecuniárias para se invocar a conveniência das propostas dos judeus. E porque em Julho a família real para lá se au-

sentara, não faltou quem aventasse que o Príncipe sancionava o perdão dos cristãos-novos, permitindo-lhes levantassem sinagogas em local do seu aprazimento. Deu motivo a atordoada a grande alvorôço e alarme entre as massas dos fiéis.

Ecoavam pelas ruas gritos e imprecações contra os da hebreia raça e seus cúmplices. Os discípulos de Loyola, vendo-se alvejados, evitavam temerosos as vaias e os doestos da população exaltada. Os lugares públicos apareciam crivados de pasquins em que à licenciosidade se aliava o atrevimento. Havia-os às portas da Misericórdia, do Mosteiro de S. Roque e na capela. Um dêles resava assim :

Com el Rei, com el Papa, e com la Inquisicion,  
Chiton.  
E senão  
Hirão buscar seu irmão.

Fazia alarde a ameaça, enquanto os partidários de D. Afonso IV preparando na sombra a conjuração, depois descoberta, fomentavam a revolta. Mas havia ainda papéis onde sobejavam as alusões a textos Sagrados, como a assinalar o dedo do frade domínico ou franciscano, do militante da igreja, a incitar com a ira Divina a cólera popular. O clamor e murmuração se levantavam de toda a parte contra o govêrno. E como o desassossêgo, a vozearia e o tumulto cresciam nas ruas com o descer da noite, mandou-se à ronda os aplacasse. Mas a seu encontro foram doze homens embuçados «com roupetões até o artelho, chapéus de abas grandes, e armados de bacamartes», que interrogados se apregoaram doze apóstolos, intimando-a a retroceder. Vingou o heroísmo apostólico, cedeu a ronda e os vitoriosos seguiram em seus brados : «Viva a fé de Cristo, morra o judaísmo», e ainda por muitas noites, nunca se lhe conseguindo descobrir suas santas e bravas feições.

No meio da conflagração e tumulto o arcebispo de Évora, D. Diogo de Sousa, animado de ardor católico, afoitou-se a ir às Caldas suadir a consciência régia, prometendo, se tanto fôsse preciso, ir depor seu protesto aos pés do Vigário do Senhor; mas houve-se neste sucesso, por forma que à volta do caminho o surpreendia um decreto de Sua Alteza para que «se fôsse governar a sua igreja e dela não saísse», cortando-lhe cerce a ufanía e arreganho.

Com maior braveza estuara revôlta a efervescência. A certa altura a patrulha aguerrida dos apóstolos que, por milagre bíblico,

se desdobra em vinte e quatro, vai pelo negrume da noite à Cotovia, à residência de jesuíta Manuel Fernandes, confessor de Sua Alteza, ameaça-o de o fazer em cinzas e ao Mosteiro «com barris de tojo e pólvora», deixando-lhe à porta uma pintura em que se via Cristo na cruz, «ladeado de dois partes da Companhia enforcados».

A meados de Agosto regressa D. Pedro a Lisboa e, de seguida, manda devassar sôbre os autores dos pasquins e promotores da desordem; despacha carta a bispos e prelados ordenando aconselhassem a seus subordinados moderação nos sermões e prédicas sôbre êste assunto; apresta, ao mesmo tempo, a artilharia no Castelo e nomeia por cabo das tropas de cavalaria o Duque de Cadaval.

Serenaram os ânimos, renasce o sossêgo, enquanto recolhem à casa dos segredos Henrique Henriques e certo mestre de campo, oriundo da Beira, ambos affectos aos afonsistas.

Em complacência a escrúpulos religiosos submete o pleito à decisão da Universidade de Coimbra, onde três lentes de Cânones, ouvindo o resto do corpo docente de Teologia e Leis, elaborariam o parecer sôbre se o Príncipe devia patrocinar o perdão geral dos cristãos-novos e, caso lhes fôsse dispensado pela graça Pontifícia, lhe cumpria ou não acatá-lo. A Universidade, em ostensiva defesa das prerrogativas inquisitoriais, pronunciou-se contra os judeus e até contra o próprio Papa, na hipótese de conferir essa iníqua indulgência. D. Pedro, contrariado, impõe-lhes, por sua vez, silêncio no tocante a tal matéria.

Por outro lado, os filhos de Moisés redigiam representação ao Paço, tentando-o com as mais generosas ofertas. Um caudal de ouro para a nação e para a rial Fazenda. Davam dinheiro para o sustento de cinco mil soldados na Índia, no primeiro ano da concessão, e em cada um dos seguintes mil e duzentos que, em caso de guerra, elevavam a mil e quinhentos homens. Às tropas do Reino acudiam com a subvenção anual de vinte mil cruzados.

De sua bôlsa opulenta e dadivosa tiravam ainda moedas para os missionários de nossas Conquistas, para Bispos ultramarinos, Vice-reis e Governadores da Índia. Estipulavam todos os meses duzentos mil réis para a ajuda dos Embaixadores e Residentes em Roma. Caso no Reino houvesse guerra, comprometiam-se a socorrer com quanto lhes fôsse possível. Em sua inesgotável liberalidade acenavam ainda, por vários modos, à ambição régia.

Entre outras cousas fundariam uma companhia de navegação para a Índia «e a engrossariam de cabedais, de sorte que neles interessassem muito os direitos riais».

Como vassallos fiéis, não podia, a seu destino, ser indiferente Sua Alteza. Intercedesse, portanto, a seu favor, junto da Sé apostólica. No espaço de setenta anos, por quatro vezes os pontífices haviam concedido perdão e, já outros tantos decorriam, sem que fôsem contemplados.

De novo, convidados a manifestarem-se vários Lentes, Doutoures, Ministros do Santo Ofício e Prelados, são de parecer que se conferisse anuência à solicitação. Pelo que, foi instruído nosso Residente em Roma a interessar-se junto do Papa, neste sentido, notificando-se, ao mesmo tempo, àquele Santo Tribunal o resultado da consulta e a permissão de alegar à Santa Sé suas razões em contrário.

Voltam, então, a ter curso os mais extravagantes boatos. A Canalha queria viver à vontade na observância do rito judaico... Para cumprimento das promessas iriam encarecer as drogas...

Porém, os mercadores judeus contavam no Padre António Vieira advogado eloquente e valioso protector. Reeditava o arguto jesuíta a calorosa defesa apresentada a el-rei D. João IV.

Os inimigos e dificuldades surgiam de toda a parte. A guerra no Reino e nas colónias acabava de exaurir os recursos nacionais. Com perito engenho eram revelados nossos reveses e desgraças. O comércio e a indústria ameaçavam ruína. Para conservar o Reino entrevia apenas um só recurso. E apontava: «Por todos os Reinos e Províncias da Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grandíssimos cabedais que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riquezas do mundo».

Que os deixasse vir, pois êles amavam a Pátria e o Rei. E, visionando maravilhas, prosseguia «alentando o comércio, como Rei que se intitula dêle, será Lisboa o maior empório do mundo, e crescerá brevíssimamente o Reino a grande opulência, e seguir-se-hão infinitas comodidades a Portugal juntas com a primeira e principal de todas, que é sua conservação». Se admitisse todos êsses mercadores de Holanda, Castela, Flandres, França, Itália e Alemanha, além do comércio cresceriam as rendas riais, a gente, o progresso, e até a «fidelidade» de seus vassallos. Construir-se-iam armadas, engrossariam as frotas, assenhorear-nos-íamos das con-

quistas ameaçadas, e, até mesmo pelo dinheiro, podíamos comprar os inimigos, efectuando «tratos com os capitães das suas fortalezas, mais fáceis de render pelo interêsse que pelas armas, e só desta maneira se pode restituir a Índia, Angola e Brasil».

Admitisse, clamava o grande prègador, êsses homens que sobre Portugal verteriam a bema venturança de seus milhões. E não tivesse receio — advoga com teólogos, doutores, passagens das Sagradas Escrituras e exemplos da história — de fazer pacto com os judeus! O Vigário de Cristo consentia que dentro da própria Roma e outras cidades erigissem suas sinagogas. Além disso, de todas as heresias o judaísmo era a menos contagiosa e a de menor perigo, por ser a mais antiga. «Vencesse a idolatria com a espada do judaísmo». E deixasse ao Sumo Pontífice dispor o «mais conveniente ao proveito das almas e glória Divina». E na arrebatada eloquência dêsse extenso documento, parecia suplantar os adversários. Todavia, estes arremeteriam com propostas em contrário.

O Bispo de Leiria, D. Pedro Vieira, que fôra secretário de Estado e escrivão de puridade, apesar dos seus setenta e cinco anos, acode pressuroso em ataque violento à gente de nação. Em sua proposta redigida a 6 de Agosto de 1673, exorta a que não aceitasse Sua Alteza êsse dinheiro amaldiçoado do Senhor. D. Sebastião, porque recebera os cem mil cruzados dos judeus, perecera inglóriamente na infausta jornada de África. Recorda que Filipe III, acedendo a um perdão geral semelhante, obtivera «100:000 mil cruzados, para repartir por Ministros (que até esta torpeza teve aquela graça), e 900:000 mil cruzados para uma armada». Mas a armada perdera-se; e graves desgostos e grande arrependimento lhe custou êsse milhão hebreu.

E, avaliando a dádiva judaica em quinhentos mil cruzados, suade-o a que os não aceite, pois lhe advirão «muito maiores somas, e as terá ao diante com os socorros do fisco que sempre (como V. A. achará, se o procurar) acudiu ao Reino em suas necessidades e apertos com grandes somas».

Em Abril do ano seguinte propõe-se aos Três Estados o assentimento ao perdão concedido pelo Papa a favor da gente hebreia. O Clero e o Povo mostram-se contrariados, emquanto a mor parte da nobreza se dispunha à transigência. O Estado Eclesiástico redige, pela mão do Bispo da Guarda, propostas e consultas, no sentido de mover Sua Alteza a impugnar na Santa Sé o negócio dos judeus, renunciando às sedutoras promessas.

O Príncipe, em face disto, manda nova consulta à Universidade de Coimbra, que se manifesta adversária irreductível de cristãos-novos; e, fazendo opposição à condescendência da Cúria, aconselha Sua Alteza à rebeldia, a não acatar semelhante perdão. O ânimo do Príncipe vacila desta feita. Voltam os cristãos-novos em sua defesa. Mas atrás dêles acode, com acendrado denodo, a salvar seu prestígio, estilos e regimento, o Tribunal da Inquisição, arrastando consigo os Três Estados. Triunfa afinal a pertinácia dos Inquisidores, assinando Sua Alteza a 9 de Maio de 1674 carta, mercê da qual o nosso Residente em Roma devia tolher os propósitos da gente hebreia.

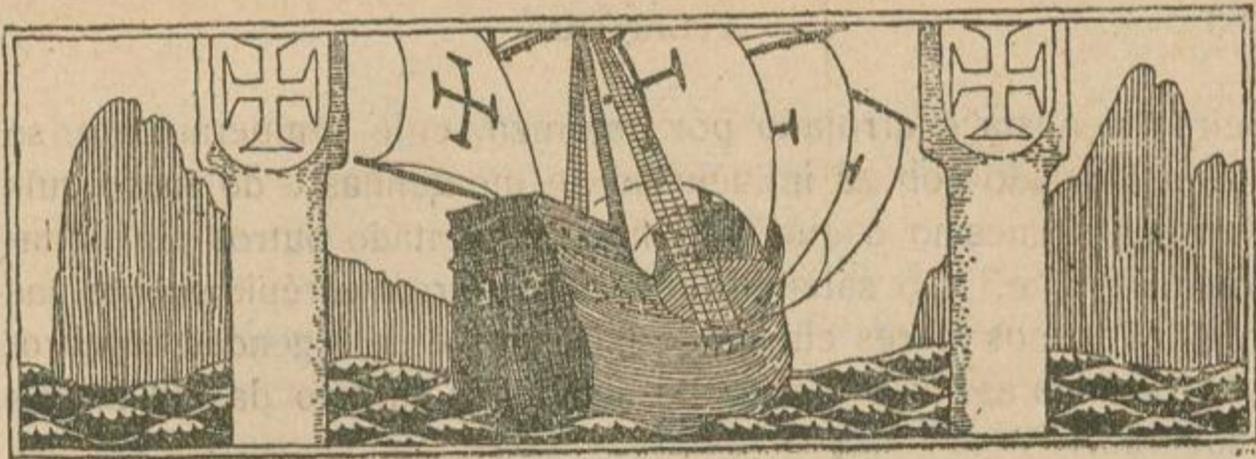
Em Novembro dêsse ano, quando se anunciava o auto-de-fé para 18 dêsse mês, chega a Coimbra um próprio da parte de Sua Alteza para que fôsse adiado até nova ordem, porquanto havia breve de Sua Santidade para se não proceder contra os cristãos-novos enquanto se tratava do perdão. O Santo Tribunal por sua vez alega receios de graves tumultos e que rompessem os cárceres e queimassem todos os cristãos-novos, propondo «que os relaxados se mantivessem na prisão». E o auto foi celebrado, saindo 120 penitenciados e 12 estátuas dos que haviam expirado nos cárceres. Mas a luta prossegue ainda. Depois... a história contará o resto.

ARLINDO CAMILO MONTEIRO.

Lisboa, Abril de 1918.

*Nota.* — Quem segue do Lumiar pela estrada de Carriche, a caminho de Odivelas, encontra um padrão comemorativo, dêste caso do «Senhor Roubado» e que deu o nome ao local onde foram achados os vasos Sagrados. Erigido em 1744 e com a ajuda de esmolas dos fiéis, tem a decorá-lo doze painéis de azulejos que assinalam concisamente a história do sacrilégio. O artista, porém, compondo-os em época já afastada do successo, parece haver-se abonado tão sómente da versão oral. Assim, diz que António Ferreira trazia a cruz ao peito quando foi preso, constando, no emtanto, da sentença que lhe foi achada na forma já referida. A figura do criminoso, um pobre rústico, é aí também apresentada com o garbo dum pagem. Todavia, êsses azulejos, que bem mereciam ter encontrado mãos carinhosas que os protegessem e até mesmo guarida honrosa num museu, achando-se em parte já mutilados, com grave cumplicidade daqueles a quem competia sua conservação, continuam expostos à fúria iconoclasta dos imbecis.

A. C. M.



RA

## Portugal

A *Atlântida* publica hoje com muito prazer um extracto da conferência do ilustre Secretário da Legação Portuguesa em Londres, J. A. de Bianchi, que, realizando-a, prestou um alto serviço ao seu país e à causa dos Aliados. Aqui deixamos consignados os mais vivos agradecimentos ao nosso querido amigo pela autorização, que nos deu, de inserirmos nas páginas da *Atlântida* um excerpto do seu magnífico trabalho, tão eloquentemente demonstrativo do seu talento e dos seus sentimentos patrióticos.

### ANTECEDENTES DA EXPANSÃO DA RAÇA PORTUGUESA

Não há factos isolados na vida dum organismo, e na vida das nações, verdadeiros organismos políticos, os efeitos seguem as causas, e essas produzem os efeitos com uma determinação rigorosa. Assim, a admirável expansão da raça portuguesa durante o *Período das Descobertas*, foi a resultante de condições especiais, de ordem psicológica, mesológica e geográfica.

O núcleo geográfico e etnográfico de Portugal era o país chamado Lusitânia, que ocupava aproximadamente a parte central do Portugal actual. Era um país de altas montanhas e belas costas nas proximidades do mar, e sob um céu azul. Desde tempos bem remotos uma densa população de aborígenes Ibéricos e Celtas crescia ali, vivendo da pesca. Foram as suas costas visitadas pelos grandes povos navegadores e comerciantes da antiguidade, os Fenícios, os Gregos, os Cartagineses, os Romanos, e sofreu Portugal a invasão dos Godos, dos Árabes e dos Sarracenos, achando-se assim o primitivo povo Lusitano em contacto com as civilizações antigas nas épocas em que elas culminavam. Despertou-se então a curiosidade dêste povo aventu-

reio, idealista e arrojado por natureza, cujo temperamento se havia formado sob as influências de montanhas e do mar; quis ver por si mesmo o que lhes haviam relatado outros povos navegadores, e, não satisfeito ainda, penetrou intrépidamente nas regiões e nos mares cheios de mistérios e de legendas tenebrosas, abrindo assim as portas do mundo ao influxo da civilização moderna.

### O PERÍODO DE PREPARAÇÃO

Quando, no comêço do século XII, Portugal ficou sendo um reino independente, ocupavam os Árabes quási a totalidade da península Ibérica, e por muitos anos tiveram os reis de lutar contra os Sarracenos, até que, enfim, havendo liberado as províncias dos infiéis, e estabelecido as fronteiras territoriais sôbre bases que ainda perduram, despertou a idea de ir combatê-los nas suas próprias terras, constituindo êste facto, indubitavelmente, o primeiro incentivo das Descobertas de Portugal. Foram notáveis os esforços de D. Dinis, no fim do século XIII e no comêço do seguinte século, para desenvolver a marinha mercante com o fim de estimular a riqueza económica. Pinheirais, que ainda existem hoje, foram plantados naquela época para fornecer gratuitamente madeiras aos estaleiros; ficou sendo livre a importação de todos os utensílios necessários às construções navais, e estabeleceram-se então as primeiras associações de armadores. Já nessa época era grande a actividade comercial de Lisboa, em cujo pôrto contava-se comumente mais de 400 naves ancoradas. Em 1415 os portugueses apossaram-se de Ceuta, a Cartago daquela época, e diversas centenas de navios tomaram parte na expedição.

### O SÉCULO DAS DESCOBERTAS

Chegou o orador então ao século XV, reinado das descobertas, e considerou nele três períodos distintos. *O primeiro período*, o do Infante D. Henrique, foi dominado pela idea de lutar contra os Árabes e de dilatar a Fé Cristã. Estabeleceram-se então os portugueses nas costas de Guiné, sob a ilusão de que o rio Senegal que ali se despeja ao mar não era senão o braço ocidental do Nilo, e que, se fôsem cristianizadas as suas margens até o ponto em que se unisse ao verdadeiro Nilo, cujo braço oriental, o Nilo Azul, já regava o reino] cristão, da Abissínia,

acharia-se a potência muçulmana do norte da África, contornada, tendo então os aventureiros europeus acesso ao Mar Vermelho, às portas da Arábia, da Índia e da China.

O *segundo período*, o de D. João II, foi a verdadeira época de organização e de labor, e caracteriza-se a busca do Caminho das Índias. Foram, durante êste período, cuidadosamente estudados os problemas da navegação, e estabelecidas várias *Juntas*. A *Junta dos Matemáticos*, entre outras, conquistou fama universal e contribuiu grandemente aos feitos dos navegadores portugueses, fazendo ou aperfeiçoando tábuas de declinação, instrumentos astronómicos, regulamentos, etc., que pudessem ser manuseados pelos nossos pilotos.

O *terceiro período* é o de D. Manuel, o D. Manuel do século xv, quando os frutos de tamanho esforço foram colhidos e quando despertou o desejo de estabelecer a dominação de Portugal sobre aquelas vastas e longínquas terras, imensamente ricas, onde reinavam poderosos monarcas ou chefes selvagens.

Compelidos por êsses ideais e pela esperança de grandes benefícios comerciais, os portugueses descobriram sucessivamente Madeira, os Açôres, o Cabo Verde, as Costas e as Ilhas de Guiné, dobraram o Cabo da Boa Esperança, submeteram potentados Mouros da África Oriental, tomaram aos Árabes a supremacia comercial no Mar Vermelho e no Oceano Índico; estabeleceram colónias em Ormuz, Dio, Damão, Goa, Bombaim, Cochim, Ceilão, Malaca, etc., e, abrindo caminho através da Oceânia, chegaram a Java, a Bornéu, a Zimar, às Molucas, à China, e ao Japão, ao passo que em direcção diversa descobriam o Brasil, e exploravam os rios Amazonas e da Prata. *Ao descobrir o caminho das índias, Vasco da Gama destruiu o monopólio comercial de Veneza, passando Lisboa a ser o grande mercado mundial.*

#### A COOPERAÇÃO SCIENTÍFICA

Para que fôsem possíveis as grandes navegações dos portugueses, era mister acharem-se êsses em posse de conhecimentos *astronómicos, geográficos e náuticos*, já bem adiantados.

O grande problema da navegação naquela época consistia em obter-se o meio prático de determinar a latitude sem o auxílio da estrêla polar, que desaparece no horizonte quando se ultrapassa o Equador na direcção do sul.

Este problema foi resolvido pela *Junta dos Matemáticos*, que estabeleceu regras simples para achar a latitude pela altura meridiana do sol; foi também simplificado o astrolábio dos árabes para servir ao mesmo fim; foram preparadas tábuas de declinação, tiradas do *Almanach Perpetuum* de Zacuto, astrónomo rial, com o fim de serem manuseadas pelos pilotos. É falso que fôsse o *Almanach Perpetuum* tirado das *Ephemerides* do alemão Regiomontanus, visto que a edição de 1499 desta última obra não contém elementos suficientes para a determinação da latitude, e que já havia muitos anos que os navegadores portugueses se dirigiam por meio da declinação solar. Já era também conhecida a balestilha, que não era usada entretanto, pelo facto dêste instrumento determinar os ângulos por intermédio duma função trigonométrica.

Quanto aos conhecimentos geográficos, eram estes derivados de diversas viagens de Marco Polo e de Tudela à China e à Índia, que haviam servido desenhando mapas notáveis como o de Catalão de 1375, o de Fra-Mauro de 1457, e outros que se sabe terem existido naquele tempo ou mesmo antes.

Gabam-se os alemães de que as descobertas feitas pelos navegadores portugueses são em grande parte devidas ao alemão Behaim, conhecido por ter traçado o mais antigo globo terrestre que existe e que, segundo pretendem os seus patrícios, introduziu o uso do astrolábio em Portugal. Êste último facto é falso, visto que já era êste instrumento conhecido, havia muitos séculos, na Península. Quanto ao *globo* de Behaim, longe de ter êle fornecido dados aos navegadores portugueses, está hoje provado que não passa duma compilação mal feita dos conhecimentos geográficos que Behaim havia recolhido durante a sua estadia em Portugal. Êsse famoso Behaim, à glória de quem Nuremberg erigiu uma estátua e inúmeros eruditos dedicaram volumosos manuscritos, não sómente nunca efectuou as viagens de que se gabou, mas até cometeu grosseiros erros de latitude na compilação do seu *globo* e isto no que diz respeito a pontos geográficos bem situados já nos documentos portugueses da época.

Foi ainda a história da raça portuguesa ilustrada, nessa época, por nomes de sábios como Pedro Nunes, Zacuto, José Vizinho, Duarte Pacheco, João de Lisboa, Faleiro, físicos como Garcia da Orta, historiadores como Barros, Góis e Osório, e poetas como Camões e Gil Vicente.

## A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Infelizmente, causas de ordem política, religiosa e social, idênticas às que no norte da Europa produziram o movimento da Reforma, no sul prepararam a reacção e resistência. Dois exércitos nefandos e abomináveis foram introduzidos em Portugal com o fim de aniquilar este movimento de emancipação científica: o primeiro, o da Inquisição em 1536; e o segundo, o dos Jesuítas em 1545. Resultaram algumas décadas de abatimento da metrópole, no momento em que se achavam os portugueses a estabelecer as bases duma influência de proporções nunca vistas.

Apesar d'êste objectivo não se haver estabelecido em toda a sua extensão, ocupa Portugal ainda hoje um lugar de primeira ordem ao lado das grandes potências colonizadores do mundo. Foi Portugal a primeira potência a introduzir o sistema de *assimilação*, consistindo êste em considerar a colónia como uma divisão administrativa da metrópole, e isto bem antes da Revolução Francesa haver abolido o princípio da *sujeição*, e a Inglaterra inaugurado o princípio de *autonomia* ou *self-government*. Desde 1826, as colónias portuguesas possuem representação e elegem membros ao Parlamento.

Com a proclamação da República, os problemas da administração colonial têm merecido a particular atenção do govêrno. Um Ministério das Colónias foi criado e elaborada uma legislação especial cuidadosamente redigida no sentido da autonomia.

Mester é, porém, denunciar altamente, aos que ainda o não sabem, que todas as nossas emprêsas estavam sendo sornrateiramente minadas pela influência alemã.

Um exemplo típico destas intrigas nos é dado pela sugestão, originada na Alemanha, de que era a Ilha do Principe o núcleo da «Doença do Sono», e, como tal, devendo desaparecer da lista das Colónias Portuguesas. Portugal replicou instituindo uma comissão médica, sob a direcção do Dr. Bruto da Costa, que, de 1912 a 1914, efectuou um dos mais belos trabalhos que se haja empreendido contra doenças tropicais.

## A POLÍTICA COLONIAL

Portugal já não é mais o que foi — um cavaleiro adormecido sobre as suas reminiscências, com uma imensa lassidão. O *Herdeiro* — O Povo — já é maior, e provou nestes sete últimos anos

possuir uma magnífica energia. Desde os primeiros dias de Agosto de 1914 Portugal declarou-se solenemente ao lado da Gran-Bretanha, em vez de incluir-se cómodamente na lista dos neutros. E, quando o momento se tornou oportuno, vieram as tropas portuguesas combater na frente Ocidental.

Portugal mandou para a África a maior expedição de tropas europeias registada pela história, com excepção da guerra dos Boers. Está Portugal determinado a combater ao lado dos Aliados até o fim, pois que a política internacional de Portugal é em grande parte ditada pela sua política colonial. Se as Colónias Portuguesas tiveram um passado glorioso, deverão ter um futuro próspero. Ao lado do problema da administração colonial existe, pois, o problema da política colonial. Portugal tomou parte na luta ao lado dos Aliados, em obediência a princípios preciosos e tradicionais, e para mostrar que a boa fé dos tratados deve ser mantida pelos que tratam com honestidade, mas também de acôrdo com a antiga aliança que lhe assegura o apoio da Gran-Bretanha que não permite que toquem nos nossos Domínios.

JOÃO-GABRIEL DA GANDARA

AMOR



ANTONIO PATRICIO



## Soneto

---

*Um olhar que por dentro me alumia  
ou alegre, ora triste, agora grave ;  
que não é dêste mundo, e aonde cabe  
quanto de grande sonhe a fantasia ;*

*voz, que acompanha a mão branca e esguia,  
dum pó tão sentido e tão suave  
como a daquela imperecível ave  
que ao monge deu três séculos num dia ;*

*um não sei quê secreto, que me manda  
atrever e não deixa que me atreva ;  
um pôr-se, ao vê-la, a alma de geolhos :*

*— esta a mágica fôrça que me abranda  
que, como a sombra, atrás de si me leva,  
e me traz enleado nos seus olhos.*

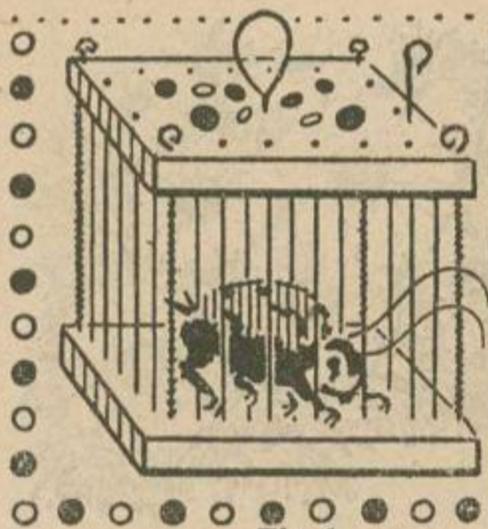


Fig. 1

# GAIOLAS DE GRILLOS.

Com dez gravuras que Saavedra Machado desenhou

E a saúde sonhando,  
fica saudável de si

A. LOPES VIEIRA, *Ilhas  
de Bruma*, pág. 120.

A arte do povo é uma saúde. Repete-se com o apego das cousas familiares, que a tradição amesendou no lar, entre a herança dos velhos e a garrulice dos netos.

Hoje, que todas as riquezas espontâneas da sensibilidade dos povos se vão perdendo na morte dos antigos costumes nacionais, os restos, que do tempo e do espírito da época podem sobrevir, recordam com simpática emoção e estímulo regional a vida característica de algum dia.

Estando o povo em contacto constante com a terra, fez-se logicamente naturalista o seu espírito. Os campos e as cousas do campo, todos êsses fenómenos naturais que os antepassados longínquos nas primeiras sociedades culturalizaram, formaram uma razão de superstições arreigadas. Não é fácil desfazê-las no que têm de íntima essência humana. Às vezes deslocam-se os juízos, e o costume vem modificar-se. É o que se dá com as *gaiolas de grilos*. Pelo que se depreende de comparações com os povos de conservada superstição com os grilos, o uso primitivo dêste ortóptero foi feiticista. Outras provas as poderemos topar em dispersos elementos etnogáficos.

Em França, procuram-se os grilos campestres, porque se su-

† P. Larousse, *Grand Diction. Univers du XIX<sup>e</sup> S.<sup>o</sup>*, vol. VIII, pág. 1530, s. v. «Grilo».

põe que levam felicidade à casa onde estão. Entre nós, os rapazes procuram-nos também; vão aos campos, onde a terra, mais mole e areosa, é facilmente minada pelo *gri-gri* (o francês *cri-cri*), em geral à borda dos caminhos e nas dobras dos regos agrícolas. O *Gryllus Campestris* de Lineu prefere os lugares hervosos e expostos ao sol; abre nêles uma clareira de devastação, e ao meio fura a toca; estas galerias subterraneas chegam a atingir três decímetros; na abertura mantêm-se o animal à espera dos insectos, que lhe passem ao alcance. Para êles serem caçados, os rapazes introduzem lhes na toca os *pampilhos* de palhinhas delgadas, e noutros sitios deitam água ou urinam lá para dentro. E o grilo, negro, de mancha dourada na base dos élitros, incomodado com a acometida, sai e é apanhado acto contínuo o ortoptero saltador, depois de certa e hilariante corrida. Após a caçada, são os grilos encarcerados em caixas, e em casa vendidos ou simplesmente distribuídos por gaiolas. Cá, como em França <sup>1</sup>, é estimada a posse do grilo com a cantadeira noturna «que dá bom sono», e da sesta, em que tudo dorme na modorra da calma e só êle canta. Está o grilo engaiolado.

No Norte de África faz-se bom comércio dêstes animais; metem-nos em caixas de ferro, e vendem-nos a bom preço, porque os povos daquelas regiões procuram-nos por lhes darem um sono tranqüilo. Disse-o lá Figulo o amigo de Cícero: *magnam auctoritatem huic animali perhibet Nigidius* <sup>1</sup>.

Nas festas de S. João em Lisboa, uma das usanças tradicionais na Praça da Figueira consiste em comprar uma gaiola com o grilo. E, como se diz no rimance do *Cegador* <sup>2</sup>,

Por manhan de S. João,  
manhan de doce alvorada,

crê-se que todos os grilos, *qui noctibus strident* <sup>3</sup>, acabam. Como se vê, alia-se a morte dos grilos com a vinda, das mouras,

Até os moiros da Moirama  
festejam o São João;

ajunta-se à crença das hervas, que em tal dia «todas têm vir-

<sup>1</sup> Plínio, *Naturalis Historia*, XXIX, 39, 138 e seg.

<sup>2</sup> Garrett *Romanceiro* (ed. de 1904), II, 63.

<sup>3</sup> Plínio, *obr cit.*

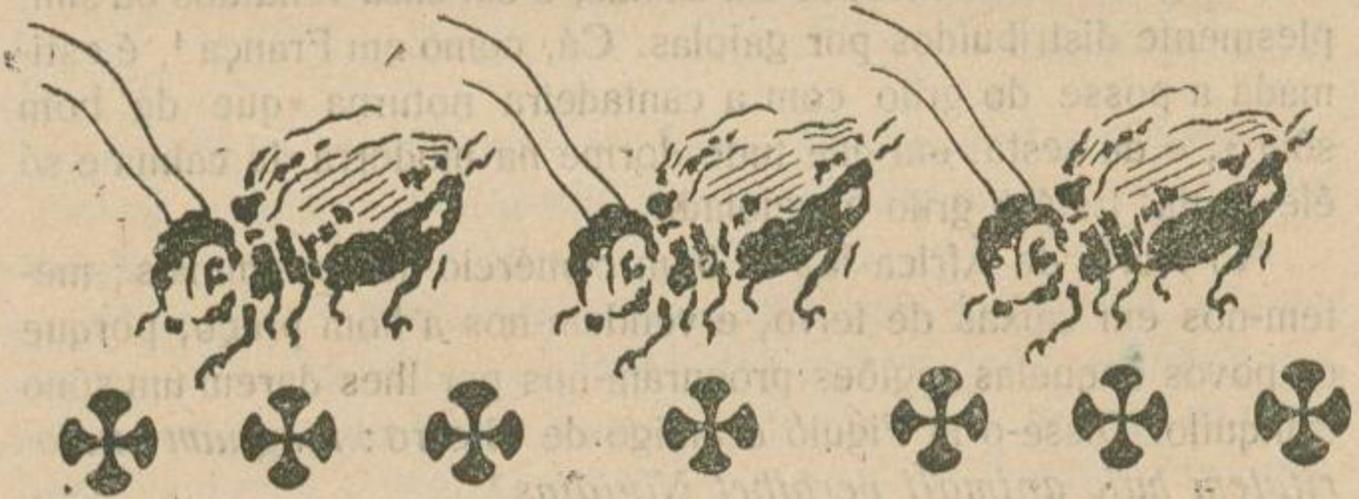
tude»; e nesse dia de fogueiras sagradas são estimados como o mangerico de vaso gracioso :

Mangerico da janela,  
já meu peito foi teu vaso ;  
já morreu quem te regava  
tu de mim não fazes caso.

(Faiões).

São estes os factos que provam a superstição do grilo em terra nossa, directa e indirectamente.

Diz-se que os grilos se comem ; quando são trazidos para casa se acaso se não separam, é grande a mortandade : e aproveitañdo êsse odio, semelhante ao dos galos entre si, há combates de grilos. As *peleas* de galos foram célebres em Espanha no Circo de Recoletos, em Madrid, onde De Amicis se horrorizou de as ver<sup>1</sup>.



É conhecido o grilo doméstico, o verdadeiro *cri-cri* dos francezes. Vive nas cozinhas pelos buracos da lareira, e êsse de côr, amarela, que por ser claro chamam *grilo branco*, tem condão de ventura pela escolha que faz da casa. O maior inimigo, que tem êste grilo sociavel, é o selvatico e negro *Gryllus Campestris*, que o procura no esconderijo e o mata.

Na toca êles vivem, o do campo e o da casa. Outros empregos teve o corpo dêles. Era, já dos romanos emprega-lo em medicina ; e da velha farmacopeia sabemos ter sido ministrado por diurético, depois de seco, pulverizado, como as cantaridas, menos energico porêm do que elas. Serve de isca no anzol da pesca à linha.

Mas é o cantor que lhes dá fama. Aos primitivos Cristãos

<sup>1</sup> Edm. De Amicis, *Le Espapre, Madrid*, pág. 175.

chamaram os Romanos *grilos da noite*, por terem o rito de cantar alto, e em Roma os ouvir quem se erguesse de noite <sup>1</sup>.



Fig. 2



Fig. 3

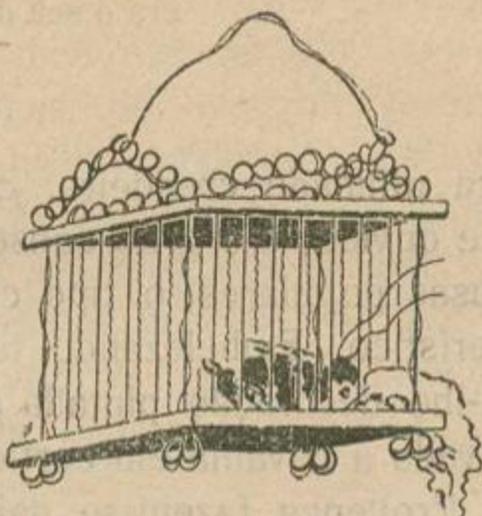


Fig 4

O hábito de engaiolar animais é antigo. Empregou-se desde os Romanos nas grandes gaiolas para animais ferozes, com barras de ferro ou madeira; conservam-nas nas praças à vista do público <sup>2</sup>, e iam às arenas dos anfiteátros, para as feras se baterem com as vítimas.

Gaiolas de passaros para fruição doméstica do gorgueio e beleza, eram às vezes de filigrãna de ouro, num tipo comum de *cavea*, que se perpetuou até nós, em gaiolas do mesmo destino. Dá-no-lo a *figura n.º 2*. Havia-as de canas, em vez de fio metal; para os ricos estas grades simples eram de fio de ouro ou prata; às vezes guarnecidas de marfim. A forma era cilíndrica ou conica, de cimo convexo em forma de zimbório, mais ou menos alongado.

A par d'êste uso de gaiolas para animais com aproveitamento profano, tinham-no também religioso no carcere das galinhas sagradas, de que as caugures iam causpicar a maneira de comer.

E o emprêgo de aves engaioladas perpetuou-se nos nossos costumes, com simples motivo de prazer.

Na Pena, em Vila Real, conta-se uma *xácara* do *Canário Lindo* <sup>3</sup>, que nos indica a forma vulgar da gaiola e o seu destino.

A filha do nosso rei,  
— ela era brasileira, —  
mandou fazer um gaiola  
da mais fininha madeira.

<sup>1</sup> P. Larousse, *id.*

<sup>2</sup> Plínio *ip. cit.* VIII, 25.

<sup>3</sup> *Revista Lusitana*, VII, 98, António Gomes Pereira, *Tradições populares e linguagem de Vila Real* (n.º 3).

Depois da gaiola feita,  
meteu-se o canario dentro;  
quer de dia, quer de noite,  
era o seu divertimento.

\* \* \*

Para utilidade crendeira, como igualmente por prefazer de posse e ouvido, é o grilo conservado em gaiolas. Como em todas as cousas populares, o tipo construtivo das gaiolas do grilo é característico. Embelezando tudo, numa busca de adorno imprimiu-se-lhe decoração pintada a côres em fundo de côr distinta, ou gravada a navalha em cortiça.

Na Provença fazem-se gaiolas de barro para grilos; é um vaso de colo fechado por uma rolha também de barro; as paredes são crivadas de orifícios; no interior mete-se terra e herva, e pendem-se nelas os grilos que cantam muito bem, como nas minúsculas gaiolas dos japoneses. Veja-se na *figura n.º 3* o modelo destas gaiolas publicado na obra de Dalinowiez, *L'art rustique française, — art provençal*<sup>1</sup>.

Os tipos das nossas gaiolas reduzem-se fundamentalmente a três. São quadradas, losangas ou circulares como pequeninos templos de Castor e Polux rodeados de arames que formam a colunata periferica. São prismaticas. As duas bases, no molde maior simplicidade, são de cartão recortado em quadrado ou círculo, e reunidas por uma série de alfinetes em toda a periferia, cabeças para cima, pontas para baixo, voltadas; suspende-se de um outro alfinete dobrado em anel ou em fio, ao meio da tampa; um dos alfinetes, colocados a distancias regulares, não dobra a ponta e funciona como porta, elevando-o e abrindo intervalo maior. Em outras, em vez de alfinetes, põem-se palitos ou arames. Quadradas ou circulares formam o tipo mais usado no Norte. Para melhor feitura, fazem-se de madeira e arames, e servem de presentes.

Em Lisboa faz-se em grande escala o fabrico popular de gaiolas, que obedecem ao tipo geral. Na *figura n.º 1*, vê-se uma, quadrada com a base e tampa de madeira, as grades de arame; os arames dos cantos dobram os topos em forma de anel, e en-

<sup>1</sup> Capitulo VII. Há outro vaso provençal, também crivado, que serve para ter caracoes; entra o ar pelos orifícios.

rosca-se-lhes estreitamente à roda um outro arame; os mais fios ficam enterrados na madeira; um mais alto forma a porta; um anel no meio da tampa suspende a gaiola, é a suspensão dela no prego da janela onde o grilo fica exposto ao sol para cantar à hora da calma, em que o canto é mais estridente.

A gaiola da *figura n.º 4* tem base de losango. O arame dos cantos enrola-se menos do que na antecedente e os extremos anelam-se numa dobra em cima, duas em baixo; de cada canto ao canto imediato vai o enfeite de fio de arame enrolado em helice, que desenha como um festão; o gancho, por que se suspende, é comprido e de forma nova; vai como nas bases de meio a meio de dois enfeites helicoidais, opostos. Continúa, como se nota, o modelo comum.

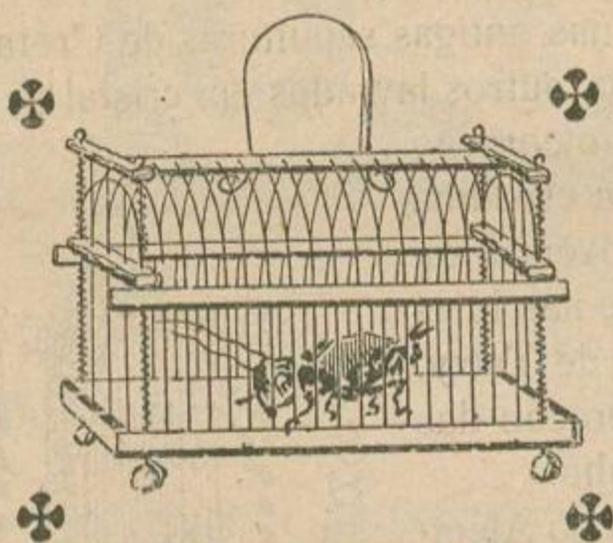


Fig. 5

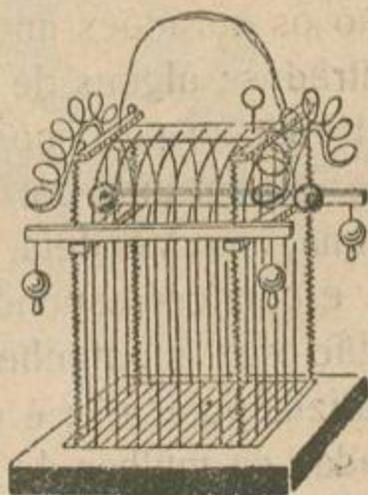


Fig. 6

Na *figura n.º 5*, o exemplar de gaiola é miniatura de um tipo conhecido e muito vulgarizado para passaros; para estes é de cana ou de arame. Esta é de arame, a base de madeira, como as travessas o são também. Em tudo o mais a ordenação é a mesma.

No Alemtejo, a terra vasta de cortiça, encontram-se gaiolas, que são obras de arte. No montado, enquanto o rebanho tasquina a herva, e a cabra vai medrando «só com o que rouba», os pastores bordam pequenas maravilhas, de navalha em punho, nas chapas de cortiça, que topam à mão. Um quadrado forma a base da gaiola, outro a tampa; unem-os lascas de cana, que atravessam a tampa e se afundam na base; as lascas, cortadas como palmatorias, ficam com a parte larga, a cabeça, emergente; ou então só alargam o topo superior para travamento. Na tampa os gravadores bordam *rosaceas*, *flores* estilizadas, o sino-

-saimão, como nas colheres de pau, de lindos cabos, na imensa variedade de caixas, cofres, «costuras», de cortiça, por vezes com os desenhos iluminados a tinta azul e vermelha; o bordado pode chegar a rendilhado.

Mas as gaiolas também são presentes de namorado; e os pastores recortam a cortiça no feitio de coração; é o coração eterno das cantigas:

O amor nasce da alma,  
da raiz do coração;

abre-te janela d'ouro  
coração salta cá fora;  
anda ver o teu amor.  
que chegou aqui agora.

São os corações que já nas antigas sepulturas de Creta foram encontrados; alguns de ouro, outros lavrados em cristal de rocha, para trazer ao pescoço<sup>1</sup>. É o coração vendeano com uma corôa ou cruzinha em cima, na Vendeia, Provença ou Poitu, e com correspondente nas joias de latão dos montanhezes de Tetry, na Galizia polaca<sup>2</sup>; é o coração das arrecadas da mulher do Minho.

É o coração que as *nizas* do Alemn-tejo teem junto da orla costeira, em número de três; o do centro, a meio da costura ou do pano, direito, os laterais nas costuras direita e esquerda, com a ponta curvada para a do centro.

Também a fantasia dos pastores faz gaiolas em forma de estrelas ou rosáceas.

A *figura n.º 6* representa uma gaiola de Lisboa, em que a forma quadrada se alteou, donde desapareceu a tampa, influenciada pela gaiola do tipo da figura antecedente. Os arames dos cantos continuam decorados pelo enrolamento de um fio suplementar. De dois lados opostos tem a decoração de fios enrolados

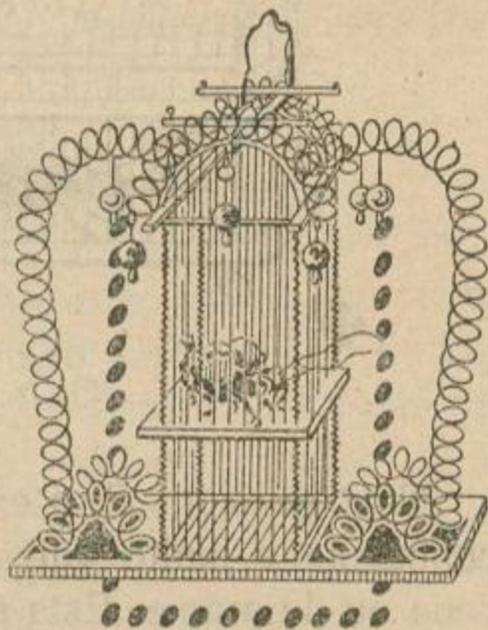


Fig. 7

<sup>1</sup> Evans, *The palace of Knossos*, No II, pág. 69.

<sup>2</sup> Ch. Dalinowicz, *op. cit.*, cap. v.

já conhecida na figura n.º 4. A mais tem umas esferazitas de vidro, contas amarelas, douradas, e contas brancas.

Luduoro é o modelo da *figura n.º 7*. A gaiola desenvolve a da figura n.º 6, uma base comum; por cima a gaiola em dois andares sobrepostos, divididos pela base do superior, mais alto. Em cima formam teto abobadado os fios de arame das grades; tem os mesmos enfeites de arame enrolado, dispostos como na anterior. Novidade é o enfeite do mesmo gôsto na base, e dois, enrolados em forma de arco de triunfo, um de cada lado menor da base rectangular. Como na gaiola antecedente, pendem-lhe do alto contas brancas e douradas. Tem o aspecto de pagode chinês.

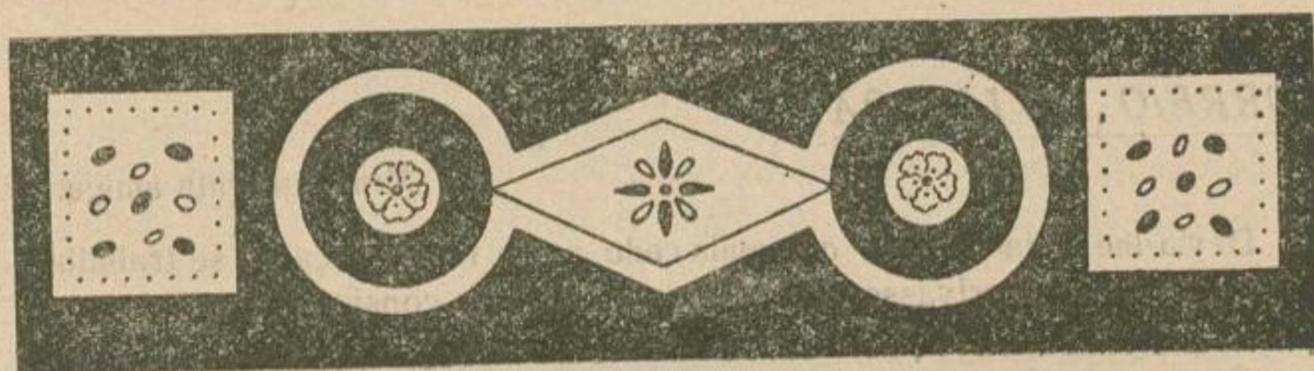


Fig. 8 .

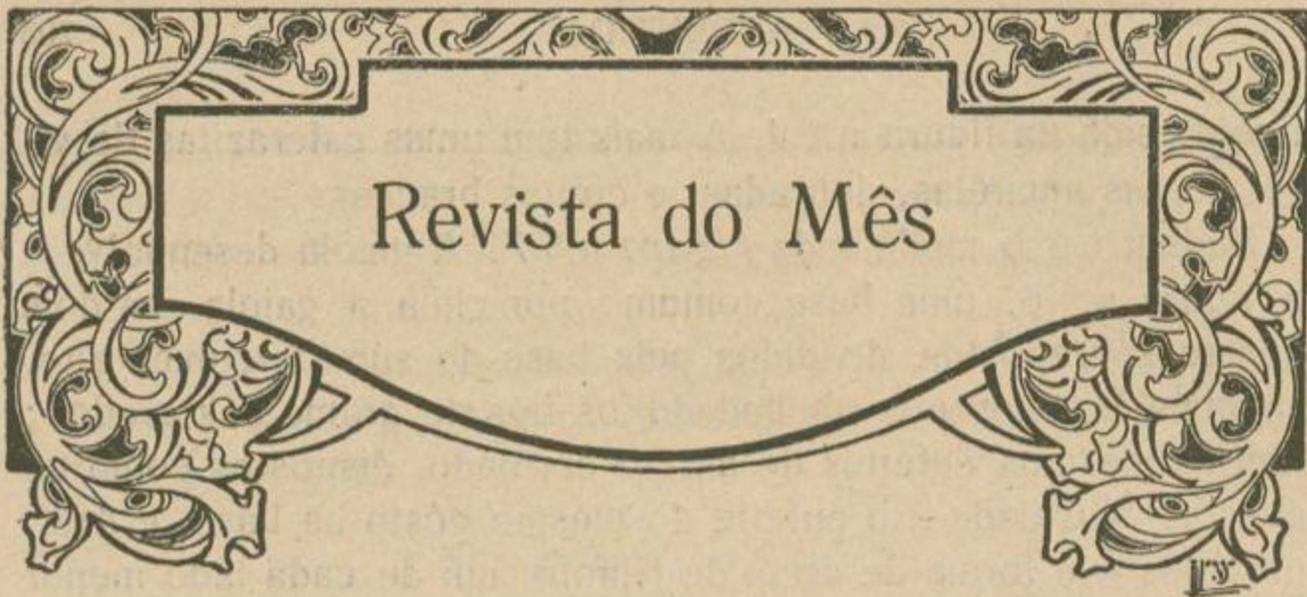
As bases e tampas são coloridas. Verde, vermelho e amarelo, são as côres preferidas de toda a pintura popular, e aqui empregadas.

Na face superior da tampa e inferior da base, tem retoques de côr, feitos à pressa de pincelada leve. Reunem-se em grupos. A mancha fica elíptica, oval, ou circular, alternadas de branco e uma d'aquelas côres, como se vê na figura n.º 1, e na figura n.º 8, *a* e *e*; reúnem-se em rosáceas, na figura n.º 8, *b*, *c* e *d*; em cruz, como na figura n.º 5; manchas circulares veem-se na figura n.º 1, elípticas no n.º 7 e n.º 8, *a* e *e*.

\* \* \*

Fóra dêstes tipos, que são os usuais e consagrados, aparecem outras gaiolas em forma de casa mais ou menos fantasiosa, que não tem cunho tradicional algum, e variam com o engenho de quem as fez, que estas não ficam «saúdosas de si».

LUIS CHAVES



### CORREIO DE LISBOA

Minha querida amiga:

Devia-lhe estas cartas que mais cedo podia ter começado, se trabalhos até agora me não privassem da fortuna de encetar consigo esta correspondência sentimental.

Começo tarde, mas suprirá a minha falta o cuidado com que de futuro farei da assiduidade uma virtude a conquistar e do interêsses dos assuntos, a pérola a colhêr no fundo dêste *mare magnum*.

Uma vez por mês aqui virei dizer-lhe das quatro ou cinco coisas que de maior vulto me pareçam, para o seu carinho por cousas de arte e de mundanismo. É perdoe-me quando não puder concordar com os meus pontos de vista. Preocupar-me hei sempre com merecer o seu assentimento. Não valeriam tanto para a minha admiração por si, os maiores elogios da crítica que tanto horror lhe inspira por se estar subordinando às exigências dos correliçãoários.

Escrevo-lhe no mesmo dia em que o calendário nos trouxe a Primavera que eu tinha já hontem, se me não engano, visto a subir a Avenida, em carne e osso, e que as árvores floridas, ainda antes de mim, tinham pressentido na carícia ilusória do ar. Está um maravilhoso dia de sol e não me espantará que um lilás do seu jardim, ainda transido do último sôpro frio, o tenha aproveitado para compor o poema perfumado da sua florescência.

Se não fôsse a mágoa da falta de jardim que me traspassa, por certo em vez das apagadas frases que lhe escrevo, lhe mandaria um ramo de lilases para que lhe dissessem num femenil abandono, debruçados dos solitários da sua mesa, as minhas saúdades do seu sorriso, tão fresco como êles, irmão do mesmo encanto perfumôso.

Eles seriam também os meus enviados de saúdações pela linda festa da primavera que o Pôrto vae ter. Li com alvoroço nos jornais do norte a boa notícia que, se me leva a felicitar poetas e compositores por verem implantada em Portugal uma galante tradição de Espanha, me contenta ainda mais, por ter partido a iniciativa de mulheres, em quem o culto do talento deve corresponder ao que os homens de talento nutrem pela beleza delas.

Os jogos florais de Maio realizando uma inspirada e admirável festa em que as mãos da Beleza distribuirão aos poetas e aos músicos de talento o prémio das flôres de ouro, fazem-me evocar a tradição portuguesa dos outeiros, viva ainda na memória dos românticos, e mais distante o cerimonial apoteótico da coroação dos poetas e a tradição provençal das trovas.

Bem conhece toda essa evolução das glorificações dos poetas e não preciso sequer de ajudar-lhe a memória . . .

Senão trasladaria para aqui o que num velho livro de 1609 — *História, das cousas notáveis e misteriosas de Sãm João de Sahagum, patrão salamantino*», encontrei sôbre um extraordinário *certamen poético* realizado em 1604, em Lisboa. Pelo que a tal respeito escreveu Pedro de Mariz veria como outrora eram os poetas chamados a tomar parte nas grandes festas, havendo por sua colaboração palmas e honrarias. E do aparato que nessa comemoração litúrgica se deu ao *certamen poético*, concluiria a grandeza que em Roma haveria tido antes a coroação de Petrarca . . .

Lisboa tem também tido as suas festas. Duma das últimas festas — a festa da boneca — não quero deixar de falar-lhe. Organizada também por finos espíritos de mulheres, abriu com muito brilho e com muita graça, ali no *hall* da Sociedade Nacional de Belas Artes. A exposição foi uma das mais lindas cousas que a futilidade piedosa da mulher podia inventar. Para sustentar e vestir os órfãos da guerra algumas senhoras ajuntaram bonecas com que êles não tinham o direito de brincar, e com êsse pretexto vá de colhêr dinheiro para a criança que a guerra deixou sem protecção.

Encantadora a futilidade comovida dessa arte. — O pequenino mundo de sensibilarias, de galanteios, de sonhos que os pintores, os poetas, os contistas e os escultores circunscrevem à vida e morte das bonecas! O extraordinário enlêvo da primeira boneca, tão semelhante a Bébé, como Bébé pequenina, que com Bébé se deita e com Bébé se levanta! A saúde perene da última boneca arremedando M<sup>lle</sup> Mimo que vai deixar de o ser e trocar os seus vestidos curtos de boneca pelos vestidos compridos de mulher!

Pois foi com uma esplêndida selecção de versos e de músicas sôbre bonecas que se encheu a tarde da inauguração; e todos os que lá fomos de lá viemos recordando a graça com que M<sup>lle</sup> Rey Colaço leu as suas palavras de elogio e história das bonecas; o enlêvo com que a Senhora de Gonta Colaço na sua linda voz obteve encantar algumas rimas da saúde das bonecas que no seu coração antes sentira; a ternura com que a Senhora de Sousa Pedroso sob os seus dedos de privilégio fez viver um mundo de sensações tão finas, tão infantis, tão doces como as da vida e morte das bonecas, que os músicos conseguiram prender numa rêde de brandos sons; a finura com que M<sup>lle</sup> Berta Guimarães nas *Marionettes*, de Zamacois, e na *Air de la Poupée*, de Canne, falou, sorriu, cantou; e outras, outras . . .

Certo que a contribuição das mulheres de outro tempo, para a guerra era bem diferente. Lembra-se na *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire, das «donas que ofereciam os filhos e a fazenda»? Mas nem por isso deixou de resultar em benefício dos órfãos da guerra uma festa, cujo encanto não precisava de brasonar-se com a bela intenção que a dirigiu.

Três dias antes da *festa da boneca* tivera eu uma grande impressão de arte. Ferreira de Silva o grande comediante, criador das figuras admiráveis

do humor, do sarcasmo e do infortúnio, fez a sua festa artística com o *Amor de Perdição*. Deu-lhe a mão a afectuosa camaradagem de arte e de glória da Senhora Angela Pinto. E os dois arrastaram uma irmã mais nova, fina compleição de Boticelli, que o pintor ornemanista espanhol Nestor bem pudera ter tido a sorte de encontrar para não sonhar debalde o prestígio das suas jóias.

Amélia Rey, creio que se chama assim a doce rapariga que fez o papel de Teresa, ao lado do João da Cruz inimitável que Ferreira da Silva realizou, e da simples e amosíssima filha do ferrador que Angela compôs na mecânica ultra-sensível dos seus nervos; Amelia Rey, para quem se voltaram atenções de admiradores e conhecidos e que no 2.º quadro e no 4.º não obteve o rigor de carácter da figurinha da fidalga portuguesa e romântica do século passado, pintada por Camilo, no penúltimo quadro tão humana e sincera foi no seu papel de amorosa que não muitas vezes, estou certo, alguém conseguirá em teatro tão alta intenção de dor, de desespero e de aniquilamento.

Se não tornasse longa de mais esta carta, seria agora ocasião de falar-lhe largamente do valor de Amélia Rey, por quem sei que muito se interessa e para quem os críticos se hão manifestado um grande e respeitoso entusiasmo; o que não têm tido é a franqueza de dizer-lhe que se não deslumbre com as superiores manifestações do seu instinto de arte carecidas do seu complemento: uma larga, cuidada e escrupulosa educação que levará muito tempo a fazer . . .

De pouco mais hei que falar-lhe, visto que lhe não interessa a política e ela está tão tirânica e absorvente que até faz esquecer a extraordinária, e belíssima atitude que os nossos soldados têm tido na frente.

Fecho esta carta pedindo-lhe que não esqueça o seu afilhado de guerra, que tem feito bravuras. Os alemães voltaram-se com encarniçamento e constância contra os nossos soldados, mas tiveram o desprazer de os encontrar tão rijos e decididos como se em terra portuguesa batalhassem contra o invasor. Sei de prodígios. Um oficial de artilharia muito novo e valentíssimo que comandava uma bateria, louvado em ordem da divisão, escreve-me de lá, cheio de alegria pelo que se passou em redor dêle. Consolei-me a ler as palavras de fé e de entusiasmo que êle escreveu, a correr, entre tiros. Agora sim! agora têm os pintores de Portugal, para fixar, uma hora maior do que a das núpcias da Lusitânia com o mar, no tempo antigo; agora têm os poetas que exaltar em rimas luminosas, feitas de farrapos de céu e fogachos de estrêlas, o heroísmo dos que estão resuscitando para a perpetuidade da glória os heróis que morreram; agora pode todo o mundo saber enfim como a alma lusitana divinamente estremece e se queima no fogo de todas as belas audácias, para se remir da inércia dos que a deixaram adormecer, da traição dos que não sabem amá-la como merece e da desgraça dos que não podem servir inteiramente a bem amada terra de Portugal! — N.

BEBAM AGUA DO ALARDO

CRONICA ARTÍSTICA

## O ESCULTOR DIOGO DE MACEDO

A exposição d'êste artista (que, creio eu, ainda não fez trinta anos) agora aberta no átrio da Misericórdia, no Pôrto, foi para mim uma surpresa encantadôra. E' um temperamento complexo, dum sensualismo agudo e forte, que os desenhos sobretudo documentam, e um lírico duma graça evocatriz, em imaginativo pensando em visões plásticas (pensar, em arte, é sentir profundamente com um viço, uma espontaneidade, que me permitem augurar para mais tarde um escultr admirável, raro. Há na exposição desenhos e esculturas. A *Tradição* e talvez o melhor barro. É uma cousa bela, com estilo. Numa *patine* bronze-azul, uma fígura de mulher sentada, com uma mão na cruz da espada nua, inclina o busto esvelto e sem idade, como aspirando os longes e acolhendo-os. No regaço, em Livro de Horas, «*Os Luziadas*». A expressão tem qualquer cousa de sagrado: bebe a distância para a ouvir em si: e formas sem memória — dir se-ia = avoejam-lhe à roda lentamente.

Noto ao acaso: *Costureirita do Pôrto, barro cozido*. As costureiras, que o sedentarismo do *atelier* e a vida pobre muita vez afinam e elanguescem, tem no chále que as modela, a sua graça, — um galbo meigo de Tanagras frustes, como as tricanas de Coimbra, com um timbre espiritual mesmo no vício, e as raparigas de Veneza que a malária da laguna empalidece. A de Diogo de Macedo está sentada, tem as mãos sôbre uma caixa de cartão, e o chale cingindo-lhe as espaduas: — duas asas que se fecham de fadiga. Que linda série de estatuetas a fazer, variando as atitudes dêsse tipo.

Outro barro cozido, — *Pierrot, o triste*. Desta vez vem a nós agonizante, face limada de febre, toda óssea: é o Pierrot lunar e fúnebre de Verlaine:

*Sa gaité, comme sa chandelle, hélas! est morte.*

*Voz da saúdade, gesso*. Não foi bem baptizada, para mim. É como estatua de fonte que eu sinto, em sua nudez melodiosa e longa, dando a impressão de estar vestida de água e de a gozar numa volúpia calma. Tem as mãos, num gesto de mistério, coladas em concha contra as temporas, e a face mesmo é vaga, fluída, como vista na penumbra através de água. É uma estatua de fonte, deliciosa.

*De Profundis, figura tumular*, lembra flagrantemente, pelo arranjo, o túmulo de Oliveira Martins, por Teixeira Lopes. A figura é comtudo diferente, e se não tem a intensidade de expressão que a audácia do título exigia, a cabeça erguida e dolorosa, nimbada pelo fundo da rosácea, consegue interessar tem emoção. *Tumulo de Amor, gesso*, è talvez, como intenção, mal definido. Duas figuras de mulher — uma em pé, outra ajoelhada — dum ritmo elegíaco que prende. Tem uma graça decoral e lírica, e a que está de joelhos não esquece.

Na *Tragédia da beira-mar, barro cozido*, há duas mulheres de pescadores sôbre uma rocha, olhando o mar numa tristeza inquieta, com um presagio de viuvez nas faces magras. E outras ainda, muito admiráveis, excepção feita de *Bailados Russos, estudo extático* — que é uma simples *blague*, uma chalaça.

O busto em bronze de José Pereira de Sampaio (Bruno) é excelente; e o de Antero, mais ainda que um retrato, é um símbolo vivo, a enternecida confissão em escultura, da admiração do seu autor pelo Poeta. Não é, como Eça disse, uma cabeça de «santo e de piloto do Báltico»; também não é assim que eu vejo Antero, máscara prodigiosa de hegemonia mental, dominadora, só comparável à de Vinci ou de Goethe: mas é a interpretação bem comovida da tragédia metafísica dum génio por um escultor moço e fascinado.

Alguns desenhos (*carvão, lápis e gouache*) são verdadeiramente admiráveis. Neles se sente, sobretudo nos carvões, que além do evocador lírico do escultor de «fontes e de túmulos», há em Diogo de Macedo um curioso anotador do vício triste, um amoroso drama dos *bas-fonds*, predilecção que de per si, tem feito artistas como Constantin Guys, Toulouse Lautrec e outros. *Bairro Alto, Varina*, outros carvões, alguns fixando aspectos de miséria, como *Tragédia da fome*, por exemplo, em que por uma obsessão de poeta deu a uma mulher do povo mãos finíssimas, são poderosos desenhos de escultor magníficos de carácter e de drama, *Invocação e Desespero* (projectos de escultura) não são, como seria natural, sugestões da obra imensa de Rodin: são Rodin mesmo, o segundo sobretudo, que o artista, por devoção, sem consciência, copiou de memória fielmente. No prefácio que antepôs ao seu catálogo, diz Diogo de Macedo *Á Maioria*:

«É que eu sinto de mais para definir em perfeições meramente técnicas. Se eu tivesse um escravo mandá-lo-ia acabar as minhas obras. É mais fácil polir um mármore que um espirito».

Certo: não é o polido dum mármore o que interessa. Na obra de Rodin, que muito nobremente o obsidia, há torsos heróicos, bem rugosos, e são prodígios de forma revelada,

Uma obra acabada não é uma obra bem polida, como muito bem sabe Diogo de Macedo; e o escravo que há-de acabar as suas obras, serão mais tarde as suas mãos de artista, quando, numa fase de evolução mais adiantada, forem quasi paralelos, se fundirem o seu poder de conceber e de realizar. A única generosidade que o escultor nunca poderia vir a ter com o escravo que, em hipótese, se concede, é essa precisamente pode crer. E como a vida do artista é uma ascensão, e Diogo de Macedo um verdadeiro artista, nenhuma dúvida tenho de que nunca mais dará ao público a importância de tentar mistificá-lo com *Bailados Russos, estudo extático* e outras *blagues*, e todo o seu esforço tenderá, religiosamente, intimamente, a realizar a ambição que me confessa: ser um estatuário de fontes e de túmulos. Eu creio que o será, e mesmo breve.

ANTONIO PATRÍCIO

### NOTÍCIA LITERARIA

AMOR, versos de JOÃO GABRIEL DA GANDARA.

Numa linda edição da *Atlântida*, apareceram os poemas líricos de Gabriel da Gândara, a que nenhum outro título com tanta justeza e poder de sugestão devera dar-se. Trata-se dum sentido e vivido livro de paixão em que, coleando os mais formosos ritmos e dominando as rimas mais ardentes, a atracção de dois seres se precipita e fecha num abraço dos que quando se quebram levam

ao irremediável. Colecção de intimidades que encontraram a expressão de arte perfeita, *Amor* está destinado a um successo absoluto de livraria e de literatura. Para lhe garantir o primeiro basta o encontrarmos todos os homens dentro dêle, a realidade poética de alguma das horas espirituais mais querida e saudosamente recordadas, e todas as mulheres o orgulho de sementeiras de sensações idênticas ás que enchem os poemas de Gândara.

O successo literário do livro asseguram-no a vibração emocional, a elevação da imagem e a segurança da forma que em tudo o fazem hombrear com os nossos mais lindos livros de amor.

*BAILADOS RUSSOS*, por MANUEL DE SOUSA PINTO

A *Atlântida* publicou alguns notáveis artigos de Manuel de Sousa Pinto, o consagrado escritor e crítico d'arte sôbre os *Bailados russos*. Reunidos agora em volume, realizam um conjuncto excelente, vindo a constituir pela elevação do descritivo, um guia superior da estranha arte que tão dominadamente se impoz no palco do Coliseu. Manuel de Sousa Pinto é uma organização crítica e a sua vigorosa e refinada educação estética outorgou-lhe direitos especiais de pronunciamiento sôbre a originalíssima criação dos compositores e bailarinos russos.

*CAMINHO DA ATLANTIDA*, uma campanha luso-brasileira, por JOÃO DE BARROS.

Todas as nobres qualidades do poeta e do pedagogo que impuseram João de Barros à consideração de portugueses e estrangeiros, todo o seu zêlo de alto funcionário, todas as suas virtudes de cidadão, parece haverem acorrido a êste livro que, sendo uma profissão de fé e de consolador optimismo, ao mesmo tempo constitui o primeiro, brilhante documento de propaganda do intercâmbio luso-brasileiro, na sua mais inteligente e bela orientação.

São artigos, estudos conferências, crónicas literárias, tudo visando a dar a conhecer o Brasil artístico e literário, a energia moral e material da grande pátria brasileira; palavras de crença nas vantagens que para nós, para a nossa arte, para a nossa literatura, para a nossa vida económica pode representar uma estreita ligação com o Brasil pontos de vista dum grande patriota que é ao mesmo tempo um grande amigo do Brasil, por cuja consciente admiração e bem querer da parte de todos os portugueses tem afincadamente trabalhado. Livro dum artista e dum apóstolo, nem falta à sua forma a beleza ardente que caracteriza toda a obra literária de João de Barros, nem a serena metodização dos postulados que superioriza os trabalhos de propaganda.

Devem lê-lo com interêsse todos os portugueses e brasileiros que pensam no futuro das suas pátrias. Muito aprenderão nele e muito terão que agradecer a João de Barros o seu novo e útil trabalho.

*SOLDADO QUE VAIS À GUERRA*, novas redondilhas, de ANTÓNIO CORREIA DE OLIVEIRA — Portugalia, editora.

Correia de Oliveira é o mais puro e elevado intérprete da alma da grei, colhida na sua estreme simplicidade e grandeza, colada à terra e dela extraindo tanto o sustento como o carácter. A sua obra é bem a do poeta de instinto profético, apto a narrar as fundas dores da natureza e as altas dores do

homem que com ela luta e dela vive. Simples e clara emoção que a nada se sacrifica e jorra espontânea da alma poética dos sentimentos para a alma triste das palavras, a poesia de António Correia de Oliveira sugere tudo o que o português tem de nacional, em imaginação, na sensibilidade, em alma. E as *novas redondilhas* são bem, na sua resignação e na humildade do seu recorte, uma inspiração directa do estado de alma em que o povo, por não se lhe haver criado, como era mister, a consciência da obrigação nacional que levaria com alegria os que partissem e deixaria com orgulho os que ficassem, tem visto decorrer os episódios da guerra. Mas dentro dessa resignação ainda, que nobre instinto de glória e de sacrifício se pressente marejando os olhos de lágrimas que não são só de saudade porque o heroísmo vive também muito nelas . . .

Alta luz que vai adiante  
Alumia duas vezes . . .  
— Assim foste e serás sempre  
Bandeira dos portugueses.

Já lá vão . . . Porque baloiças  
Docemente negro Mar?  
— «É para aprender o jeito  
De trazer quem fui levar . . .»

\*

Eh lá, rapazes da Beira!  
Que arraial para bailar  
Com a morte bailadeira.  
Peito a peito a noite inteira:  
— Vá de roda e troca o par! —

Se nós vencemos? Agora  
Temos que sim . . . Pois então!  
— Haja Portugal, embora,  
De arrancar pelo mar fora  
Com as serras de Marão!

E assim o resto do precioso volumezinho, que a *Portugalia* editou. A obra de Correia de Oliveira aumentou-se com estes poemas líricos em que as figuras dos soldados, dos enfermeiros e dos ausentes passam na sua iluminada tristeza, a caminho do sacrifício sublime que muda os camponeses em heróis, volve em santos os ausentes e faz irmãs da divindade as doces enfermeiras . . .

ANA MARIA, peça em 1 acto por HIPÓLITO RAPOSO.

Vi representar esta peça. Li depois as críticas desencontradas ao desempenho. Com o que os actores fizeram e os críticos deixaram de fazer, não tenho de prender-me. Literariamente *Ana Maria* é uma linda peça. Episódio simples e tocante, com um doce sabor a serenidade passado entre destinos diversos de mulher: Ana Maria deixa cantar a sua alma florida, de paixão diante

de sua prima, levada ao noviciado pela morte do noivo, e já professa duma renúncia que é mais o desespero da felicidade truncada, do que a descrença no amor desventuroso.

Encontro de sentimentos bem femininos, Hipólito Raposo soube movê los na expressão natural dum diálogo perfeito.

*EM TEMPO DE GUERRA*, pela Sr.<sup>a</sup> D. ANA DE CASTRO OSÓRIO.

Livro de propaganda, não lhe falta nenhuma das qualidades que bastam para considerar bons os livros similares. Tem inteligência e fé, clareza e eloquência portanto. Escrito por uma senhora embora, ha uma grande e vigorosa alma a palpitar nos seus capítulos. A Sr.<sup>a</sup> D. Ana de Castro Osório alia a uma sensibilidade bem feminina, que se apercebe das ternuras mais íntimas, uma inteligência cultíssima e uma crença inabalável na missão elevada da mulher, na hora formidável de horrores em que vivemos. Um grande e admirável patriotismo avigora os conceitos, as indicações e os conselhos da Sr. D. Ana de Castro Osório, cuja obra literária e educacional se enriquece com os seus artigos agora enfeixados no *Em tempo de guerra* . . .

E um verdadeiro espírito da realidade nele serve a provar que a intuição feminina da Dôr é tanta como a inteligência da Bondade, esta sendo a base de toda a Alegria de viver.

*CIVILIZADOS*, por LUÍS VIEIRA DE CASTRO.

A preocupação dos motivos estranhos e das aparências de requinte nas palavras que descrevem os estranhos cenários não serve a documentar completamente um original temperamento de artista cuja superioridade consistirá na perfeita integração dos temas, da imaginação que os trata e da expressão que os revela.

O volumezinho *Civilizados*, do sr. Vieira de Castro, tem figuras das mais estranhas da nossa era, agitam-se nela sentimentos complicados e referem-se exquisitas sensações, mas nem sempre o descritivo se apercebe da complexidade do assunto. Êste talvez o defeito do seu livro que as suas qualidades de escritor têm obrigação de corrigir nos que se lhe seguirem.

*CANTOS ÉPICOS DA GUERRA*, por XAVIER DE CARVALHO.

O Sr. Xavier de Carvalho fez publicar em Paris, em memória de seu bravo filho morto em batalha, na Champagne, alguns poemas da guerra.

Junqueiro e Gomes Lial inscreveram no portico da primorosa *plaque* legendas para o túmulo do morto heroico. Nos versos vibrantes de Xavier de Carvalho palpita um grande fervôr latino e arde uma fé inquebrantável na vitória dos Aliados.

*MÚSICA ÍNDU*, por BERNARDINO GRÁCIAS.

*ESBOÇO DUM VOCABULARIO ARIANO*, por CARLOS PASSOS.

Duas separatas, a primeira do *Boletim da Sociedade de Geografia*, e a outra de *O Instituto*. Na primeira o Sr. Bernardino Gracías mostra-se conhecedor da evolução histórica da música na Índia, e apresentando alguns elementos da técnica musical índu, que estuda, faz a seguir a interpretação

de alguns trechos musicais para justificar a nomenclatura, as fórmulas e os instrumentos usados entre os compositores índanos.

O Sr. Carlos de Passos elaborou uma tentativa de vocabulário ariano em que recolheu algumas centenas de palavras com a significação respectiva, precedendo o seu trabalho dum breve mas interessante estudo sôbre o orientalismo e seus cultores, tanto no estrangeiro como em Portugal.

*HORA DE NOA*, sonetos por JOÃO CABRAL DO NASCIMENTO.

É uma sensibilidade poética e há em muitos dos versos dêste livrinho afirmações dum verdadeiro sentido musical que o prendem ao compromisso de maior cuidado futuro na composição dos seus poemas.

*DA VIDA QUE PASSA...*, contos por ARMANDO FERREIRA.

É um escritor humorista, como o são entre nós os do mesmo género. Despretensioso e alegre, não se preocupa senão com o desenrolar da trama anedótico que desenvolve com felicidade. As narrativas sentimentais que acompanham os três contos alegres do volume são simples casos do quotidiano descritos na prosa fácil e corrente dum jornalista que, não visando decerto a provar poder de efabulação ou originalidade de estilo, conseguiu no entanto fazer um livro muito interessante.

N. S.

Recebemos também e agradecemos :

*ELES E ELAS*, pelo Dr. Julio Dantas.

*O INIMIGO*, por José Augusto de Castro.

*SCIÊNCIA E LITERATURA*, um grosso volume de estudos literários e científicos do Sr. José Augusto Correia.

### UM PINTOR BRASILEIRO

Quando o Sr. Francisco de Holanda, do Consulado Geral de Brasil em Lisboa, me deu o prazer de visitar-me na Inspeção das Bibliotecas para me mostrar o retrato dêsse grande poeta que é Martins Fontes, acompanhava-o o ilustre pintor brasileiro Navarro da Costa, que eu já de há muito admirava e que não tinha ainda a honra de conhecer. Foi com sincero júbilo que lhe apertei a mão. Navarro da Costa é um amigo de Portugal, cujas praias e cuja luz está fixando nas suas encantadoras marinhas, e tem por isso direito, mais do que à nossa admiração, — ao nosso comovido reconhecimento. Quando nessa ocasião nos encontrámos, ficou aprazada a minha visita ao seu *atelier*. Essa visita realizou-se três dias depois, na luz dourada e doce do *studio* de Navarro, em Campo de Ourique, e eu só posso felicitar-me pelo ensejo, que se me oferece agora, de transmitir-lhes as impressões produzidas no meu espírito pela obra do moço *plenarista*, adorador fervoroso de Turner e de Mesdag.

Há, entre o tipo físico e a obra realizada de alguns dos mestres da pintura portuguesa contemporânea, uma singular e flagrante analogia. Malhoa, o naturalista intenso, másculo, vibrante de seiva, de saúde e de côr, que nos deu os

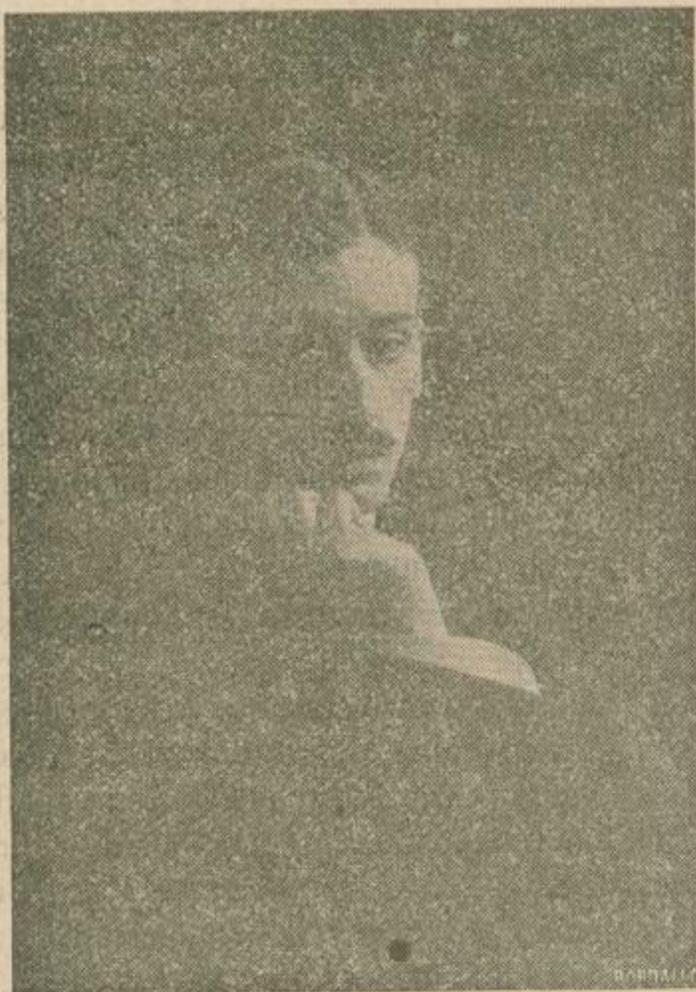
*Oleiros*, a *Romaria*, os *Bebedos*, a *Varanda dos Rouxinóis*, é — conhecem-no bem — um estremenho robusto, alegre, viril, a quem ainda agora, na glória dos seus cabelos brancos, ficariam bem o sombreiro de veludo, a jaleca de astracan e as esporas de ferro dos Marialvas. E Columbano? Quanta semelhança existe entre a obra genial dêste sombrio analista de almas, Velasquez do crepúsculo, e a sua figura pequena, pálida, taciturna, obscura, que parece caminhar, vacilando, na penumbra trágica dos seus próprios quadros! E Sousa Pinto? Não é verdade que na elegância meticulosa, pontual, um pouco fria do mestre, está todo o exacto e escrupuloso parnasianismo da sua ventura surpreendente? Com o ilustre pintor brasileiro, de que me venho ocupando, sucede precisamente o mesmo. Nele, como em tantos outros, — a obra é o homem. Meridional excitado, nervoso, scintilante, repentista, lembrando um pouco, de perfil, a cabeça leonina de Alexandre Braga, Navarro da Costa tinha de ser na arte o que realmente é na vida, — um improvisador brilhante, impetuoso, veemente, um orador fogoso da côr, um retórico fremente da luz. A sua pintura é uma forma sensual da sua eloquência. Pinta com o mesmo brilho, a mesma vivacidade, o mesmo dom de improvisação com que fala. Poucas vezes a palavra «impressionismo», que Séailles tão exactamente definiu, se tem ajustado melhor ao processo dum pintor. O que faz de Navarro da Costa um intérprete maravilhoso do mar, capaz de fixar e de reproduzir, com uma verdade flagrante, efeitos de luz e de côr que variam a cada momento, é precisamente o seu génio repentista, a facilidade com que vê, a intensidade com que sente, a rapidez prodigiosa com que executa. Como todos os pintores de visão rápida e de técnica fulgurante, o autor dos *Rochedos ao sol*, da *Casaria ao sol*, das *Roupas ao sol*, das *Arvores douradas*, tinha de ser um apaixonado, um deslumbrado das grandes claridades. Tudo nos seus quadros explende, scintila, chameja, resplandece, — as toalhas fulvas de areia, as transparências glaucas do mar, o ouro sumptuoso das velas, o casco fenício e faulhante dos barcos «*Le principal personnage d'un tableau c'est la lumière*», — disse o grande Manet. O brasileiro Navarro da Costa, como o português Sousa Lopes, como o francês Besnard, como o italiano Segentini, como o inglês Moore, como o austriaco Hans Makarte, revela-se, acima de tudo, um virtuose da luz. Na sua vasta teoria de águas e de céus, realizada aí, em Leça, na Foz, em Carreiros, em Leixões, série admirável de estudos, de manchas, de *esquisses*, de *pochades*, o que o moço mestre brasileiro amorosamente pintou foi o sol, o incomparável sol português, dourado, quente, dionisiaco, criador, «gordo de luz», sol ideal para os *plenaristas*, sol que se presta, como nenhum outro, à «divisão dos tons para o aumento da vibração» (H. Cochin), sol que faz pintores, que educa pintores, e que Navarro da Costa, descendente de portugueses, tem sabido amar até o êxtase, com uma devoção verdadeiramente ancestral. O «lusitanismo» do ilustre artista é, para mim, a nota mais sensibilizadora da sua psicologia e da sua obra. Não deixa por isso Navarro da Costa de ser medularmente, fundamentalmente brasileiro, — e de sentir o justo e soberbo orgulho da pátria. As influências hereditárias, as determinantes de raça que decidiram da sua visão e da sua emoção estética, que criaram no seu espírito o culto tradicionalmente português do mar, que alimentaram o seu vago idealismo cristão, que lhe deram a eloquência vivaz e a força improvisadora, — não desnacionalizaram nem perturbaram o forte ame-

ricanismo da sua estrutura moral. Quando saí do *atelier* do eminente pintor, onde confortavelmente o fogão crepitava e uma tapeçaria velha adormecia na sombra, não pude deixar de pensar na influência que, nas relações entre os povos, exerce esta espécie gloriosa de embaixadores-artistas. No dia em que Navarro da Costa expuser, em plena *saison* do Rio, a maravilhosa colecção de marinhas portuguesas que leva na sua bagagem, — estou certo de que os brasileiros, perante o êxtase sagrado daquele mar, perante a bênção tranqüila daquele sol, hão-de, se é possível, amar ainda mais Portugal.

JÚLIO DANTAS.

### MARTINHO DA FONSECA

Por lapso a *Atlântida* publicou no n.º 28 a reprodução dum admirável desenho de Martinho da Fonseca sem o acompanhar do título. Chama-se êle



MARTINHO DA FONSECA

«Humildes», e, como os nossos leitores puderam ver, é um dos mais belos trabalhos do ilustre desenhista. Teve a 1.ª medalha na Exposição de Belas-Artes de 1917. Martinho da Fonseca, discípulo de Columbano, é um dos mais sólidos e originais talentos da moderna geração. A *Atlântida* espera ter mais vezes o prazer de publicar desenhos seus, que muito honrarão as suas páginas.

## Notícias & Comentários

---

### O EXÉRCITO BRASILEIRO

Transcrevemos hoje do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, a entrevista que o tenente-coronel Mário de Campos, representante do exército português na missão que em Novembro passado foi ao Brasil, concedeu a um dos redactores do mesmo jornal. É com prazer que nestas páginas o arquivamos, visto tratar-se duma justa apreciação sobre o exército brasileiro, que em breve virá juntar-se aos exércitos que na Europa combatem pelos nobres princípios da civilização latina.

O coronel Mario de Campos, membro da ex-embaixada portugueza, que presentemente nos visita, tem se interessado vivamente pela nossa organização militar.

Em um encontro que tivemos há dias no Rial Gabinete Portuguez de Leitura, não nos furtamos ao prazer de manifestar o desejo de ouvir-lhe a opinião sobre o assunto.

Depois de se referir com entusiasmo às riquezas naturais da nossa pátria, da grande nação irmã, como a denominou, e que constituem actualmente a mais importante reserva económica mundial, á diversidade da sua produção, ao deslumbramento das suas paisagens e á beleza dos seus pitorescos passeios o distincto official portuguez, com absoluta segurança, falou-nos da directoria do tiro de guerra, creação da mais alta importancia, da lei relativa aos officiais de reserva, da organização do campo de instrucção de Gericinó, do resurgimento da antiga fábrica de Ipanema e de várias outras obras e trabalhos verdadeiramente salútares.

Disse-nos que, desde a sua chegada ao Rio, o tem impressionado profundamente o intênsio movimento que se opera, em todos os Estados, em prol da organização das sociedades de tiro. Segundo uma estatística existem já 545 dèssas associações patrióticas, que garantem alguns milhares de bons atiradores ao exército brasileiro em campanha, no momento em que a pátria fizer um apêlo às suas qualidades militares e proseguiu:

— A preparação militar dos instructores das divèrsas sociedades de tiro

é muito cuidada e o mais prática possível; hoje, bêm deve compreender, hà necessidades de programas simples, práticos e realisáveis.

Tive o prazer de verificar isso pessoalmente, assistindo com o ministro da Guerra marechal Caetano de Faria, generais comandantes e muitos officiais de todas as armas, às provas finais do curso de aperfeiçoamento dos sargentos de infantaria.

Preparados assim conveniêntemente, tudo leva a crêr que o dedicado esforço dos instructores conduza a excelentes resultados.



MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA  
MINISTRO DA GUERRA DO BRAZIL

— Qual a sua impressão sôbre os nossos estabelecimentos militares, repartições e respectivos corpos e fortificações?

— O sr. ministro da Guerra, pondo gentilmente á minha disposição, para me acompanhar, um distinto official do seu gabinete, o sr. tenente-coronel Florindo Ramos, que desveladamente segue hà muito o desenvolvimento e o progresso das instituições militares portuguezas, facultou-me a realização de toda e qualquer visita. E, assim, levei a efeito, muitas.

— E pôde v. ex.<sup>a</sup> dar-nos a impressão colhida de tanta visita realizada?

— Muito gostosamente, mas poderei resumi-la, não è verdade? Pois bêm.

Em tudo quanto vi, sob o ponto de vista militar, não me enganarei, certamente, se lhe disser que diviso em todos os nossos irmãos d'armas, nos seus diversos e variados campos de acção um só e veemente desejo: — a grandeza da sua Pátria e o triunfo da causa da civilização.

Não é consolador, não lhe desperta um fremente entusiasmo?

E, proseguindo, o professor da Escola de Guerra, disse:

— Efectivamente, o Brasil, a mais vasta das onze repúblicas da América Latina, é já um forte aliado e um excelente amigo; entrou na guerra, o mesmo é dizer, entrou para a obra comum da conquista da victória final. Sim, da victoria, certa e fatal. Pois, quem poderá vencer numa luta contra a fusão das aspirações mais elevadas, generosas e humanas?

«Está em nosso poder e dos nossos bons aliados fazer esse dia de victória» declarava ha pouco Clemenceau no parlamento francez; ele será o mais belo da nossa raça após tantos outros.

— Póde v. ex.<sup>a</sup> dar-me algumas informações ácerca do esforço português produzido para a intervenção na conflagração europêa?

— Ninguém aqui o ignora, por certo; por mais de uma vez eu tive já o inegualavel prazer de verificar que era bem conhecido, na República irmã, o esforço militar do meu país. Deixe-me, porém, referir-me às tropas portuguezas, longe da minha Pátria estremecida:

Os soldados portuguezes, nos campos de batalha, da Flandres e da África estão realizando com fé, com alma, com ancia, com patriotismo e com valor, umà obra heroica e nobre que nos enaltece. Eles são bêm o futuro e, ao mesmo tempo, os grandes embaixadores do passado de Portugal. Na sua obra vai o penhor da nossa honra, a honra emérita dos filhos do povo; está néla a esperança da minha Pátria, a esperança de nós todos brasileiros e portuguezes, se me é permitido recordar a bêm conhecida expressão «na geografia dos nossos sentimentos não sabemos bêm onde acaba Portugal e onde começa o Brasil».

— Disseram-nos que v. ex.<sup>a</sup> tinha oferecido a várias auctoridades militares brasileiras alguns livros militares do seu país e entre êles um de que v. ex.<sup>a</sup> é autor e que está já há bastante tempo adoptado oficialmente nas escolas militares da Argentina?

— Com efeito, ofereci ao sr. ministro da Guerra, marechal Caetano de Faria, ao sr. chefe do Estado-Maior do Exército, general Bento Ribeiro, uma colécção de legislação relativa ao regimen transitório de ensino instituido na Escola de Guerra, após a nossa entrada no conflito mundial e também um livro meu, denominado «Desenho Panoramico Militar».

Aos srs. comandantes de todos os estabelecimentos de instrução militar ofereci também exemplares do meu trabalho e alguns relatorios de trabalhos práticos efectuados na primeira escola militar portugueza.

— Têm v. ex.<sup>a</sup> já consigo as impressões déssas altas individualidades militares da nossa terra, ácerca do seu trabalho que nos dizem sêr uma obra muito consultada e adoptada nos estabelecimentos militares de alguns países?

— Todos, é facto, me acumularam de imerecidas palávras que jámais me esquecerão.

E, vencida a extraórdnaria modestia, a reserva quási do illustre professor, conseguimos lêr o original de duas interessantes cartas uma do illustre scien-

tista, o grande professor Raja Gabaglia e a outra do distinto professor de topographia da Escola Militar do Exército brasileiro e que muito gostosamente publicamos, por o distinto official lusitano poder utiliza-las nêsse sentido :

«Rio de Janeiro — 7 — 1 — 1918.

— Ex.<sup>mº</sup> sr. coronel Mario de Campos. — Recebi e agradeço o trabalho escripto por v. ex.<sup>a</sup> sôbre o «Desenho Panoramico Militar.»

A leitura atenta que fiz levou-me a concluir que êsse trabalho representa rial utilidade para o ensino militar e que deve ser recomendado ás escolas de tiro e às regimentais.



MARIO DE CAMPOS  
TENENTE CORONEL DO ESTADO MAIOR  
E LENTE DA ESCOLA DE GUERRA

Hoje mais que nunca, é necessário ao soldado certos conhecimentos técnicos, entre os quais avulta o desenho; a guerra actual patenteia a enorme importância de saber lêr cartas e plantas e executar rápidos esboços que, em poucos traços, traduzam fielmente, como bem escreveu v. ex.<sup>a</sup>, a silhueta, o aspecto e o horizonte visível.

Em poucas palavras, porém, de pêso, v. ex.<sup>a</sup> sintetisa no prólogo, com a clareza que só podem ter os professores de escola, o valor das noções práticas de desenho principalmente o de perspectiva para a vida militar.

Não é um artista que v. ex.<sup>a</sup> deseja obter, é um desenhador exercitado que represente os

*pormenores do terreno sob o aspecto que a natureza no-los indica.*

O desenho perspectivo, observa v. ex.<sup>a</sup> completa e substitue às vezes o desenho topográfico e é um complemento de fotografia, que dando a exactidão brutal nos primeiros planos, registrando cegamente, não acusa em muitos casos certos acidentes do terreno, que, sob o ponto de vista militar, têm alta importância.

A semelhantes desiderata satisfaz inteiramente o trabalho de v. ex.<sup>a</sup>. Claro, metódico, prático, deve, a bem do ensino militar, ser largamente espalhado e conhecido. A adopção em algumas escolas da República Argentina evidencia o seu valor didático.

Envio portanto a v. ex.<sup>a</sup> as minhas mais calorosas felicitações pelo futuro que almejo ao trabalho escrito por v. ex.<sup>a</sup> do qual serei no Brasil um propagandista humilde, porém, sincero. Queira, sr. coronel, dispôr do pequeno prestimo, do, de v. ex.<sup>a</sup> colega admirador e amigo respeitoso (a) *Raja Gabaglia*.

«Escola Militar, Realengo, onze de janeiro de mil novecentos e dezoito — Ilustríssimo senhor coronel doutor Eduardo Artur Socrates — Meu comandante. — Respeitosas saudações — Com muito prazer vos transmito as impressões que tive ao lêr o livro do senhor tenente coronel Mario de Campos, digno oficial do Exército de nossos irmãos d'além-mar. O excelente trabalho de sua autoria. «Desenho panorâmico militar» já era conhecido entre nós desde alguns anos. Por êle tem-se guiado muitos dos nossos camaradas na aprendizagem desta importante aplicação da perspectiva à tactica. A dificuldade, porém, de sua aquisição na praça impedia maior divulgação; já lá se vão dois anos que a livraria Alves vendeu o último exemplar. Daí a impossibilidade de sua adopção no curso da Escola Militar, resultando disto ter tido muitas vezes necessidade de indicar aos meus alunos a aquisição de outros que não o de que é assunto esta carta. Entre esses, o mais conhecido é o do comandante de engenheiros do exército hespanhol, D. Juan Ferré y Vergés (edição de 1909).

Quer-me parecer, porém, ser o livro do senhor tenente coronel Campos, um dos que melhor encara e resolve o problema.

Existe nêle muita preocupação didactica. Além das noções elementares da perspectiva indispensáveis à boa compreensão do assunto, dá ao discípulo os meios de educar a vista e a mão para a exacta reprodução panorâmica. O senhor comandante Campos teve ainda a felicidade de incluir o milésimo — que tanto renome deu ao seu illustre introductor na artilheria, o general Percin, para a prática da avaliação das distâncias e ângulos. O desenho panorâmico militar tem tido entre nós larga divulgação ultimamente, principalmente nos regimentos de artilheria; a «Defêsa Nacional» já tem publicado boas indicações a respeito. Isto quer dizer que o senhor tenente coronel Campos poderá prestar-nos bons serviços, facilitando a aquisição de sua obra que, pela sua simplicidade, clareza e método, julgo oportuno pedir-vos licença para aconselhar a sua adopção na aula de Topografia. Sem mais, sou de vossa senioria subordinado e camarada atencioso. — (a) — Primeiro tenente *Pedro Carolino Ferreira de Azevedo*, instructor de Topografia».

E assim terminou, bem poderá dizer-se com chave de ouro, a interessante entrevista que gentilmente nos proporcionou o coronel Mario de Campos e que muito desvanecidos aqui novamente agradecemos.

S. L.

### ESCOLTAS E PATRULHAS MARITIMAS.

Pouco conhecida é do povo em geral a imensa e incessante actividade da Marinha. Não se fala nela e portanto está quasi olvidada a sua existencia. Ninguém se lembra que é a Grande Armada que mantem a situação no mundo todo. De longe em longe ouve-se falar das esquadras principais que fazem as suas manobras no Mar do Norte ou que tomam parte numa refrega ou numa correria. Nada se sabe porém da tarefa sem repouso que cabe ás escoltas e patrulhas marítimas. Estas são os cães de guarda que têm um papel tão importante na manutenção da nossa marinha mercante.

Os belos tipos que tripulam os barcos de serviço subsidiário da nossa Armada são de «primeira qualidade» em todo o sentido. O perigo anda-lhes

sempre na frente. Nada há que diga respeito a minas, a submarinos, a segurança da navegação que elas ignorem; não há mar nem vento que não saibam dominar. São os guardiães do comércio; os protectores dos transportes. A sua tarefa iniciou-se quando a guerra e têm prosseguido dia e noite de verão e de inverno sem descanso.

Muitos deles estão patrulhando e limpando os mares estreitos, compassando e dirigindo a cabotagem. É maravilhoso o modo de se haverem com minas e submarinos, os serviços secundários navais ao longo das costas. Eles não constituem as grandes flotilhas organizadas de destroyers, porém cooperam com elas; tão pouco nos referimos ás grandes esquadras de caça-minas.

Nada diremos sobre os navios patrulhas com seus auxiliares conforme hoje existem. O que se fez há um ano, faz-se hoje com redobrada força e eficiência. A flotilha de vigilância nos «Downs» (a leste de Kent) tem-se salientado no serviço de vigiar e dirigir a cabotagem. Pouco menos de 150.000 barcos serão os que se tem abordado e examinado, além de se coordenar todo o movimento costeiro. Nos primeiros tempos da guerra estavam os torpedeiros encarregados de proteger os Downs, juntamente com uma flotilha de destroyers, auxiliados de noite por barcos de força superior.

Dia e noite, qualquer que fosse o tempo as forças navais secundárias navegavam nestas águas repletas de embarcações de toda a natureza. Dava-se de vez em quando na escuridão algum abalroamento; houve um barco patrulha que naufragou, morrendo o comandante e alguns dos tripulantes no meio dos seus esforços para o salvar. Um dos imediatos novos, promovido de entre os marinheiros, ficou a postos auxiliado por dois operadores T. S. F., dois mecânicos e um fogueiro e conseguiu levar o navio até ao porto. São aos centos os que têm arriscado a vida para socorrer ou tomar conta dos barcos em perigo. A marinha mercante de todos os Aliados e de muitos países neutros têm uma dívida de gratidão para com os navios patrulhas. A temeridade, a coragem, a prontidão, o sangue frio, a resolução rápida e a acção vigorosa, são qualidades que resplandecem nos homens ocupados neste serviço.

Na embocadura do Tamisa têm-se as flotilhas encarregado de proteger a navegação que entra e sai. Num só ano foi a tonelagem calculada em 22.300.000 e o valor dos carregamentos em 500.000.000 de libras. Grande parte dos barcos que navegam no Canal da Mancha passam na zona destas patrulhas. Nos primeiros dias da campanha submarina perderam-se muitos barcos no Mar do Norte, porém também muitos foram salvos pela bravura e pelo pronto auxílio das patrulhas. Numa localidade destruíram-se num ano 500 minas, cada uma das quais tinha custado à Alemanha de 200 a 300 libras, fóra o risco e o custo de as colocar.

Mais para o Norte, onde os temporais se sucedem, os barcos da flotilha fazem a sua patrulha de noite e de dia e todos os dias, açoutados por mares desenfreados, tendo poucos portos de abrigo, privados de faróis nas costas e, quando os barcos de pesca tripulados por lobos do mar têm sido arremesados e despedaçados de encontro aos escolhos, as patrulhas têm continuado ilesas na sua faina. Em todas as costas das ilhas britânicas seria fácil colher dados sobre as brilhantes qualidades dos oficiais e tripulan-

tes das flotilhas de escoltas e de patrulhas e sobre os relevantes serviços por elles prestados. A imaginação é incapaz de conceber a grandeza da sua tarefa no Canal da Mancha onde, num constante vaivem, anda um poderoso exército com todo o seu material. Lá fóra no Atlântico e nas águas setentrionais destas ilhas, onde desde o começo da guerra se tem exercido a vigilância e a direcção do movimento mercante, vai a grande obra dum bloqueio monstro. Nem officiais nem marinheiros têm regateado os seus serviços. Os sofrimentos, a própria vida nada pesam na balança, quando perigam os interesses da patria ou os navios e as vidas dos nossos.

### O DISCURSO DO DR. VELOSO REBÊLO NO INSTITUTO HISTÓRICO

Foi verdadeiramente admirável o discurso proferido no *Instituto Histórico* do Rio de Janeiro, pelo Dr. Veloso Rebelo, um amigo de Portugal e eminente diplomata, quando da sua recepção nessa nobre casa. Dele extractamos os seguintes períodos.

SR. PRESIDENTE.  
MEUS SENHORES.

Não é sem muito constrangimento, justificado pela fraqueza dos meus méritos para tão elevada honra como é a de se ter ouvido neste recinto, que aqui me acho para cumprir a obrigação em que perante os nossos Estatutos me collocaste com a minha eleição.

Só na vossa bondade encontro a explicação de semelhante acolhimento e só no vosso profundo saber encontro a razão da vossa bondade, porque — disse Victor Hugo — quanto mais o homem se entrega ao culto da História, melhor se torna, igualando o coração e o espirito nos pratos de uma balança da qual este, pendendo pelo estudo, faz elevar aquele na direcção do céu.

Minha convivencia foi sempre com fieis e constantes amigos da História, que é especialidade cultivada por eruditos, e sempre lhes notei essa mesma bondade que irresistivelmente me atraio para junto dêles — Joaquim Nabuco ou Oliveira Lima, Emile Stocquart ou Brito Aranha — em qualquer terra que no tivessemos encontrado ou a qualquer nacionalidade que pertencessem.

Desses homens tão ilustres, três dormem o sono da morte, irmanados na mesma glória, diplomatas, filosofos, oradores, jurisconsultos, publicistas, que foram, mas todos êles grandes historiadores.

Não vos falo de Oliveira Lima, um dos maiores possuidores de nosso crédito externo no mundo das letras e das sciências, porque seria falar-vos de uma das melhores manifestações da alma desta instituição.

E se vos falo de Stocquart, cujo nome não figura no vosso Livro de Ouro, é porque êle bem teria merecido essa honra como um dos mais respeitadros historiadores de instituições juridicas.

No frontespicio de um dos seus memoráveis trabalhos lê-se esta inscrição — que à História se deve a formação do Direito — pois que com a experiencia do passado nos garante as lições legislativas para o futuro.

É que o Direito, no seu valor cosmico, como as sociedades que o geram

e onde êle se desenvolve e modifica, está sujeito, através do tempo e do espaço, à doutrina da evolução.

Esta na teoria de Ihering, nasce de uma luta constante, utilitária e violenta.

As escolas histórica e evolucionista, baseadas no metodo objectivo, nos ensinam que o Direito sendo um fenómeno social e um producto da evolução, reflecte as condições da civilisação e o desenvolvimento dos povos, atendendo-lhes às necessidades correlativas.

Savigny e Spencer completam-se, simbolizando o renascimento da sciência jurídica; destroe-se a concepção idealista que desta anteriormente se fazia.

O sabio professor da Universidade de Bruxelas, Edmond Picard, ao mesmo tempo que afirma a existência de um Direito Puro, constata esta verdade bem conhecida de todos vós — que a História está cheia de aparições sucessivas do Direito, podendo ser dividida em periodos juridicos que correspondam às grandes transformações da civilização.

É assim que, invadido pelos Barbaros, no século V, o Império do Ocidente sucumbe para que o Direito Germano, nas Galias, tome o lugar do Direito Romano, como êste já o fizera, apoiado na conquista de Júlio Cezar, com relação ao Direito Celtico.

Mas, através dessa «resurreição integral da vida passada», como na definição que Michelet deu à História, não são só as cousas materiais que ficam e que nos aparecem dignas da veneração de todas as épocas, é o próprio Corpo do Direito de Justiniano, é o Direito Romano — essa maravilha, na frase de Rénan — que revive, e que no decorrer dos séculos vem iluminar as nações civilizadas na construção dos seus códigos, para depois, na imobilidade da sua linguagem augusta, erigir-se em monumento comemorativo da immortalidade do grande Imperador e dos jurisconsultos do III século.

Não que as imperfeições não sejam a condição do trabalho humano, mais inevitável ainda quando representativo de escolas diversas professadas em épocas afastadas uma das outras.

Mas, que tentativa de sistematização foi maior do que essa, que sobrepujou todas as tentativas anteriores, fazendo desaparecer os códigos até então existentes?

Na vida histórica do Direito é ela a sua mais brilhante tradição.

Herculano nos pinta, entretanto, as tradições da jurisprudência romana triunfantes nas instituições políticas e civis das nações modernas, mas renascendo para uma vida em parte real e, na verdade, em parte fitícia.

Não poderia ser também por outra fórmula, desde que são as necessidades económicas os mais decisivos factores das mudanças jurídicas e, em última análise, da estabilidade das instituições sociais.

No fundo, menos absoluta, porém, é a teoria de De Greef, e antes dêle a de Comte e a de Stuart Mill.

Se precisar-mos demonstrar a perfeita analogia ou a dissemelhança entre o primitivo direito e o direito dos povos nas diferentes épocas da sua existência, se afirmarmos que tal direito se baseava na propriedade individual e tal outro na propriedade familiar ou, como resume o saudoso Martins Junior, o Direito Romano na consagração da força e do poder do Estado e o Direito

Germano no simples reconhecimento das faculdades e prerogativas do indivíduo, é ao método histórico que teremos de recorrer.

A História do Direito nos diz que êste é um reflexo da vida política dos povos.

É tal a conexão entre o Direito e a História que foi êsse um dos pontos importantes sôbre que versou o inquérito feito em 1900 pela «Société d'Histoire Moderne», de Paris, quando se apurou a urgência do estabelecimento de uma aproximação íntima entre as Faculdades de Direito e as de Letras, nas quais são professadas as disciplinas históricas, não podendo a génese do Direito e as suas transformações deixar de ser interpretadas senão dentro do conjunto social que só a História é capaz de dar.

A História Económica, por seu lado, nos diz que são os fenómenos sujeitos ao seu estudo que nos indicam a razão das transformações jurídicas.

O historiador irá então investigar as mudanças que na vida dos povos se produzem, à luz dos problêmas relacionados com o estado económico de uma sociedade, resolvidos pelos seus estadistas ou arrastados pela corrente revolucionária, dominados pelas fôrças que constituem a complexidade da civilização no interesse da coesão social.

Depurados os factos tem-se a documentação material indispensável para a construcção histórica.

Mediante a crítica chega-se às conclusões.

Formulam-se depois as leis que os adversários do método naturalista contestam.

Para além da História abre os seus domínios a Filosofia, sendo que aquela na sua fase primitiva não passou de simples narrativa.

Imaginou-se assim pelo conjunto sintético de todos os elementos da civilização que não era bastante relatar factos sem estudar as idéas que êles encerram.

A Filosofia da História, repousando na análise completada pela síntese, levou Fustel de Coulanges a afirmar que «a uma vida inteira de análise corresponde apenas uma hora de síntese».

Se foi o determinismo que, aplicado à História desde o século XVIII, gerou a Filosofia da História, o espírito positivo, que caracterizou o século passado, muito concorreu para lhe dar solidez.

Foi com as sciências biológicas que o interesse filosófico veio dominar a investigação no estudo do exemplar humano em apoio de uma sciência mais alta que se chamaria a sociologia.

Ao apresentar-se na Academia Franceza, fazendo o elogio de Cherbuliez, Emile Faguet afirmou que a Filosofia da História é «uma consolação filosófica que dá um carácter sciéntifico ao fanatismo da esperança», definição que abala o scepticismo dos que negam a generalização, objecto de profundos estudos não só do século XVIII como da primeira metade do século passado.

Veio depois a análise, horror de todos os românticos.

Pinheiro Chagas, que em Portugal foi o maior dêles, insurgindo-se contra a fatalidade dos meios, pinta o Taine a dissecar impassível na mesa anatómica das suas «Origens da França Contemporânea» os cadáveres da velha Monarquia, da República e do Império, pensamento inspirado na declaração

do mestre da filosofia experimental de que «se colocára perante a Revolução Franceza como um naturalista em frente da metamorfose de um insecto».

Pelo interesse filosófico transpõem-se todas as barreiras para que a análise da colectividade volte a ser a análise do indivíduo.

É êle que justifica o carácter sciêntifico dado à História e ao qual não se opuzeram muitos dos seus classificadores desde Bacon e Ampère, até Wundit, dissentindo apenas quanto ao grupo a que deva pertencer.

A classificação spencereana, sem confundir a História com a Sociologia, dá-lhe lugar de maior destaque entre os ramos componentes desta sciência.

Tem-se discutido a aproximação das sciências históricas e naturais, pretendendo-se aplicar áquelas o metodo adoptado para estas.

Se, nesse sentido, nos entregarmos a um estudo sistemático ou antes positivo, encontraremos dados de ordem física, biológica e sociológica em apoio da valorizaã sciêntifica da História, concepção que não escapa aos ataques dos que lhe negam os fóros de sciência, questão de metafísica ou de materialismo que ainda não pode ser completamente resolvida.

Muitos tem mesmo, por desanimo, recuado dessa direcção que procuraram seguir com entusiasmo.

Oliveira Martins, depois de ter afirmado no «O Helenismo e a Civilização Cristã» que, «havendo leis históricas, a História era por isso mesmo uma sciência tão verdadeira quanto qualquer outra», chegou à seguinte conclusão na sua «Teoria da História Universal», que precede as «Tabuas de Cronologia e Geografia Histórica» que se achando a História reduzida a um canto de mundo num periodo restricto da sua existência», não póde ser considerada como sciência.

Refere-se o autor, não só ao facto de não ter a sociedade história nos períodos mais longos da sua existência, como à nossa ignorância da história de um sem número de sociedades humanas.

Emquanto espíritos ávidos da verdade se debatem assim a mercê das correntes tradicionallistas, as épocas vão marcando intermitentemente na vida dos povos períodos de preocupação anti-histórica, originados do sectarismo e arrastando para a fogueira das paixões jacobinas a grande massa dos ignorantes.

Almas ambiciosas são, então, simbólicamente elevadas a verdadeiros apóstolo do liberalismo. Crimes e actos heróicos, confundidos na mesma classificação, são inscritos em arcos triunfaes para exemplo e como medidas de salvação pública; mas, porque os sectários odeiam a tradição, são levados sem rumo na corrente das aguas irresistíveis.

Se ha naufrágio, a História recolhe silenciosamente os cadáveres; as suas almas, porém, que condênsam muitas vezes as almas dos povos, ou mesmo as almas dos séculos, continuam fluctuando sôbre outras épocas, não raro iluminando as nações na conquista da sua liberdade e independência.

É o caso da influência da Revolução francesa na emancipação da consciência universal.

Os sectários não podem destruir a História. Esta assenta exactamente, como já muito bem o disse o distincto escritor português Alberto Pimentel, sôbre as ruinas da Humanidade, que são os cadáveres que ficam nos campos das batalhas.

Desse predomínio do passado sobre o presente fica o que deve ficar e a história nacional registra então, ao lado de uma vasta literatura de impressões errôneas, os dados, em que a política virá basear-se para imprimir a uma nacionalidade a sua feição própria.

Joaquim Nabuco, a cuja convivência de cinco anos aludiria aqui, se não fôsse, um arrojado, denominando a «influência de Nabuco», como disse aquele grande espírito, «a influência de Renan», para caracterizar um dado momento da sua vida literária, entrou nesta casa com a preocupação de que um trecho de mais de meio século da nossa História pudesse vir a cair no esquecimento temporário, resolvendo-se pela sua mutilação definitiva.

E dêsse scepticismo, que era muito dele, como já foi dito numa consagração mundial do seu nome, nasceu o maior trabalho que possuímos sobre um dos mais belos trechos da nossa História Política, qual o segundo reinado.

Se as letras ganharam com êle um tesouro, que só por si bastaria para dar celebridade ao seu autor, páginas inspiradas em verdadeiro patriotismo registram ensinamentos de política interna onde os incidentes da vida parlamentar, conjugados com a iniciativa enérgica dos estadistas, nos deram leis e reformas exprimindo um grão elevado de civilização não desmentido nas nossas relações externas. Estas poderam mesmo fornecer o melhor material para a construção histórica dêsses tempos.

Todo o nosso trabalho diplomático de bases seculares, aproveitando e mesmo aperfeiçoando, reflectio se na nossa vida republicana, valendo-nos triunfos maiores.

Tem assim a história diplomática concorrido grandemente para a nossa formação nacional.

É preciso não esquecer que o direito internacional é o que mais vultuoso papel desempenha nos acontecimentos históricos.

O nome de Rio Branco estará sempre ligado à nossa formação nacional. Atlético da inteligência, a êle aplica-se com justeza a regra aconselhada por Figanière, mestre de diplomacia que prefiro a Machiavel, que os génios deveriam merecer sempre a estima dos seus conterrâneos ao ponto de acharem franco acesso aos cargos, cujo desempenho, pela sua capacidade excepcional, fizessem redundar em proveito e glória da Pátria.

Rio Branco foi um diplomata de grande escola e um defensor da Moral do Estado, sabendo tirar todo o partido das nossas tradições e por isso na sua vida diplomática os sucessos contam-se por todas as lutas em que se empenhou para firmar a nossa hegemonia.

Foi um estadista de quem se pode com firmeza reproduzir êste traço de um dos seus biografos: «tinha a previsão dos acontecimentos, media o alcance das conseqüências e decidia sempre em benefício da Pátria».

Estou certo de que foi o seu entranhado amor aos estudos históricos que lhe serviu para aperfeiçoar a educação patriótica.

Foi um diplomata que teve o culto da diplomática.

A sciência que o beneditino Mabillon fundou no século XVII devia-lhe ter sido das mais familiares.

A' História presta a diplomacia relevantes serviços, só comparáveis aos que a esta prestam outras sciências, como a cronologia, a geografia, a arqueologia e a paleografia

O conhecimento exacto da diplomática, afirmou o Marquez de Souza-Holstein, marcou vitórias remotas já ao tempo de D. Dinís e de D. Sancho I.

Nas questões em que Rio Branco foi advogado, a solidez da sua argumentação repousa na maior autenticidade dos documentos de que se serviu.

Os arquivos e os depósitos das riquezas nelas deixadas pelos nossos antepassados ocuparam a maior atenção da sua vida estudiosa.

Saber lêr letras antigas e distinguir codices, dispôr da complexidade de conhecimentos para poder adivinhar o que deveria ter existido em determinadas épocas, por mais apagados que fôssem os vestígios, é, em casos tais, preparo indispensável para vencer.

«Morto, parece maior do que vivo!» dizia Henrique III, compassando com os olhos o corpo do Duque de Guise.

Foi com êste pensamento que se mediu a sombra deixada no nosso mundo político pela figura do mais opulento dos nossos oradores parlamentares de então o 2.º José Bonifácio, e foi ainda com êste mesmo pensamento, de vasta e profunda eloquência, que se gravou na memória nacional o nome de Rio Branco.

A data que hoje se comemora e que marca na história pátria uma página de reação do espírito de humanidade contra o egoísmo, sendo obra de seu glorioso pai, pertence-lhe também, por ter sido êle um dos melhores advogados dessa afirmação do direito contra o arbítrio e de respeito pela personalidade inspirado na civilização cristã.

Deve-se avaliar o que temos de grande no presente pelo que herdamos historicamente, dos tempos coloniais à independência, sem esquecer a proeminência que nos deu a lei de 16 de Dezembro de 1815, passando por essa fase dos dois reinados, os quais foram a expressão genuína das qualidades morais da nossa raça.

Toda a nossa ética nacional poderá ser encerrada neste quadro.

O grau de aperfeiçoamento que atingimos resume o esforço de muitas épocas, com resultantes uniformes.

Não se encontra marca de período algum de obscurantismo.

As tentativas que precederam a nossa independência justificam semelhante afirmação.

Com as circunstâncias que prevaleceram em 1822 tivemos o Império, que era a tradição, e com a propaganda permanente das instituições populares, tivemos a República, que já havia tomado o governo de grande parte do mundo.

Mas tivemos acima das formas de Governo, o amor pela liberdade e o direito que conquistámos para exercê-la.

Daí nos vem a certeza de uma «alma nacional» que, como muito bem observa Gustave Le Bon, não se cria em um só dia.

Somos um povo livre, porque soubemos compreender a liberdade humana.

Se esta ainda não foi entendida da mesma forma por todos os povos e se não tomou conta de toda a superfície da terra, é porque pensar, como dizia

BEBAM AGUA DO ALARDO

certo filósofo, equivale muitas vezes a provocar odios e tempestades de todo o género.

É ao influxo da idea da liberdade que o género humano vai adquirindo a consciência dos seus direitos, muito embora, primitivamente, na luta entre o direito individual e a sociedade, vencesse apenas esta.

Fomos sempre, e felizmente, uma nação vivendo do pensamento e sabendo exprimi-lo com calma, o que é um sinal positivo de fôrça.

### A REGIÃO DE COLARES

#### ASPECTOS DA SUA PAIZAGEM. A SUA RIQUEZA ECONÓMICA.

As regiões vinícolas de Colares estiram-se n'uma extensão superior a 1000 hectares, na parte mais ocidental da Europa ao norte do Cabo de Roca. É vel-as uma vez e ficar para sempre com esse quadro de inconfundível beleza fixo na retina. É um verdadeiro oceano de uvas, que florescem num mundo de cachos, nos vales e trepam pelas costas a muitas centenas de metros sôbra o nível do mar, espelhando no seu negro envernizado, a luz doirada do sol.

O seu nome — Colares — provem-lhe da aldeia vizinha, tão antiga, que a data da sua fundação se perde nas trevas do passado. Comtudo, manuscritos muito velhos dão-nos conta da existência ali duma população de romanos. Essa vila é portuguesa desde 1141, ano em que o rei Afonso a conquistou.

A região vinícola divide-se em duas classes por causa da natureza geológica do terreno, que é constituído em parte por areias terciárias assente sôbre granito e sôbre uma camada de argila; a outra parte é de formação sedimentária sôbre granito da idade cenozoica.

É na região arenosa, que o mar, em tempos imemoráveis cobria por completo, que agora se produz o *Vinho de Colares* num tipo muito característico e numa qualidade que nenhum outro o iguala. O seu perfume e o seu sabor provem da uva *Ramisco* que só se desenvolve nas areias terciárias desta região. Não é fácil imital-o; é mesmo impossível um artifício capaz de dar aos vinhos o gosto particular, o *bouquet* delicado, fino, especial, inconfundível do *Vinho de Colares*.

\*\*\*

Todos o sabem: os nossos vinhos profusamente espalhados pelas cinco partes do mundo, teem levado numa embaixada bizarra o nome de Portugal à admiração dos países. Os vinhos portugueses, divinos nectares, marcam bem entre os vinhos de todas as nações, um lugar de destaque, um lugar de honra — um trono, mesmo. É possível que se encontre, perdido no fundo da Bretanha ou num recanto do Far-West um pobre aldeão que ignore o que é Portugal. Mas se lhe forem citadas certas marcas de vinhos a que o nosso sol sabe dar estranhos perfumes, podemos jurar que êle, sorrindo-se e lambendo os lábios numa evocação saúdosa, dirá:

BEBAM AGUA DO ALARDO

— Ah! Já sei . . .

Porêm entre todos os vinhos que em Portugal se fabricam e que Portugal exporta, um há, sem dúvida que merece referência muito especial. Os senhores já devem ter calculado a qual me refiro : Ao vinho de Colares da Viúva Gomes. É esta a única marca que, há mais de um século mantêm, inalterável o seu tipo.

Resta-nos acrescentar que todas estas excelentes qualidades se encontram reunidas e requintadas, nos «Vinhos da Viúva Gomes», a primeira casa de Colares que possui extensíssimas vinhas e enormes caves, muito conhecidas de todos os que visitam a vila de Cintra — o *Glorious Eden* do grande poeta Byron, e que não fica distanciada a mais de seis quilómetros de Colares e ligada a ela por uma linha elétrica.

BEBAM AGUA DO ALARDO

# ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I A VII)

Cada capa . . . . \$50 Cada encadernação \$75  
Pelo correio . . . . \$52 Pelo correio . . . . \$81

CADA VOLUME ENCADERNADO . . . . . 1\$75  
PELO CORREIO . . . . . 1\$81

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

**Largo Conde Barão, 49 — LISBOA**  
**e Rua Gonçalves Dias, 78 — RIO DE JANEIRO**

NOTA:—A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniência de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importância.

## SUMÁRIO DOS NÚMEROS 29-30

<i>Oleiros e pintores de louça e azulejo, de Lisboa</i> . . . . .	Vergílio Correia
<i>Um Soneto</i> . . . . .	Augusto Casimiro
<i>Des nuits trop lourdes</i> . . . . .	
<i>Terre de France</i> . . . . .	
<i>O que o mundo não vê</i> (Conclusão) . . . . .	Veiga Miranda
<i>Da beira-mar</i> . . . . .	Nuno Simões
<i>Paisagens de Portugal</i> . . . . .	Camara Reys
<i>Inácio Zoloaga</i> . . . . .	Luís de Ortigão Burnay
<i>A nódoa da amora (com uma carta do Snr. Dr. Coelho de Carvalho)</i> . . . . .	Maria Isabel de Sousa Martins
<i>«A Via Sinuosa,» de Aquilino Ribeiro</i> . . . . .	João de Castro
<i>As rãs clamam por um rei</i> . . . . .	Pedro Barto
<i>A propósito da obra poética da Senhora D. Maria Amália</i> . . . . .	Affonso Lopes Vieira
<i>O Brasil e os Professores Portugueses</i> . . . . .	João de Barros
<i>Olhos ao longe</i> . . . . .	Manoel Silva
<i>Ao deitar das águas</i> . . . . .	Seves de Oliveira
REVISTA DO MÊS	
<i>Música</i> . . . . .	A. J.
<i>Concerto Viana da Mota</i> . . . . .	Nuno Simões
<i>Notícia literária</i> . . . . .	
<i>Revista das revistas</i> . . . . .	
NOTÍCIAS & COMENTARIOS.	
<i>Desenhos de:</i> Raul Lino, Manuel Gustavo, Alberto Sousa, L. Ortigão Burnay, Santos Silva e Morais.	

## AGÊNCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 numeros) . . . . . 15\$000  
Semestre . . . . . 9\$000

Número avulso 2\$000

